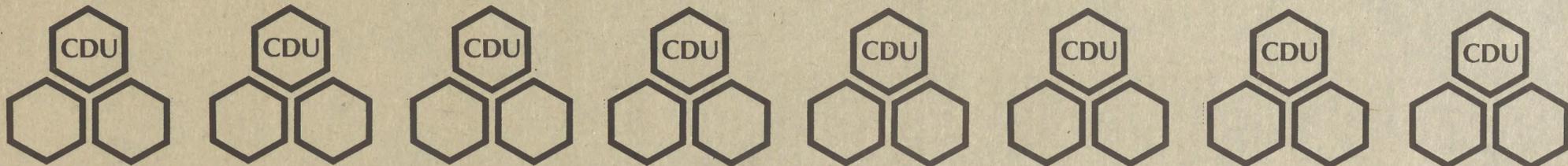


Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 807
15 de Junho de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



*e-melhor
para Portugal!*



vota
CDU

PORTUGAL
de progresso e justiça
numa EUROPA de paz e cooperação

Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 807

15 de Junho de 1989

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Domingo, amigo, vota CDU

A manhã quando terminar o dia a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu chega ao fim. E no domingo a decisão democrática do voto determinará a arrumação de forças na lista dos «24».

Nestes dias de entrecchoque de concepções sobre a realidade da integração de Portugal na CEE e dos métodos de intervenção dos partidos e forças concorrentes no acto eleitoral do dia 18, por entre as nuvens do confusão e do «folclore» de vários deles, os portugueses puderam minimamente formar uma opinião, aferir da coerência política entre os actos e as palavras das forças em presença, comparar o discurso político com a prática tradicional, aquilatar das propostas e objectivos das diversas candidaturas.

Puderam, mesmo no fragor de uma batalha política complexa, fazer uma destriça sobre o que foi eleitoralismo sem princípios e o que tem sido um esforço sincero de consciencialização popular para o voto.

Concretamente, puderam reflectir e submeter a uma elementar análise crítica as concepções, os métodos de intervenção na campanha eleitoral, a coerência política entre os actos e o discurso, entre as afirmações e prática da CDU e dos restantes partidos concorrentes.

No domingo o eleitor português, homem e mulher, jovem ou adulto, tem uma opção fundamental a fazer e uma imprescindível contribuição pessoal a dar para que a escolha de uma representação parlamentar portuguesa na Comunidade Europeia sirva e dignifique Portugal e a democracia portuguesa, principalmente a de deputados idóneos, aptos a defender com determinação os interesses do País no embate de 1993 que vai mexer profundamente com a nossa vida nacional, com a nossa estrutura económica e social obsoleta e com o nosso futuro colectivo a prazos imprevisíveis.

Os portugueses vão votar e é importante e desejável que o façam com acerto e um elevado sentido de responsabilidade.

Necessariamente, no domingo próximo, é de extrema importância que o voto dos portugueses constitua de modo exigente uma esclarecida afirmação de identidade nacional, da inabalável vontade de defender e acautelar os superiores interesses do País e do Povo, de salvaguardar para as gerações vindouras a nossa integridade e soberania, a nossa independência nacional.

No domingo é preciso votar e votar bem. E votar bem é votar CDU. O voto CDU é o voto nos portugueses democratas e patriotas mais autênticos, é — como justamente se inscreve na sua bandeira de luta — «o melhor para Portugal».

A CDU tem levado a sua campanha de verdade, unidade e coerência política às massas populares mais amplas.

Enfrentando os desfavores de uma gritante desigualdade de trato nos órgãos de comunicação social estatizados de grande audiência controlados pela direita, é à custa de um extraordi-

nário esforço militante e entusiástico que a CDU tem conseguido levar a todos os recantos do Continente, das Regiões Autónomas e aos núcleos da Emigração a sua voz e a sua mensagem.

É uma luta desigual com uma direita governante que dispõe à vara larga da TV e da Rádio oficiais, constitucionalmente obrigados ao pluralismo democrático que falseiam descaradamente; com um partido de Governo que mobiliza a seu favor os recursos financeiros e técnicos do Estado de todos nós. Quase todo o Governo sob a capa mentirosa do «serviço público» tem andado com o Primeiro-Ministro à cabeça numa roda viva na campanha eleitoral do PSD. Quem paga tais andanças?

O Governo PSD e pessoalmente Cavaco Silva lutam desesperadamente contra o desgaste da sua imagem política e a visível redução da sua base de apoio nos últimos tempos.

No dia 3 o Conselho de Ministros, no meio de um conjunto de medidas de execução prática dos planos da contra-revolução, logo após a revisão constitucional que conseguiu com a colaboração do PS, anunciou um «plano de combate à pobreza» que fugiu a precisar no concreto; «decretou» maiores facilidades de acesso ao crédito para habitação própria... para entrar em execução para as «calendas gregas»; determinou a alteração do regime de «tarefeiros» da Função Pública; anunciou a elevação do salário mínimo nacional e tudo sem concretizar prazos e valores concretos.

Anteontem decidiu a atribuição de um subsídio de gás de 25 escudos, mais a venda de casas há uma quantidade de meses fechadas ou precariamente ocupadas no bairro de Chelas, em Lisboa, e no Vale da Amoreira, na Moita.

E entretanto, ainda recentemente o ministro Cadilhe agravou as concessões do crédito à habitação; ainda há pouco o Governo fez entrar na Assembleia da República um projecto-lei que acaba com o pagamento integral das pensões da Função Pública e as reduz para 80%, e estabeleceu uma injusta grelha salarial que está na base das grandes greves em curso na Função Pública e no professorado. E quantos agricultores sabem quantos meses (e em alguns casos quantos anos), têm esperado em vão que o Governo lhes pague os subsídios de gás antes decretados e nunca pagos?

O PSD, o Governo, Cavaco Silva (e estranhamente, de certa forma o PS, pela boca do seu cabeça de lista) preconizam uma espécie de obrigação de os deputados portugueses no Parlamento Europeu defenderem as posições do Governo.

No fiasco do Campo Pequeno, Cavaco disse que «os partidos da oposição atacam lá fora o Governo quando lá deveriam ser portugueses». E anteontem em Guimarães afirmou que «a estabilidade política e um clima de confiança são condições essenciais para uma boa integração europeia».

Cavaco Silva sabe que há uma abissal diferença entre as posições e a política concretas do seu Governo, de submissão aos interesses das multinacionais da CEE em Portugal, entre a sua oferta de mão-d'obra barata no mercado internacional do trabalho, e as da CDU cujos deputados se batem lá fora e cá dentro pelos interesses do povo e do país, pela ajuda dos países desenvolvidos da CEE ao desenvolvimento tecnológico e à modernização da nossa economia, se batem por uma política de salários que acentue a favor dos trabalhadores a distribuição do rendimento nacional e por uma «Carta Social Europeia» que reconheça todos os direitos elementares dos trabalhadores com carácter vinculativo por todos os países da CEE.

O cabeça de lista do PS, João Cravinho, propôs no início da campanha «um acordo de regime (entenda-se entre os partidos representados no Parlamento Europeu) para a defesa dos interesses de Portugal no seio da CEE».

Os deputados da CDU em Estrasburgo (que de novo integram a lista dos seus candidatos às eleições do dia 18) nunca precisaram de «um acordo de regime» para defenderem vigorosamente os interesses específicos do povo português e de Portugal no Parlamento Europeu. Os 3 deputados da CDU (no caso vertente deputados do PCP) têm um activo de trabalho no Parlamento de Estrasburgo inigualável que nenhum outro partido português pode reclamar, têm sabido, conjuntamente com outros parlamentares comunistas de outros países concitar e mobilizar em defesa dos projectos portugueses o apoio e adesão de outros sectores políticos ali representados.

Os candidatos da CDU têm dado nesta campanha eleitoral sobejas provas de dignidade, competência e isenção. Em condições adversas, numa batalha política complexa, têm-se mostrado ao povo português como os mais aptos e qualificados para uma defesa consequente dos interesses nacionais e da causa de Portugal no Parlamento Europeu.

Têm demonstrado, na linha de actuação patriótica e competente dos deputados da coligação nos últimos 3 anos, a sua consequência política ao reivindicarem que Portugal seja no seio da Europa Comunitária um beneficiário líquido das ajudas da CEE, dos seus planos de desenvolvimento regional, da utilização rigorosamente submetida ao controlo democrático dos «Fundos» da CEE para a superação dos nossos atrasos, para a correcção dos nossos desequilíbrios e assimetrias estruturais e regionais, da urgente melhoria das condições sociais dos trabalhadores portugueses ao falado «nível europeu».

No domingo, eleitor amigo, homem ou mulher, jovem ou adulto, tudo isso deve estar presente na tua decisão de votar, na tua opção de voto.

Como português, como democrata, como patriota, não te abstenhas de votar útil e bem na única lista que constitui uma solene e válida ga-

Resumo

7 Quarta-feira

Carlos Carvalhas apresenta em Guimarães as propostas da CDU ■ Um comício do PSD em Torres Vedras com a presença de Cavaco Silva e António Capucho fica assinalado pela escassa assistência ■ «Burla, delapidação e dolos fiscais» são algumas das acusações feitas pelos trabalhadores do Braz & Braz a Rui Teixeira Santos, há dezoito meses dono da empresa bicentenária, exigindo a intervenção da Inspeção-Geral de Finanças ■ A situação político-militar na China permanece confusa, tendo uma grande parte dos efectivos militares abandonado a praça de Tian An Men e revisitado o bairro diplomático em busca de atiradores furtivos. Muitos estrangeiros abandonam Pequim ■ Num hospital do Rio de Janeiro morre a cantora Nara Leão.



8 Quinta-feira

Carlos Carvalhas realiza um comício em Coimbra e Álvaro Cunhal um outro em Grândola ■ Na União Soviética cinquenta dos 58 deputados lituanos do Congresso dos Deputados do Povo abandonam a sala durante uma intervenção de Mikhail Gorbachev em protesto contra a criação de uma Comissão de Controlo Constitucional ■ Cem congressistas norte-americanos solicitam ao Presidente Bush que refira a situação dos direitos humanos em Timor-Leste, durante a recepção que amanhã se realizará ao presidente da Indonésia, Suharto ■ Morre o cantor Tony de Matos, vítima de doença incurável, depois de uma operação ao baço no Hospital de Santa Maria.

9 Sexta-feira

Portugal atingiu o mais alto índice de inflação de todos os países da CEE ao registar em Abril passado, segundo dados divulgados pelo gabinete de estatísticas da CEE, 13,2 por cento de evolução anual ■ Os sindicatos dos professores convocam greves aos

exames e avaliações do ano lectivo em curso, caso o Governo não aceite algumas das reivindicações da classe ■ Cerca de mil elementos da PSP reúnem-se num jantar em Lisboa onde o magistrado do Ministério Público, Bernardo Colaço, afirma que a questão de um sindicato na Polícia deve ser ultrapassado com «bom senso, capacidade de diálogo e vontade de desbloquear a teimosia política do Governo» ■ O dirigente chinês, Deng Xiaoping aparece na televisão prometendo a continuação das reformas económicas em curso no seu país e elogiando a actuação do exército nos acontecimentos de Tian An Men.

10 Sábado

Comemora-se o Dia de Portugal, com as comemorações oficiais a centrarem-se nos Açores, coincidindo com o final da Presidência Aberta ali levada a cabo por Mário Soares, esta assinalada pela manifestação de desacordos entre o Governo Regional e o Governo Central, nomeadamente no que se refere ao aprofundamento das autonomias regionais e revisão constitucional ■ Num comício no Porto, Álvaro Cunhal afirma que «este Governo já não se sente seguro de ir até ao fim do mandato de quatro anos» ■ Também no Porto é sepultado o Presidente Honorário do Partido Socialista, António Macedo ■ Cerca de 750 sargentos das Forças Armadas portuguesas elegem a Comissão Instaladora para a legalização da Associação Nacional da classe ■ Na China são presas centenas de pessoas pelas autoridades à luz da Lei Marcial por alegado envolvimento nas acções de protesto que se realizaram no país desde 15 de Abril.

11 Domingo



Na Amadora Carlos Carvalhas participa num comício onde anuncia os «dossiers» que os eurodeputados da CDU tencionam «agarrar» de imediato: problemas da juventude, situação das mulheres e «feminização da pobreza», audiovisual e coesão económica e social ■ Cavaco Silva, Leonor Beleza, António Capucho e Carlos Pimenta participam num comício do PSD no Porto onde aqueles responsáveis do partido do Governo tecem críticas a toda a oposição ■ Jorge Sampaio, líder do PS, percorre a Península de Setúbal em campanha para o Parlamento Europeu ■ O General Vasco Gonçalves participa em Caixaria,

no concelho de Torres Vedras, num almoço da CDU onde os agricultores presentes se manifestam contra a política do Governo de Cavaco Silva ■ O comandante militar da região centro de Israel e da Cisjordânia pede a demissão do cargo depois de 18 meses de tentativas infrutíferas para acabar com o levantamento palestino.

12 Segunda-feira



Depois de reuniões com o Governo, os sindicatos da Função Pública confirmam o pré-aviso de greve para quarta e quinta-feira, na que será a maior greve de sempre no sector, apoiada por todas as estruturas sindicais ■ A Siderurgia Nacional paralisa totalmente naquele que é o primeiro dia de uma semana de luta, em protesto contra o anunciado despedimento de 2000 trabalhadores ■ A Comissão Política do Comité Central do PCP divulga uma nota onde «considera que em nenhuma circunstância — e qualquer que seja o Governo — Portugal deverá aceitar armas nucleares no seu território» ■ Um incêndio destrói totalmente o edifício principal da Universidade dos Açores ■ Milhares de pessoas assistem em Lisboa às marchas populares que descem a Avenida da Liberdade ■ O líder soviético, Mikhail Gorbachev inicia uma visita à RFA onde uma das questões principais a debater com as autoridades deste país será o desarmamento.

13 Terça-feira

Num seminário sobre as Consequências do Mercado Interno realizado em Lisboa e promovido por cinco Federações Sindicais constata que não há um único sector de actividade que, quer do ponto de vista empresarial, quer sindical, «não manifestem as maiores reservas quanto à realização do Mercado Interno em 1992» ■ A URSS e a RFA assinam, em Bonna, uma declaração política comum na qual os dois países se comprometem a trabalhar «por uma Europa de paz e cooperação»; a declaração e mais 11 acordos foram assinados por Mikhail Gorbachev e Helmut Kohl, no segundo dos quatro dias da visita oficial que o dirigente soviético está a efectuar à RFA ■ O presidente argentino Raul Alfonsín anuncia que irá apresentar a sua demissão ao Congresso a 30 de Junho para «preservar a paz no país» ■ O presidente italiano, Francesco Cossiga, encarrega o primeiro-ministro cessante, Ciriaco de Mita, de tentar formar um novo governo, depois de três semanas de esforços infrutíferos para resolver a crise política do país.

rantia de defender os teus interesses e de se bater consequentemente por eles — a CDU.

Tu, jovem, que estás no centro da construção do nosso futuro, não te mantendas à margem do decisivo acontecimento do próximo domingo, assume-te como directo interessado do que vai ser decidido nas urnas, dispõe-te a cumprir no bom sentido o teu dever cívico e o teu direito de jovem cidadão ou cidadã — votar bem, votar CDU.

Vós, operários e trabalhadores da cidade e do campo tendes uma palavra decisiva a dizer nesta pugna eleitoral. Queiramos ou não a realidade CEE contende com a nossa realidade nacional.

Vós, trabalhadores da Função Pública, do Ensino, da Saúde, da Siderurgia, dos Impostos, da Quimigal, da Petrogal e outros que nesta semana em número tão elevado por meio da greve estais dando uma admirável prova de unidade e firmeza não voteis naqueles que estão na origem das razões que vos levaram à greve e vos enchem de preocupações para o futuro. Votai sim na única lista que sem reservas mentais e sem tibezas se propõe lutar pela satisfação das vossas legítimas aspirações — a CDU.

Vós, intelectuais, cientistas e quadros técnicos, que à defesa do património cultural e científico português e à cultura europeia podeis dar uma contribuição ímpar, votai na coligação que tem a cultura como bandeira de luta.

Vós, agricultores, recusai-vos a avalizar com o voto aqueles que querem roubar os baldios do povo, que querem transformar as vossas terras de gado e pão em eucaliptais esterilizadores da capacidade produtiva dos solos e dai o voto aos que na primeira linha defendem os vossos interesses — a CDU.

Vós, pequenos e médios comerciantes e industriais, recusai o voto aos que querem instalar as multinacionais nos ramos que melhor lhes garantam altos lucros destruindo as vossas modestas formas de viver. Dai-o antes àqueles que ao vosso lado se opõem no País e fora dele a esse aniquilamento social — à CDU.

No domingo, amigo, não queimes o dia todo numa «suecada» na tasca do teu bairro, não estejas de manhã à noite numa ardorosa e aliciante partida de chinquilho. Faz uma pausa, pega nos amigos e val com eles votar naqueles que são carne da tua carne, que são classe da tua classe — a CDU.

E tu, amiga, cidadã, trabalhadora, mãe de família, não passes o domingo todo metida em casa. Agarra nas tuas amigas, leva-as contigo até às Assembleias de voto e vota, vota bem, vota com elas — na CDU.

E vocês, que ouvis com simpatia as tiradas humorísticas ou as frases dos candidatos dos pequenos partidos de esquerda que não têm hipótese de eleger alguém, não façais um serviço à direita votando neles e deitando assim fora sem nenhum proveito o vosso contributo eleitoral.

Votai naqueles que podem eleger mais um deputado com o vosso sufrágio — a CDU.

No domingo, amigos, votai CDU!

Eleições
Parlamento
Europeu



CDU

é melhor
para Portugal!

Avante!
Programas de todos os países UNI-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskia
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88



Adesão de massas e consensos nas lutas sociais *Não será por aí que vacila o voto nas eleições*

Embora para alguns tenha parecido estar em causa uma presumível subida da abstenção às urnas para o Parlamento Europeu, no próximo domingo, devido às datas das greves, soubemos junto de responsáveis sindicais, e alguns afirmaram-no em público no próprio pré-aviso de greve — como foi o caso do STAL —, que o voto para o PE se inscreve na luta de massas dos trabalhadores do Estado contra uma política servil perante o CEE e opressora dos direitos dos trabalhadores dentro do nosso país. Eleições e lutas de massas não se opõem, assim, na sua eficácia; antes se completam, destacadamente no campo da adesão. Adesão, pois, às greves e outras formas de luta! Adesão ao voto para o Parlamento Europeu!

Ainda nas páginas dos trabalhadores

• Na sequência da participada greve (a maior de sempre, dizem os sindicatos) na Administração Central, Regional e Local, em 31 de Maio, os professores juntam-se aos outros trabalhadores da Função Pública, incluindo a Segurança Social, na luta de 14 e 15 do corrente.

• Destaque para o apoio e mesmo a adesão dos médicos e dos investigadores científicos às formas de luta

adoptadas pelos sindicatos contra a grelha salarial do Governo.

• Embora o espaço impusesse limites intransponíveis ao realce de lutas tão importantes como as da Siderurgia, da Feis, etc., aqui se assinala a sua coincidência, juntamente com outras, nos dias há muito escolhidos pelos sindicatos da Função Pública e dos Professores, podendo estes últimos, apesar das negociações de última hora propostas pelo Governo, vir a causar perturbações no

final do ano lectivo e no início do próximo.

• Embora insuficientemente informada pela Televisão, a opinião pública, que pode vir a ser duramente abalada por um prolongamento da luta dos professores e dos restantes trabalhadores do Estado, compreenderá, sem dúvida, que são também os seus interesses que estão a ser defendidos nas greves, pois o Governo não ouve outros argumentos. E não se trata — longe disso — apenas de um problema, de um conflito sa-

larial. Trata-se do futuro das nossas escolas, da qualidade do nosso ensino, da aprendizagem, da educação dos filhos de todos os portugueses.

• Reformados manifestam-se em Lisboa.

• Jovens trabalhadores explicam as razões de uma campanha e do sentido do seu voto.

• Eleitos novos dirigentes sindicais em Évora.

• Sumário sindical.

Semana/págs. 2, 3 e 4

PCP opõe-se à instalação de armas nucleares em Portugal

A propósito de recentes tomadas de posição de responsáveis do Governo, favoráveis à modernização dos mísseis «Lance» e à instalação de armas nucleares em Portugal, o Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP divulgou uma nota cujo texto transcrevemos na íntegra:

1. Não podem deixar de causar sérias preocupações as posições defendidas por destacados responsáveis do Governo — designadamente Cavaco Silva e Eurico de Melo — a respeito da modernização dos mísseis de curto alcance «Lance» e da eventualidade da instalação de armas nucleares em Portugal.

2. Com efeito, num momento em que na Europa, sob o impulso das propostas e nova política da União Soviética, se afirma um poderoso movimento de opinião, ao nível dos povos e de estados, em favor da liquidação dos mísseis de curto alcance, o Governo Cavaco Silva manifesta uma clamorosa subserviência em relação à administração norte-americana e alinha-se com as posições mais reacionárias ao sustentar e apoiar o reforço do armamento nuclear e a sua modernização.

3. Revestem-se igualmente da maior gravidade as declarações de Cavaco Silva e Eurico de Melo, a propósito da cimeira da NATO em Bruxelas, admitindo a instalação de armas nucleares no território nacional se a NATO assim o entender.

4. A participação de Portugal na NATO cria inegavelmente condicionamentos sobre as decisões do nosso país, mas isso não deve ser confundido com a deliberada e completa sujeição aos interesses dos EUA e dos círculos extremistas da NATO. A circunstância de diversos países da NATO — com destaque para a RFA — se pronunciarem contra a modernização dos mísseis de curto alcance e de outros países impedirem a instalação de armas nucleares nos seus territórios, testemunha com clareza que, havendo a correspondente vontade política, Portugal, embora participando na NATO, pode afirmar e fazer valer as suas próprias opiniões e posições diferenciadas.

5. O PCP considera que em nenhuma circunstância — e qualquer que seja o seu governo — Portugal deverá aceitar armas nucleares no seu território. O desejado avanço das negociações sobre o desarmamento e armas nucleares nunca deverá levar à sua instalação em países que, até agora, as não têm. Neste sentido, o PCP alerta para a gravidade das afirmações do vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, na

Nota do Executivo da Comissão Política

Assembleia da República, no dia 10 de Maio, ao responder a perguntas do grupo parlamentar do PCP, no sentido que Portugal é favorável à modernização dos mísseis «Lance», pois caso contrário os EUA instalarão em Portugal aviões de dupla capacidade.

O PCP sublinha ser absolutamente inaceitável que a liquidação dos mísseis de curto alcance possa levar à entrada em Portugal de aviões de dupla capacidade, isto é, com possibilidade de serem portadores de armas nucleares.

6. O PCP considera que este tema pode proporcionar um largo consenso nacional, patriótico, que mantenha Portugal livre de armas nucleares.

7. Em nome da segurança dos portugueses e também da contribuição de Portugal para a defesa da paz na Europa e no mundo, o PCP opõe-se firmemente à instalação de armas nucleares em Portugal e considera que seria muito importante para o próprio debate eleitoral em curso que as outras forças políticas clarificassem as suas posições nesta matéria.

12.6.1989

O Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP

Manuel Tiago

edições
Avante!

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

edição especial ilustrada pelo pintor Rogério Ribeiro



a Talhe de FOICE

Campanha alegre

Afinal não estamos assim tão descaracterizados — campanha alegre é connosco, talqualmente há 100 anos (mais promessas menos promessa) Eça contava dos surtos eleitorais da época.

Dos pequenos aos grandes partidos, passando pelos médios e antes pelo contrário, a pilhéria desabrocha em cada esquina do nosso esclarecimento eleitoral. Há uns — conhecidos precisamente por ninguém saber quem são nem onde estiveram nos longos períodos entre eleições — que aparecem sempre a alta velocidade e vindos da «esquerda».

Caracteriza-se a concepção automobilística da política, mais o pormenor de confundirem a rodovia eleitoral com uma pista de fórmula 1: esquerda, para eles, é zona de ultrapassagem e não há quem os tire dali. Entretanto a direita segue, como é normal no trânsito e na anedota das caravanas, eleitorais ou não.

Outros, também pequenos na expressão política mas grandes na ambição eleitoral, apostam na velocidade de cruzeiro traçada em águas que vão do completamente assoreado ao turvamento sem fundo. Uns, como o MDP, chapinham numa língua de água a fingir milagres, outros, como o PRD, não acreditam em milagres e embarcam um passageiro em barco alheio.

Depois vem o CDS, cuja existência política continua sendo um mistério por averiguar. Aqui produz-se um fenómeno bizarro, oscilando entre duas interrogações: será o CDS uma candidatura chamada Lucas Pires, ou Lucas Pires uma candidatura que não chamá o CDS? A dúvida já engoliu apoios e apoiantes e, ultimamente, ameaça submergir tudo, perante o anúncio do presumível candidato deste presumível partido em fazer uma campanha de uma «transparência» cujo centro está a arrepiar os cabelos de todos os «centristas». A coisa ganha entretanto amplitude através do Partido Socialista, que se apresentou a estas eleições com um slogan curiosíssimo, ilustrado por um boneco estrábico a dizer que «já não lhe atiram areia para os olhos». Saudemos tal franqueza eleitoral do PS, que explica numa assentada o sinuoso percurso deste partido, dito de oposição ao Governo e à política de Cavaco Silva.

Portanto o PS, ao permitir a sobrevivência deste Governo com o seu acordo de revisão constitucional, ou ao atingir profundamente o Portugal de Abril, os direitos dos trabalhadores e o regime democrático com esse mesmo acordo não estava, objectivamente, a concretizar a política há anos perseguida pela direita deste País: a sua actuação não passou dum percalço oftalmológico provocado por um areal que lhe entrou pelos olhos dentro. Agora, que já fez o que a direita queria, garante que não lhe atiram «mais areia para os olhos» e aí está ele, de olho vivo e pé ligeiro, a pôr trancas de esquerda na porta que ele próprio permitiu que se arrombasse.

Não há dúvida que a areia é um elemento decisivo na actividade política do PS: quando não lhe entra nos próprios olhos, atira-a ele, às carradas, para os olhos dos outros.

Finalmente temos o PSD, que actua nesta campanha como uma velha «estrela» de revista que não deu pelo passar do tempo e da popularidade. Forrada a dinheiro, a sua campanha não olha a meios para mostrar que existe: arrebanha jovens pagos ao dia para coreografar a «onda laranja» que se evaporou, dá aventais de plástico e espeta dedinhos no ar, põe cartazes luxuosos onde medra a miséria, volta a prometer o que nunca cumpriu, anuncia um programa que não diz qual é e no fim soma grupinhos que a sua televisão procura agigantar para um apoio de massas que não se vê. No meio disto tudo sobra a CDU, sem areia nos olhos nem eventais de plástico, sem promessas ocas e com propostas concretas, sem financiamentos intrigantes e com muita militância, a dizer exactamente o que é e o que quer, o que pode fazer e o que deve ser feito, na sua perspectiva. É capaz de não ter tanta graça. Mas as eleições, ao contrário do que parecem crer muitos «democratas» que por aí andam, não são propriamente uma palhaçada. Apesar de todos gostarmos de rir, evidentemente...

■ H.C.

Trabalhadores

Sumário sindical



Condolências. Por motivo da morte do dr. António Macedo, «antifascista e democrata, cujo exemplo perdurará na memória colectiva dos portugueses», o Conselho Nacional da CGTP apresentou à Comissão Política do Partido Socialista pelo falecimento do presidente honorário do PS as mais sentidas condolências.

Férias e IRS. Ao esclarecer sobre a retenção na fonte do Imposto sobre Rendimentos Singulares, a FEPES — Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços — afirma que «numerosas empresas» estão a aplicar indevidamente «taxas mais elevadas do IRS» sobre remunerações no mês em que pagam os subsídios de férias, prejudicando assim os trabalhadores. A FEPES chama a atenção para a legislação correspondente.

Espanhóis. A fuga do pescado «capturado em águas nacionais para os portos espanhóis» é um dos pontos da ordem de trabalhos do Congresso, o segundo, da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, anunciado para 10 do corrente. Entre os outros temas que segundó a respectiva convocatória seriam abordados no Congresso, inclui-se «a anarquia da venda do pescado na Docapesca de Lisboa». Em relação aos espanhóis, a mesma convocatória refere as localidades de Vila Real de Santo António e Ayamonte.

Suharto. A CGTP, que se associa à campanha da Associação para o Planeamento da Família, repudiou recentemente a atribuição do prémio das Nações Unidas (ONU) ao presidente Suharto da Indonésia. A central protestou junto de várias entidades portuguesas e internacionais contra o referido galardão atribuído por serviços relevantes em actividades ligadas ao planeamento familiar. A Inter recorda que o presidente indonésio foi várias vezes condenado por instâncias internacionais, designadamente por violação dos direitos do homem e pela «prática de genocídio» contra a população de Timor-Leste.

Braz & Braz. As organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores da firma Braz & Braz acusaram Rui Teixeira Santos e a sua administração de descapitalizarem a empresa pondo em risco os empregos de 400 trabalhadores.

Judas. Deslocou-se a Genebra para participar nos trabalhos da 76.ª sessão da Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o dirigente da CGTP, José Luís Judas. Este elemento da Comissão Executiva do Conselho Nacional da Inter participa, como delegado dos trabalhadores portu-

ses, nessa sessão que trata este ano do trabalho nocturno e dos riscos na utilização de produtos químicos.

Reestruturação. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul considera que, sob o nome de reestruturação, a empresa SPEL não pretende mais do que despedir «mais 150 trabalhadores». O Sindicato acusa a administração daquela firma de «má gestão».

Agressões. Entre outras agressões ao regime constitucional que vigorava antes da última revisão da lei fundamental do nosso país, a CGTP inclui a aprovação do pacote laboral e, conforme deliberação do seu 6.º Congresso, solicitou ao Provedor de Justiça que considere a inconstitucionalidade dos diplomas atinentes. O pedido da CGTP ao Provedor é acompanhado dos pareceres jurídicos fundamentados, diz a CGTP.

Eleições. Para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) foi eleita por maioria, segundo resultados provisórios, a lista A, com 57,5 por cento dos votos. A lista B obteve 38,1 por cento, com 3558 sufrágios. Houve 350 boletins em branco e 53 nulos, de acordo com os resultados provisórios divulgados pela comissão eleitoral. Do programa da lista A destaca-se que os seus elementos se identificam com «a prática sindical desenvolvida nos últimos anos pelo SPGL e pela Fenprof», pretendendo os mesmos eleitos «superar deficiências e desenvolver a mesma linha de actuação».

PE. Das diversas iniciativas sindicais relacionadas de perto com as eleições para o PE (Parlamento Europeu) refira-se que o Plenário Distrital de dirigentes, delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores aprovou uma resolução em que se manifesta «pela concretização da coesão económica e sobretudo social, perspectivada pela harmonização do processo; pela participação dos trabalhadores na definição das posições do Estado português; pelo enquadramento do Fundo Social Europeu num sistema integrado de educação, formação e emprego, deixando de ser o campo de negociatas que tem sido; contra a desregulamentação e precariedade no trabalho; contra os baixos salários e a degradação das condições de vida; pela redução do horário de trabalho para padrões europeus; pela prestação de serviços de saúde e segurança social equivalentes aos padrões verificados na generalidade dos países da CEE». O Plenário contou com 200 participantes e foi convocado pela União dos Sindicatos de Aveiro.

Nacional

A morte de António Macedo

No passado dia 9 o gabinete de imprensa do PCP divulgou o texto do telegrama enviado por Álvaro Cunhal, em nome do Secretariado do Comité Central do PCP, ao Secretariado do Partido Socialista:

«Ao tomar conhecimento da morte de António Mac-

edo, o Partido Comunista Português apresenta à Direcção do Partido Socialista e à família enlutada votos de pesar e condolência pela perda do eminente antifascista, companheiro de longos anos na luta pela liberdade e pela democracia em Portugal».

Entretanto, nesse mesmo

dia (passada sexta-feira), nas iniciativas promovidas pela CDU foi observado um minuto de silêncio em homenagem ao presidente honorário do PS, de acordo com decisão da Coordenadora Nacional do CDU.

No funeral de António Macedo, realizado no Porto, in-

corporou-se uma delegação do PCP constituída pelos camaradas **Edgar Correia**, membro da Comissão Política do Comité Central, **Helena Medina**, **Oscar Lopes** e **Oliveira Dias**, do CC, e ainda **Virgínia Moura**, **Armando Castro**, **Lino Lima** e **Macedo Varela**.

Camaradas Falecidos

Mário Rente Fernandes

Militante do PCP desde o tempo da clandestinidade, faleceu o camarada **Mário Rente Fernandes**, engenheiro técnico do LNETI/Ministério da Indústria e Energia. O funeral foi acompanhado por elevado número de colegas. Uma delegação do organismo de direcção da Função Pública representou a organização do Partido no último adeus ao militante comunista.

Aníbal Freire Cintra

Organizado na célula do Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa, faleceu recentemente o militante comunista **Aníbal Freire Cintra**. Era na-

tural de Berragil (Lagoa) e contava 53 anos. Enfermeiro muito estimado pelos trabalhadores de todos os sectores profissionais e internados daquela unidade hospitalar, o funeral de Aníbal Cintra constituiu uma sentida manifestação de pesar.

Manuel da Silva Lagos

Destacado membro do Partido no Algarve, faleceu o nosso camarada **Manuel da Silva Lagos**. Filiado no PCP desde 1944, foi delegado ao V Congresso, fez parte do Comité Regional do Algarve no Sotavento e participou, em situação de semiclandestinidadade, no Comité Regional do Sado. Foi preso várias vezes, a última das quais em 1958. Era funcionário do

PCP e membro do Executivo da Comissão Concelhia de Faro.

Joaquim dos Santos Arsénio

Com 61 anos, faleceu o militante comunista **Joaquim Afonso dos Santos Arsénio**, membro do Partido desde os tempos da clandestinidade. Natural de Ervidel, residia em Sobreda e ultimamente trabalhava na Parry, no concelho de Almada.

João Fernando Matias

Operário, de 47 anos, faleceu recentemente o nosso camarada **João Fernando Matias**, membro da organi-

zação da freguesia de Alcochete, vítima de um brutal acidente de viação quando, em serviço dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, de que era secretário da direcção, se deslocava ao Norte do País.

Firmino Galvão

Devido a atropelamento perdeu a vida o camarada **Firmino Galvão**, de 61 anos, operário agrícola na Cooperativa do Canejo (Couço).

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Trabalhadores

Depois de infrutífero diálogo

Professores mantêm a greve

Anteontem, feriado em Lisboa, os sindicatos sem excepção desdobraram-se em tentativas para resolver sem luta o conflito com o Governo, que ao que parece, se mostrou de uma intransigência exemplar. Na tarde de terça-feira os principais responsáveis por organizações sindicais de toda a espécie mantinham a convocação da greve.

O mesmo acontece com a função pública em geral. 470 mil abrangidos pelo pré-aviso de greve. Grevistas não esquecem as eleições.

A menos que surja uma reviravolta imprevisível vinte e quatro horas antes da greve de dois dias pré-avisada por sindicatos das variadas correntes de opinião, quarta e quinta-feira desta semana parará completamente a máquina administrativa do Estado.

O movimento de massas gerado dentro e à volta da luta dos professores, com o apoio solidário de grande



Um «ensalo geral» das lutas de 14 e 15, que resultou em cheio (aspecto do plenário de 31/5, dia da greve. Cinema Alvalade, Lisboa)



Um dos sindicatos mais activos nas lutas da função pública, em conferência de imprensa, sexta-feira passada

parte dos médicos, enfermeiros e outro pessoal da saúde, da administração central, regional e local das mais variadas categorias profissionais, faz prever, sem prejuízo da ida às urnas para o PE, antes pelo contrário, como o referiram publicamente diversos sindicatos, com destaque para o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), fortemente implantado nas autarquias de todo o País.

Os fundamentos da luta são conhecidos. Recordemos apenas neste espaço que a

chamada modernização é uma contra-modernização e que os projectos de reforma do Ministério da Educação, da secretária de Estado da Modernização Administrativa e, num sentido mais vasto, do próprio Governo, não passam de projectos de contra-reforma, virados em alguns dos seus aspectos para a situação anterior ao 25 de Abril.

A caixa que aqui publicamos da Escola Eugénio dos Santos revela bem, quanto a nós, como a necessidade imprescindível da greve é senti-

da por todos os professores sem excepção.

É de lembrar, por outro lado, o grande consenso que se formou contra a «modernização» do SEMA. Organizações sindicais que normalmente se repelem e até, por vezes, se atacam desabridamente, não se limitaram desta vez a uma vaga solidariedade, mas aderiram às lutas, legalizando com as suas assinaturas os documentos necessários e apelando à participação em massa dos seus associados nas acções comuns.

Pelo seu lado, o Secretariado Nacional da Fenprof assinalava, em 8 do corrente, que «o Governo quer perturbar as avaliações escolares».

À primeira vista esta declaração parece incompreensível. Compreende-se, no entanto, se tivermos presente que o Governo aguardou o

último instante para convocar uma reunião apressada com os dirigentes sindicais (segunda-feira à tarde) que se saldou por um fracasso. Dirigentes sindicais diriam à saída que nada se tinha adiantado e que a convocação da greve se mantinha.

Acrescenta o SN da Fenprof que «o Governo continua a dar provas de total desrespeito pelos professores e pelas suas organizações representativas». A afirmação mantém-se, apesar da reunião marcada à pressa no dia 12. No entanto, mantém-se também, até ao último momento, o desejo manifesto pelos professores de resolverem o conflito pelas vias da negociação, sem abdicarem das suas mais que justas reivindicações. O mesmo se aplica aos restantes trabalhadores abrangidos pelos pré-avisos de greve.

Um exemplo vivido A Eugénio dos Santos

Dirigindo-se a alunos, pais, encarregados de educação e público em geral, depois de recordarem que a escola não funcionou normalmente nos dias 11, 22, 23 e 24 de Maio findo, pois «sem professores não há escola», os mesmos professores — é nessa qualidade que assinam o texto — sublinham que a greve vai continuar em 14 e 15 deste mês, chamando a atenção para o seguinte, no que respeita à bem conhecida e frequentada Escola Preparatória Eugénio dos Santos, do bairro de Alvalade, em Lisboa:

«Durante os últimos anos, o ministro da Educação afirmou repetidamente que, para combater a crise nacional do sistema educativo, era necessário e urgente «revalorizar e dignificar a carreira docente».

«Criaram-se assim expectativas aos professores. As promessas serviram para calar a sua crescente insatisfação relativa a:

- 1 — Total ausência de condições de trabalho;
- 2 — Total ausência de condições para intervirem eficazmente na redução do insucesso escolar;
- 3 — 3 — Ausência quase total de formação de professores;
- 4 — Ausência crescente de estímulo e motivação para desempenharem as suas tarefas;
- 5 — Um poder de compra reduzido em 50 por cento nos últimos dez anos. Recentemente a secretária de Estado da Modernização Administrativa apresentou aos sindicatos, que representam a totalidade dos professores, a nova proposta de grelhas salariais da Função Pública, em que se incluem os professores.

«Essa proposta é definitivamente inaceitável. «Porque:

— ignora cerca de 30 mil professores, cuja profissionalização vem sendo impedida, para os manter em situação de tarefeiros uns, e vinculados ao Ministério outros, vínculo que significa a obrigatoriedade de dar aulas em qualquer região do País;

— desqualifica os professores profissionalizados (licenciados ou bacharéis com estágio, equiparando-os a outras situações da função pública para os quais se requer um curso secundário;

— obriga os professores com 25 anos de carreira a uma prestação e provas públicas para atingirem os últimos escalões, sem mesmo especificar a natureza dessas provas;

— não melhora a situação salarial (os aumentos previstos não contemplam todos os professores profissionalizados e nem sequer compensam a inflação).

«Perante esta situação insustentável, os professores continuarão a lutar.

«O final deste ano lectivo e princípio do próximo serão seriamente comprometidos, por responsabilidade exclusiva do Governo.

«Os professores têm consciência da gravidade das implicações que a sua posição acarreta.

«Mas têm também consciência de que a não tomada de posição implica a degradação total e definitiva de um sistema educativo caduco e ineficaz.

«É esta uma oportunidade inadiável de lutarmos por um ensino digno dos Portugueses».

Seria difícil dizer melhor (e de dentro de uma escola) em tão curto espaço. Por isso e principalmente pela sua autenticidade de documento vivido, publicamos na íntegra o texto dos professores da Escola Preparatória de Eugénio dos Santos. Muitos outros não variarão muito por todo o nosso país, nas vésperas de uma luta nacional, que os primeiros interessados tudo têm feito para evitar.

Eleita em Évora nova direcção da USDE

O Plenário da União dos Sindicatos do Distrito de Évora (USDE) elegeu sexta-feira passada o novo Conselho Distrital para o triénio de 89-92. Aquele órgão aprovou, também na mesma reunião, o plano de actividades para o mesmo período, estando presentes 39 delegados em representação de 17 sindicatos e mais 3 por inerência de funções.

O novo CD da USDE, dos vinte elementos da direcção anterior (15 efectivos e 5 suplentes), elegeu apenas oito. Os quadros sindicais eleitos pertencem a 12 sectores de actividade e são: **Efectivos:** António Santos, António Eugénio, António Moleirinho, Custódio Carriço, Henrique Fernandes, Joaquim Emídio,

José Serra, José Correia, José Figueira, José Pedro Pais, Manuel Guerra, Maria Constantina, e Maria Isabel Gomes; **Suplentes:** Alfredo Magalhães, João Clerú, José Calado, Maria da Conceição Santos, e Raul Silva.

O Conselho Distrital da USDE foi eleito por 41 votos a favor e uma abstenção. Não houve brancos nem nulos.

Entre outros documentos, o Plenário da USDE aprovou a «decisão de intervir activamente no próximo acto eleitoral (18 de Junho, PE), decidindo dar apoio à emissão de um documento sobre o mesmo, com o objectivo de esclarecer os trabalhadores sobre a importância do voto na defesa dos seus interesses.

Trabalhadores

Emprego

Votar contra a precariedade é máxima dos jovens

• 70 por cento com trabalho instável, segundo a Interjovem, em Portugal

O Ministério da Juventude receberá dentro de pouco tempo uma série, que esperamos extensa, de votos dos jovens trabalhadores contra a instabilidade e a insegurança do emprego no nosso país.

A iniciativa faz parte de uma campanha lançada pela Interjovem e que terminará no próximo dia 24. Sob o lema «Emprego seguro sim/Precariedade não», a campanha desenrola-se sob diversas formas e, para ontem, estava marcada uma acção de animação, na Rua Augusta, em Lisboa, denominada **Tribunal de Opinião**.

Da mesma campanha fazem parte ainda acções de rua, contactos com jovens nas empresas e de esclarecimento acerca dos direitos dos trabalhadores.

O **Tribunal**, que «abre» às 10 horas, deve assinalar a «preocupante generalização da precariedade de emprego», que «põe em causa a indispensável qualificação da mão-de-obra e o futuro do País».

Contenção salarial e precarização

Ao comentar a política que nesse campo tem sido seguida pelo Governo, a Interjovem, organização autónoma de jovens trabalhadores da CGTP, divulga matéria de muito interesse e pouco conhecida. Além da contenção dos salários e da precarização dos empregos, base sobre que assenta essa política, a Interjovem, verificando que se trata de «uma política de vistas curtas e parciais», destaca que a mesma apenas se interessa pelos «lucros e interesses imediatos de alguns, sem atender ao

futuro e ao interesse do País».

Por este andar, acrescenta, «Portugal ficará na Europa como reserva de mão-de-obra barata e não qualificada».

Para a Interjovem e certamente para a grande maioria dos jovens trabalhadores, «é preciso inverter a actual tendência de exploração desenfreada dos jovens, corporizada na realidade de 90 por cento das novas admissões no mercado de emprego serem a prazo».

Hoje em dia, assinala, «setenta por cento dos jovens estão com emprego precário». São números oficiais.

Devido a isso, «54 por cento dos jovens já mudaram de emprego três e mais vezes impossibilitando assim qualquer tipo de especialização e qualificação».

E o que é mais: «Para os jovens começa a haver duas situações, que vão rodando entre si: desemprego e emprego precário. No quarto trimestre de 1988, dados oficiais apontavam para a existência de 182 mil jovens com menos de 30 anos na situação de desemprego, o que representa 59 por cento do total dos desempregados».

Realça por último a Interjovem:

«Se a esta realidade acrescentarmos o facto de o subsídio de desemprego cobrir apenas apenas 5,8 por cento dos jovens desempregados, começamos a ver melhor a situação dos jovens. «O inquérito ao emprego



Assina, como já o fizeram milhares!

não detecta nenhum caso em que os jovens que procuram o primeiro emprego recebam o «subsídio de inserção na vida activa», o que vem confirmar as apreensões da Interjovem, manifestadas em devido tempo, quanto à dificuldade em preencher os requisitos exigidos para usufruir desse direito.

«A degradação da situação económica das famílias portuguesas faz com que 77 por cento dos jovens que procuram o primeiro emprego o façam por motivos económicos e apenas 10 por cento o façam por terem concluído a sua formação escolar.

«Assim, 85,6 por cento de quem procura o primeiro emprego tem apenas o ensino

básico (6 anos de escolaridade) e somente 10,9 por cento têm o ensino secundário.

«Esta situação, ao invés de ser corrigida através da melhoria da rede escolar, do ensino em geral e de programas eficazes de formação profissional, tem sido aproveitada como fonte desmesurada de mão-de-obra disponível e barata, comprometendo o progresso e o desenvolvimento do País.

«Pretende-se fazer dos jovens uma «chiclette» que se usa, mastiga e deita fora, no mais claro desres-

peito pelos direitos dos trabalhadores.

«No caso presente, está a desperdiçar-se a força criativa, as potencialidades de inovação e a capacidade de trabalho dos jovens, em claro prejuízo do País. Não podemos continuar com uma política que apenas se preocupa com o lucro imediato, sacrificando a solidariedade social, o progresso harmonioso e o desenvolvimento equilibrado do País.

«A Interjovem há muito tempo que vem alertando para esses factos. Assim entregou já a sua carta reivindicativa e promoveu reuniões para debater a questão com o ministro da Juventude.

«Das suas propostas concretas, a Interjovem salienta a necessidade de combater o emprego precário, designadamente através da limitação

dos contratos a prazo, da fiscalização efectiva por parte da Inspeção do Trabalho das condições contratuais, assegurando o direito dos jovens a um emprego estável e compatível com as suas aspirações e qualificações profissionais.

«Por outro lado, é urgente o aumento do apoio social aos desempregados, através da melhoria dos regimes de seguro e subsídio social de desemprego e do regime de inserção dos jovens na vida activa.

«É necessário ainda garantir que, após a escolaridade obrigatória, os jovens que abandonem o sistema regular de ensino tenham acesso a dois anos de formação profissional extra-escolar remunerada (bolsa de estudo) que possa apoiar a integração na vida activa», conclui.

12 por cento na Unicervi

Um acordo global com aumentos da ordem dos 12 por cento foi conseguido na empresa Unicervi, mas apenas no que respeita a matéria económica, sendo de 11,25 por cento o aumento na tabela salarial.

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES-Sul) refere ainda que o aumento do subsídio de refeição foi de 14,54 por cento. «A restante matéria económica acompanhou o aumento da tabela salarial».

Quanto aos enquadramentos profissionais, assim como parte do texto do Acordo de Empresa (AE), só em Outubro deste ano serão negociados.

Os aumentos na matéria económica foram conseguidos numa sessão de negociações e produzem efeitos a partir de 1 de Junho em curso até 31 de Maio de 1990.

A Unicervi, distribuidora de cervejas da Centralcer para o distrito de Setúbal, emprega 350 trabalhadores.

Situação na China CGTP manifesta preocupação

Em nota aos jornais de 6 do corrente, o departamento de informação da CGTP-IN distribuiu um texto sob o título «CGTP-IN preocupada com a situação na China». Segue-se a nota na transcrição integral:

«A CGTP-IN tem vindo a seguir com profunda preocupação a evolução da situação na República Popular da China.

«O desenvolvimento do processo económico e social e uma nova e positiva política de relações internacionais da República Popular da China têm merecido o apoio das forças democráticas e amantes da paz em todo o mundo.

«A CGTP-IN, que ainda recentemente visitou a RP da China, pôde constatar o clima de empenhamento dos trabalhadores

chineses e dos seus sindicatos no desenvolvimento do país.

«Os graves acontecimentos da última semana em Pequim provocam à CGTP-IN um sentimento de profunda preocupação.

«A CGTP-IN, para quem a solução pacífica e negociada das situações de conflitualidade constitui um princípio, apela aos governantes chineses que, com bom senso e equilíbrio, promovam a resolução da grave situação com que se confronta o seu país.

«A CGTP-IN vai manter-se atenta ao evoluir da situação e fica disponível para dar a sua contribuição na procura de soluções rápidas para este conflito».

Amanhã em Lisboa

Concentração de reformados

O MURPI (Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos) convocou para amanhã, a partir das 15 horas, uma concentração frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social, na Praça de Londres.

Esta iniciativa, segundo uma nota distribuída à imprensa na segunda-feira, é promovida com o objectivo de protestar contra «os baixos valores das pensões de reforma e os habituais aumentos de miséria impostos pelo Governo» e «a deficiente prestação de serviços de saúde, a inexistência de ser-

viços de geriatria e de assistência a idosos, inválidos e acamados retidos no lar».

O MURPI reclama um «aumento de 3500 escudos/mês para todas as pensões de reforma, a partir de Julho de 89, sem prejuízo dos aumentos normais de Dezembro», «o cumprimento de um serviço nacional de saúde totalmente gratuito» e «o aumento das comparticipações por parte do Estado no preço dos medicamentos e o seu alargamento a outros produtos farmacêuticos e dietéticos essenciais».



Nacional

Parlamento

PSD quer fechar para férias

«Seria um escândalo que a Assembleia da República, depois de 18 de Junho, fosse trabalhar só dez dias para se limitar a meia dúzia de plenários», afirmou na passada segunda-feira, em conferência de imprensa, o deputado comunista João Amaral, a propósito de rumores que atribuem ao PSD a intenção de se preparar para não permitir que a Assembleia funcione para além de 30 de Junho.

Na opinião do parlamentar comunista, que estava acompanhado na mesa por Jerónimo de Sousa, Jorge Lemos e Joaquim Ruas, com esta medida a maioria governamental visa impedir que o Parlamento «exerça as suas competências legislativas em matérias particularmente urgentes», e, simultaneamente, «salvaguardar o Governo do exercício pela Assembleia das suas competências de fiscalização».

Esta situação afigura-se tanto mais inaceitável, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, quanto é sabido que a Assembleia «acaba de sair de um período em que o regi-

mento aprovado pelo PS e pelo PSD para o debate da revisão constitucional lhe coarcou o exercício pleno das suas competências legislativas e de fiscalização».

Na conferência de líderes parlamentares marcada para ontem, previa-se, entretanto, segundo foi divulgado aos jornalistas, que o Grupo Parlamentar comunista apresentasse uma proposta de matérias a agendar e discutir pelo Plenário da Assembleia até 15 de Julho, com possibilidade de a sessão ser prolongada até 30 de Julho.

De entre essas matérias, destaque para os projectos de lei relativos ao aumento do salário mínimo e das pensões e reformas e à questão do sindicalismo policial e amnistia dos sindicalistas entretanto processados.

Na opinião dos parlamentares comunistas deverão igualmente ser agendados os projectos de lei e resoluções sobre a preparação do País para 1992 e o impacto do Mercado Único sobre a nossa economia, defendendo ainda o PCP a realização de uma reunião



plenária para apreciação de projectos e propostas sobre a problemática feminina.

De acordo com as informações prestadas na conferência de imprensa, os deputados do PCP estavam também dispostos a bater-se na conferência de líderes de ontem pelo agendamento e discussão de projectos referentes à criação de novas freguesias, vilas e cidades e, bem assim, à votação na especialidade e votação final global do projecto de lei relativo ao regime de permanência de membros das juntas de freguesia.

Valpaços e Chaves vítimas do mau tempo

Os temporais ocorridos nos últimos dias de Maio causaram prejuízos da ordem das centenas de milhar de contos em muitas freguesias de Valpaços e Chaves, de acordo com um inventário realizado pelos serviços oficiais em colaboração com as autarquias e os agricultores.

O gabinete de imprensa da CDU de Vila Real, através de um nota onde refere este levantamento dos estragos causados por uma tromba de água e trovoadas, manifesta a opinião de que as autarquias das áreas afectadas, com base no DL 90/84, declarem tais regiões como zonas de grande calamidade e exijam do Governo as ajudas e os subsídios indispensáveis.

A CDU daquele distrito considera positivo o facto de os serviços oficiais «terem avançado para o terreno e efectuado um rigoroso levantamento das culturas atingidas, bem como das freguesias martirizadas». Na nota da CDU, divulgada na passada quinta-feira, alerta-se, contudo, para o facto de que «tal iniciativa por si só não é sinónimo de que os agricultores vítimas de tais intempéries venham a ser contemplados com subsídios a fundo perdido».

Este alerta da CDU é justificado pelas «experiências anteriores» (geadas, trombas de água e granizo que nos últimos anos têm atingido, por exemplo, Alijó, Campeã, Vila Pouca de Aguiar, Mondim de Basto e Chaves): «o

Governo, não obstante ser alertado por autarquias e organizações de lavoura, e em muitos casos ter recebido ajudas comunitárias para acudir a tais situações, até ao momento não deu nem tostão».

Também a política actual do Governo, na linha do que se tem passado com anteriores, é motivo de preocupação para a CDU de Vila Real no que respeita ao apoio aos agricultores atingidos pelo mau tempo. Concretamente, refere-se no comunicado o

«esvaziamento dos serviços oficiais» e as alterações ao Decreto-Lei 82/77, que atribuiu subsídios a fundo perdido para casos deste género.

A CDU denuncia ainda a «burla» dos seguros de colheitas: «não cobrem todas as culturas em todos os períodos do ano, e quando há prejuízos pagam uma bagatela».

Por tudo isto a CDU apela «à unidade, ao protesto e à luta dos agricultores pelas suas legítimas reclamações».

Preços para a produção «Brutal penalização» para os agricultores

A Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA) considera os preços de intervenção fixados pelo Governo para a campanha de 1989/90 da produção cerealífera como «uma brutal penalização para os agricultores portugueses em mais de 30 por cento».

Num comunicado da semana passada a FENCA compara os preços para trigo mole, centeio, cevada, milho, sorgo, aveia e triticale para a presente campanha com os de 1988/89, constatando uma baixa média de 29 por cento, a que soma depois o índice da inflação.

«Trata-se de uma delibe-

rada decisão do Governo que, sem justificação, promove uma descarada aceleração da aproximação dos preços portugueses aos preços comunitários, prejudicando profundamente os agricultores e favorecendo a indústria moageira» — comenta a Federação, considerando tal procedimento «gravíssimo e irresponsável».

A FENCA reclama a revisão dos preços de intervenção para a campanha cerealífera de 1989/90 e «exorta os trabalhadores, os agricultores e as cooperativas a lutarem contra uma política que não estimula os agricultores, nem serve a agricultura e o País».

Não à destruição da Reforma Agrária

• Reclamam trabalhadores em Évora

Concentrados na passada semana, em Évora, trabalhadores agrícolas condenaram a política de destruição da Reforma Agrária e as ilegalidades e prepotências do ministro da Agricultura.

Respondendo ao apelo da FENCA, secretariados da UCPs/Cooperativas e Sindicatos Agrícolas, os trabalhadores reclamaram que as quatro queixas-crime contra o ministro Álvaro Barreto entregues na Procuradoria Geral da República tenham andamento rápido, reclamação que tornam extensiva ao processo sobre o assassinato de Caravela e Casquinha que se encontra no Tribunal de Instrução de Évora. Estes dois trabalhadores recorde-se, foram assassinados em Setembro de 1979, em Montemor-o-Novo, durante a entrega de uma reserva.

Esta concentração de trabalhadores na Praça do Giraldo, em Évora, culminou uma jornada de luta que nesse mesmo dia se estendeu por diversas localidades dos distritos do Alentejo no decorrer da qual foi

distribuído às populações um documento onde se dizia que «é preciso avisar toda a gente», pois, «estão a destruir a Reforma Agrária».

Intervindo no comício, Lino de Carvalho, dirigente da FENCA e deputado à Assembleia da República, recordou a importância histórica da Reforma Agrária na transformação da vida nos campos do Sul, sublinhando nomeadamente que «deu trabalho a quem só tinha como horizonte certo na vida o desemprego e a emigração», permitindo simultaneamente que o Alentejo aumentasse em 62 por cento a sua contribuição para a produção de cereais pragnosos e para o aprofundamento da democracia no nosso país.

Do palco instalado no centro da histórica cidade intervieram também Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, Américo Nunes, da CGTP, e Francisco Chaveiro, da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul.

PCP comenta política de habitação «Clara desconformidade» entre propaganda e factos

«Para além da severa condenação deste procedimento no plano da ética política, ressalta a clara desconformidade entre os alegados benefícios da política governamental de habitação e os factos, em especial tendo em conta o gravíssimo défice habitacional, a degradação extrema de boa parte do parque existente e as dramáticas carências que continuam a verificar-se nesta matéria» — afirma o gabinete de imprensa do PCP numa nota de 9 de Junho sobre a actuação do Executivo de Cavaco Silva nesta área.

Naquele documento o PCP começa por constatar que «o Governo tem vindo, com propósitos eleitoralistas e demagógicos, a propagandear os pretensos êxitos da sua política de habitação através de uma dispendiosa e ilegítima campanha publicitária, ao mesmo tempo que anunciou, na sequência das últimas reuniões de Conselho de Ministros, algumas medidas relativas ao crédito à habitação».

Enquanto «diversos estudos apontam para a necessidade de produção de 70 mil fogos por ano até ao fim do presente século» para superar as carências existentes, «a média de produção nos últimos anos não ultrapassa 38 mil fogos por ano» — recorda o gabinete de imprensa do PCP.

Os comunistas lembram ainda que «o Governo aumentou enormemente as prestações mensais devidas por aquisição de casa própria, agravou as já fortes dificuldades no acesso ao crédito com essa finalidade, aspecto que não será significativamente alterado pelas medidas (de contornos aliás indefinidos) anunciadas recentemente com propósitos eleitoralistas».

Entretanto, «metade da capacidade de produção de fogos pelas cooperativas de habitação económica está desaproveitada»; o programa de recuperação de imóveis degradados, que o PCP considera «essencial nas condições existentes no País», é «um ro-

tundo fracasso por carências de verbas, entre outros factores».

Os moradores dos bairros de renda social «estão em luta devido a escandalosos e incompontáveis aumentos» impostos pelo Governo; a produção de casas de renda económica com financiamento do Instituto Nacional de Habitação «é particularmente escandalosa: 100 fogos em 1985, 6 em 1986, 86 em 1987, nem um só em 1988».

O PCP condena na nota do gabinete de imprensa o facto de, «apesar das pretensas maravilhas da política habitacional do Governo, propagandeadas através de publicidade comercial paga pelos contribuintes», continuar a não existir um plano nacional de habitação, o que demonstra «uma total incapacidade e falta de vontade política de enfrentar este gravíssimo problema com determinação, encarando-o como uma questão social de resolução urgente e não como uma mera fonte de lucros privados especulativos».

Partem dia 26 120 jovens portugueses vão ao Festival de Pyong-Yang

A delegação portuguesa ao 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realiza em Pyong-Yang de 1 a 8 de Julho, integra 120 jovens que partem para a RDP da Coreia no próximo dia 26. Da delegação fazem parte a Brigada Vítor Jara e o grupo Madredeus.

Os futebolistas Diamantino e Lima e a ginasta Patrícia Jorge, entre outros, manifestaram já o seu apoio ao festival e aos seus objectivos, constantes do apelo divulgado pelo comité nacional preparatório.

Os nomes aprovados pelo CNP foram apresentados à imprensa na semana passa-

da. A lista inclui activistas e dirigentes da Juventude Comunista Portuguesa, da Juventude Socialista, da Juventude Renovadora Democrática, da Interjovem, da Juventude Operária Católica, da Ecolojovem, dos Pioneiros de Portugal, da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, das federações de associações juvenis dos distritos de Aveiro, Porto e Lisboa (e da comissão instaladora de Setúbal), da Associação Académica de Coimbra (nomeadamente o seu presidente) e da Associação Académica de Lisboa, dos «Cadermos Política», da associação «Amar o Tejo, viver a

paz», de associações de estudantes e outras organizações juvenis, de comités preparatórios do Festival em Portugal.

António Filipe (deputado), André Maia (actor), Augusto Cabrita (fotógrafo), Aristides Teixeira (produtor da TV), Maria Flor Pedroso (jornalista) e Paula Cristina Ponte (campeã nacional de judo) integram também a delegação.

A Pyong-Yang irão, de acordo com a informação do comité nacional preparatório, jovens de Lisboa, Leiria, Setúbal, Coimbra, Aveiro, Évora, Vila Real, Santarém, Beja, Porto, Viana do Castelo, Portalegre, Bragança, Madeira, Açores, Braga e Covilhã.

PCP

QUIMIGAL

Os trabalhadores comunistas tomam a iniciativa

A actual situação económico-financeira da empresa, os direitos e regalias dos trabalhadores, os objectivos e consequências da «reestruturação» (leia-se ataque e desmembramento) posta em marcha pelo Governo e as propostas dos trabalhadores foram temas centrais em análise no recente encontro nacional das células do PCP na Quimigal-EP. A iniciativa decorreu nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, sob o lema «discutir o presente, assegurar o futuro». Para além dum documento central, o debate — alicerçado no profundo conhecimento técnico das questões e baseado num tom de responsabilidade e empenhamento — deu origem a um apanhado de conclusões, que abordamos já de seguida.

Pela sua importância quer em termos de volume de produção e emprego, quer pela posição estratégica das suas produções, a Quimigal é uma empresa industrial de enorme interesse em subsectores da química como na **química inorgânica de base, nos adubos e nos óleos e sabões**.

A política do actual Governo tem demonstrado que pretende deliberadamente asfixiar o SEE — Sector Empresarial do Estado.

De acordo com os planos do Governo as medidas de «reestruturação» que a administração (CA) tem vindo a pôr em marcha pretendendo introduzir alterações profundas na organização da Quimigal só têm contribuído para desestabilizar a empresa e precipitar o seu desmembramento e destruição.

Os trabalhadores da Quimigal têm sido duramente atingidos. Para além da brutal destruição de postos de trabalho (cujo processo ainda está longe de ser concluído) tem-se assistido a uma intensificação da exploração dos trabalhadores que se mantém no activo. Enquanto se assume o recurso a serviços exteriores (empreiteiros e subempreiteiros), não se dá plena e compatível ocupação a todos os trabalhadores disponibilizados pelo encerramento de unidades produtivas, viola-se várias disposições do AE, recorre-se à chamada «polivalência», despreza-se os perfis das funções, agrava-se o regime de trabalho e continua a baixar o poder de compra dos trabalhadores.

A reestruturação das fábricas em unidades produtivas opõe-se claramente ao conceito de unidades estratégicas complementares e integradas, que em termos de gestão possibilita a optimização da utilização dos recursos, quer humanos, quer materiais existentes na empresa. Os comunistas sempre têm defendido a necessidade de se adoptarem medidas de reestruturação e de saneamento da empresa, no quadro da melhoria organizativa. O modelo multidivisional não se tem revelado desajustado, antes pelo contrário pode permitir uma gestão integrada virada para uma intensa criação de valor acrescentado com base na racionalização da utilização dos meios materiais e humanos e da vasta gama de matérias-primas, produtos e subprodutos.

Recuperar, dinamizar

É sobejamente conhecido que nas áreas determinantes da produção se verifica um envelhecimento e degrada-

ção do aparelho produtivo que para ser recuperado e poder vir a produzir a preços competitivos necessita de um urgente programa de investimentos que renove e revitalize a estrutura produtiva.

O processo de integração de Portugal na CEE reforça a necessidade de proceder a uma rápida recuperação e dinamização da Quimigal para impedir a total e completa subordinação de sectores básicos da economia nacional ao poder e às estratégias das multinacionais.

A clara oposição dos comunistas à «reestruturação» em curso, por ser contrária aos interesses dos trabalhadores e do País, não significa um alheamento do processo antes pressupõe uma intervenção activa na denúncia dos aspectos negativos, no combate às medidas contra o desmembramento da Quimigal e em defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores.

Tendo em conta a legislação vigente, a recente transformação do sector portuário na empresa **Atlanport** constituiu uma medida que, se devidamente orientada, poderá promover o melhor aproveitamento das potencialidades do porto de mar do Barreiro e sua ligação à rede ferroviária contribuindo para o desenvolvimento das actividades nos concelhos limítrofes e para a redução de custos na movimentação de cargas para a própria Quimigal.

Em fase da análise efectuada, as células do PCP na Quimigal consideram um conjunto de medidas necessárias à resolução dos problemas da empresa e dos trabalhadores, abrangendo as áreas económico-financeira, social e a **reestruturação**. Vejamos os pormenores.

No plano económico-financeiro

1. Saneamento financeiro da Quimigal, dotando-a dos necessários capitais próprios que permitam a ultrapassagem da actual asfixia financeira;

2. Melhoria do nível geral de organização das diferentes divisões, aumento da responsabilidade das hierarquias, simplificação de circuitos e procedimentos, melhorar o controlo e organização assim como reconverter e renovar o aparelho produtivo da empresa e aumentar a produtividade;

3. Aproveitamento da capacidade produtiva instalada procurando a diversificação de mercados quer para a aquisição de matérias-primas quer para a exportação das produções;

4. Adopção de medidas vi-

sando a redução de custos de matérias-primas, energia, conservação, comercialização, aprovisionamento, etc.;

5. Adopção de uma política integrada envolvendo a produção, vendas e distribuição;

6. Apoio efectivo do Estado à reestruturação dos adubos, englobando a produção de ácido sulfúrico a baixo custo através do aproveitamento da pirite residual da produção de concentrado de cobre;

7. Apoio à produção de amoníaco assegurando a laboração da unidade produtiva;

8. Definição clara e inequívoca, por parte do Governo, das suas intenções relativamente às instalações da Quimigal, que estão paralisadas, bem como a assunção integral dos custos das orientações que vierem a ser adoptadas;

9. Renegociação dos acordos de adesão de Portugal à CEE lesivos para os interesses nacionais nas áreas de actividade da Quimigal como é o caso dos adubos.

No plano social

1. Uma política de diálogo sério entre o CA e as ORTs privilegiando a resolução dos conflitos de trabalho por esta via e não com o recurso sistémico à confrontação e aos tribunais;

2. Fim aos atropelos das leis e do AE e cumprimento dos acordos realizados com as ORTs;

3. Uniformizar a interpretação das leis e do AE e não a existência de várias leis e vários AEs ao sabor das áreas de manutenção ou das unidades fabris;

4. Responsabilizar as hierarquias por ilegalidades, atropelos e violações das leis e do AE, tomando-se medidas moralizadoras;

5. Desenvolver uma política transparente de promoções e negociação imediata do enquadramento e carreiras profissionais;

6. Coordenar a gestão dos recursos humanos na Quimigal e empresas associadas e melhoria das condições de retribuição e de trabalho;

7. Pôr termo à política de destruição de equipamento social e criar um Fundo de Pensões que assegure aos actuais e futuros reformados e pensionistas o pagamento dos complementos a que têm direito;

8. Negociar um esquema de pré-reformas para os trabalhadores com mais de 55 anos de idade em articulação com o regime da Segurança Social;

9. Adoptar uma política de gestão dos refeitórios que permita obter custos mais reduzidos, abrindo-os a todos os trabalhadores através da utilização da senha de refeição como meio de pagamento;

10. Não permitir o recurso à polivalência de funções, salvo nos casos previstos no AE e quando haja acordo expresso do trabalhador e essa necessidade seja avaliada pelas ORTs;

11. Exigir a limitação do trabalho extraordinário aos

casos comprovadamente justificados;

12. Exigir a limitação do trabalho de empreiteiros limitando-os aos casos comprovadamente justificados e reconhecidos pelas ORTs;

13. Combater quaisquer transferências de postos de trabalho que não tenham o acordo prévio e por escrito dos trabalhadores envolvidos;

14. Exigir que não sejam permitidas novas admissões do exterior sem parecer prévio e favorável das ORTs;

15. Pôr fim à destruição dos postos de trabalho e assegurar a todos os trabalhadores que por força do processo de reestruturação fiquem disponíveis, condições de retribuição idênticas às que auferiam antes da reestruturação promovendo a formação profissional e reconversão nos diversos sectores da Quimigal e (ou) empresas associadas;

16. Revisão rápida e justa das matérias em negociação do AE, nomeadamente no respeitante à redução, para 40 horas, da semana de trabalho e aos acréscimos salariais e respectiva estrutura salarial, acabando com as discriminações e a intensificação da exploração dos trabalhadores.

No plano da reestruturação

1. Travar o actual processo de desmantelamento da Quimigal que está subjacente à transformação da empresa numa «holding» e implementar um plano de reestruturação económica e financeira indispensável à renovação do aparelho produtivo e a melhorar a eficiência da gestão.;

2. Processar uma reestruturação dinamizadora da empresa, assente num modelo organizativo multidivisional, que permita uma melhor gestão integral das actividades presentes e futuras bem como do universo das empresas participadas;

3. Fazer avançar o **Projecto Cobre** com a participação e liderança da Quimigal com vista ao aproveitamento das pirites de Neves/Corvo visando a máxima salvaguarda dos interesses nacionais;

4. Estudar e implementar um plano estratégico de desenvolvimento e diversificação das actividades da Quimigal, em articulação com as empresas associadas, visando a renovação dos processos existentes, a introdução de novos processos e produtos para satisfação das necessidades do País e criação de novos postos de trabalho;

5. Ceder espaços e (ou) instalações inactivas a outras empresas ou entidades para implementação de novas actividades aproveitando as infra-estruturas existentes e contribuindo assim para a valorização do património e para o desenvolvimento económico e social;

6. Estabelecer um diálogo franco e frutuoso entre o Governo, CA, Sindicatos e ORTs da Quimigal com vista ao estudo e acordo de um processo global de dinamização da empresa que salvaguarde os interesses nacionais, os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Internacional

URSS — Congresso

Mais de 15 dias de debates

«Os acontecimentos hoje em curso no Kremlin significam que, apesar das dificuldades, obstáculos e lutas, a história política da União Soviética, entra numa etapa nova e democrática. Num contexto de contradições e confrontos violentos, nasce o novo parlamento soviético e surge o novo sistema estatal, que incorpora todos os cidadãos no difícil processo de autogoverno» — disse Gorbachov, na apresentação do relatório sobre as «Opções principais da política interna e externa da URSS», ao Congresso do Povo — «Há já cinco dias que fervem as paixões nesta sala. Penso que todos concordarão que o Congresso vive a onda de renovação democrática da vida e de profundas transformações revolucionárias na nossa sociedade. Não vale a pena provar que todo o Congresso, tudo o que o precedeu e o carácter dos debates iniciados assinalam uma grande vitória da «perestroika», que constitui uma nova página na nossa história».

O Congresso de Deputados do Povo da URSS, inaugurado no passado dia 25 de Maio, terminou os seus trabalhos após mais de 15 dias de debates acesos sobre os mais diversos e candentes temas.

Findo este período de trabalhos do Congresso, o Soviète Supremo, composto de duas câmaras, da União e das Nacionalidades, assume a responsabilidade da condução dos assuntos de Estado.

Desde já, uma sessão conjunta das duas câmaras elegeu os comités do Soviète Supremo, e analisou as propostas do primeiro-ministro sobre a competição do governo, bem como da composição do comité do controlo popular, do Supremo Tribunal da URSS e do Colégio da procuradoria. As Câmaras discutiram ainda a formação de comissões permanentes.

A Comissão de redacção do Congresso preparou um projecto de resolução sobre o relatório de Mikhail Gorbachov e as intervenções dos deputados, aprovado pelos parlamentares enquanto documento de orientação política. O documento abrange todas as direcções-chave da política interna e externa do país, incluindo os aspectos económicos, questões relacionadas com o desenvolvimento social, a cultura, a democratização, o sistema político e a reforma jurídica.

Sábado passado, o primeiro-ministro soviético, há dias eleito pelo Congresso, Nicolai Rijkov, apresentou ao Soviète Supremo a constituição do seu novo gabinete, cuja principal inovação é a redução do número de ministérios e comités estatais, que passam de 100 para 57.

Questões económicas abordadas por Rijkov

No discurso de encerramento, após um longo debate sobre a situação económica no país, Nicolai Rijkov, divulgou alguns números sobre a situação económica do país, da dívida externa (34 mil milhões de rublos), às previstas entradas de divisas (16 mil milhões de rublos), e a sua prevista distribuição, em termos orçamentais.

Ao apresentar ao Congresso o programa do governo, Rijkov anunciou que a União Soviética vai reduzir de 1,5 a 2 vezes o peso específico das despesas com a defesa do rendimento nacional —

medida que simultaneamente corresponde às necessidades do próprio desenvolvimento económico, no quadro da reforma, e à política externa soviética de dinâmico impulso ao desarmamento.

No debate que se seguiu à candidatura de Rijkov, reconduzido ao cargo de presidente do Conselho de Ministros, foram abordados alguns problemas ligados à reforma económica.

Rijkov destacou a desarticulação na abordagem de algumas questões na reforma, nomeadamente no que se refere à lei de empresa, que não foi acompanhada por uma lei tributária nem de normas sobre os rendimentos. Daqui resultou, disse, um drástico aumento dos rendimentos da população, que não foi consolidada com bens de consumo e serviços, o que causou problemas e desequilíbrio o mercado.

O primeiro-ministro referiu ainda outra questão fundamental — o desequilíbrio do orçamento de Estado — para sublinhar que se ele tivesse sido equilibrado à «velha maneira», a reforma económica seria cortada pela base. «O governo, conhecendo a grave situação financeira do país — acrescentou — teve que resolver alguns problemas sociais tão graves que não era possível ignorá-los mais tempo».

Encerrados os trabalhos do Congresso, importa recordar o carácter profundamente popular que todo este processo tem vindo a assumir.

Segundo uma sondagem publicada no «Izvestia», 42% dos soviéticos declararam seguir na íntegra, retransmissão das sessões do Congresso por televisão e rádio. Praticamente a mesma percentagem seguiu os trabalhos parcialmente. Vinte mil cartas foram chegando todos os dias ao Kremlin.

Esse mesmo carácter é sublinhado pelos problemas que os soviéticos mais desejam ver debatidos pelos deputados eleitos. Em sondagem realizada nas principais cidades do país, 89% dos soviéticos indicam como prioritário o debate da situação económica e 79%, as relações interétnicas.

As opções políticas

Relatório de Gorbatchov

O relatório apresentado ao Congresso, por Mikhail Gorbatchov, «Opções principais da política interna e externa da URSS», está na base do documento de orientação política saído do Congresso, e aborda as grandes questões com que hoje se defronta o povo soviético, no decisivo processo da «perestroika». Aqui reproduzimos alguns extractos desse relatório.

Transformações socioeconómicas

A realização de transformações socioeconómicas profundas constitui o fundamento da «perestroika» e é factor decisivo para assegurar o êxito dos seus objectivos. Pretendemos submeter o desenvolvimento económico aos interesses do homem e proporcionar aos soviéticos condições de trabalho e vida que correspondam à nossa época. Trata-se, antes de mais, de questões como a alimentação, habitação, serviços à população, protecção da saúde e do meio ambiente, melhoria do sistema de ensino e elevação do nível da educação, ciência e cultura.

Temos de estudar colectivamente a actual situação, apreciando-a a partir de posições concretas e realistas e levando em conta as necessidades. É importante compreender a situação real, a fim de estabilizar e dinamizar as tendências positivas e, ao mesmo tempo, corrigir os erros na política e prática cometidos tanto pelas estruturas centrais como locais.

Podemos considerar que estamos no início do processo de reorientação da economia para as necessidades sociais do povo. O volume anual da construção civil aumentou 15 por cento nos últimos três anos, em comparação com o quinquénio económico passado. Isto significa que os soviéticos receberam cerca de 900 mil apartamentos. Foram destinados à construção habitacional individual empréstimos no valor de 1900 milhões de rublos (seis vezes mais que em 1985). Vai-se desenvolvendo a construção habitacional em geral.

Apesar da difícil situação económica, foram destinados mais seis mil milhões de rublos à saúde pública e mais de seis mil milhões de rublos ao ensino. Aumentaram os salários dos professores e está em curso um processo semelhante para os médicos e enfermeiros. No quinquénio económico presente, as medidas adoptadas permitiram construir, em comparação com a média anual do quinquénio passado, mais 39 por cento de policlínicas, mais 37 por cento de escolas, mais 14 por cento de estabelecimentos pré-escolares, mais 20 por cento de hospitais e mais 54 por cento de centros culturais. Nos últimos três anos, foram construídos tantos lares para idosos e deficientes como no quinquénio económico anterior.

Pela primeira vez na nossa economia, o crescimento da produção de artigos de amplo consumo supera o ritmo geral de desenvolvimento da indústria. A esfera de serviços à população alarga-se duas vezes mais rapidamente que nos

global convencem-nos do carácter justo de tal atitude.

Tal atitude não diminui o papel do Estado, se obviamente não o identificarmos com os ministérios nem confundirmos a gestão económica com a recção estatal. Desaparece a ingerência directa na gestão das unidades económicas e a direcção estatal passa a efectuar-se através da criação de normas e condições para o funcionamento das empresas. Terá como esferas de actividade as orientações fundamentais do progresso científico-técnico, as infra-estruturas, a protecção do meio ambiente, o controlo da protecção social do indivíduo, o sistema financeiro, incluindo os impostos e a legislação económica, nomeadamente contra a monopolização e as suas consequências negativas para a sociedade.

Democratização

Sustentámos desde o princípio que quaisquer ideias de renovação da vida da sociedade estarão votadas ao fracasso se no processo revolucionário não participarem todos os sectores da sociedade, todo o povo. Este conceito encontra-se na base de todas as nossas resoluções desde o plenário de Abril de 1985 do CC do PCUS e foi desenvolvido nas resoluções da 19.ª conferência do partido, ao definir a reforma radical do sistema político e a criação de um Estado socialista de direito como uma das orientações estratégicas da *perestroika*.

Agora podemos progredir, aproveitando as grandes possibilidades que a primeira etapa da reforma abriu. Tenho em vista a convocação do presente Congresso e a formação dos nossos organismos supremos de poder.

Depois da discussão de todas estas questões no Congresso e durante as reuniões das câmaras do Soviete Supremo e nos seus comités e comissões, será definido um programa concreto de actividade. Por isso, vou abordar algumas questões que têm, a meu ver, importância decisiva para o aprofundamento do processo de democratização da nossa sociedade.

Trata-se antes de mais, da materialização da palavra-de-ordem histórica «poder aos soviéticos» que voltamos a colocar na ordem do dia. A reestruturação dos organismos representativos, a maior ampliação possível dos seus direitos e atribuições nos marcos da Constituição e a subordinação incondicional a estes do aparelho, são a condição primordial para restituir as verdadeiras alavancas do poder e de administração aos Sovietes. Muitos deputados já se pronunciaram no Congresso a favor de tal abordagem, e devemos fixá-lo nos documentos finais do Congresso.

A nítida delimitação das funções dos organismos partidários e estatais constitui outra condição. O Partido condenou resolutamente a prática que permita a organizações partidárias substituir soviets

e cumprir, no fundo, as funções de direcção directa da economia, aliás como de todas as demais esferas da vida. Os comités do Partido, responsabilizando-se por tarefas impróprias, perdiam a capacidade de avaliar criticamente o desenvolvimento social e cumprir o papel de força dirigente.

O Partido Comunista, iniciador e principal força motriz da *perestroika*, é hoje o garante deste processo revolucionário e da sua defesa contra os atentados dos elementos conservadores e de extrema esquerda. É precisamente o Partido que está em condições de desempenhar o papel de força integradora, sem a qual a causa da renovação do socialismo não pode ser concretizada.

A *perestroika*, assente em fundamentos profundamente democráticos, altera o papel do Partido, a sua interacção com o Estado e com as organizações sociais. O essencial hoje para o Partido é expressar e harmonizar os interesses dos principais grupos sociais, camadas da população e de todo o povo e garantir a consolidação na actividade de todos os escalões do sistema político da sociedade.

O partido propõe o diálogo e a cooperação a todas as organizações e movimentos sociais e convida-os a empreender acções conjuntas para garantir a *perestroika* e a renovação da sociedade.

Questão étnica

Devemos conseguir que a estrutura federativa do Estado ganhe formas político-económicas reais correspondentes às necessidades e esperanças das nações e à realidade de hoje.

Os elementos-chave da reestruturação da política nacional são os seguintes.

Na esfera política: alargamento dos direitos das repúblicas federadas e autónomas e outras formações nacionais; ampliação das funções administrativas «in loco»; reforço da autonomia da responsabilidade dos órgãos das repúblicas e locais. Devemos demarcar nitidamente as competências centrais e os direitos so-



beranos das repúblicas e formações autónomas e elaborar os princípios legislativos de resolução dos casos de colisão de interesses que possam surgir nas relações recíprocas.

Na esfera económica: devemos harmonizar as relações entre o estado federado e as repúblicas, combinando organicamente a independência económica e a participação activa destas na distribuição do trabalho a nível nacional. Devemos reestruturar, nesse sentido, a economia do país, possibilitando, no quadro da renovação económica da União Soviética, que as repúblicas, regiões e territórios entrem em regime de autogestão e autofinanciamento.

Os novos princípios de desenvolvimento económico das repúblicas e a autonomia local não devem conduzir a autarcia, considerada um anacronismo no mundo contemporâneo, mas contribuir para aprofundar a cooperação no interesse de cada república e de todo o país.

(...)

Política externa

A mudança radical da nossa política externa deveu-se à nova mentalidade política, elaborada à medida que nos libertávamos de dogmas e conclusões que, embora correctos no passado, haviam deixado de corresponder à realidade actual.

A nova mentalidade consiste numa dinâmica, em contínuo desenvolvimento e aprofundamento. Mas o seu ponto de partida continuam a ser as conclusões do 27.º Congresso do PCUS sobre a ameaça mortal que as armas nucleares e a continuação da corrida aos armamentos colocam à existência da Humanidade, sobre a interdependência do mundo moderno, a alteração

do carácter das suas condições e do conteúdo do progresso mundial. A base da nova mentalidade política é o reconhecimento da prioridade dos interesses e valores de toda a Humanidade; as normas morais universalmente aceites como critério obrigatório na política; da liberdade de opção sociopolítica, o que exclui a ingerência nos assuntos internos de qualquer Estado dos Estados: da necessidade da desideologização das relações interestatais. Não obstante as diferenças radicais entre os sistemas sociais, surgiram possibilidades objectivas de iniciar um novo período, pacífico, na história da Humanidade.

(...)

O Congresso dos Deputados do Povo deve examinar e aprovar legislação sobre os princípios da nossa política externa para os próximos anos. Na minha perspectiva, da seguinte forma:

— A segurança do país deve ser garantida sobretudo por meios políticos como parte integrante de uma segurança universal igual, no processo de desmilitarização, democratização e humanização das relações internacionais, com base no prestígio e nas potencialidades da ONU;

— As armas nucleares têm de ser liquidadas no processo de conversações orientado para o desarmamento e a redução do potencial defensivo dos Estados a um nível de suficiência razoável;

— São inadmissíveis a utilização da força ou ameaça de emprego da força para concretização de objectivos políticos, económicos ou outros; nas relações com os outros países é imprescindível o respeito pela soberania, independência e integridade territorial; (...)

Contra os mísseis Hades

Correspondendo ao convite dirigido pelo PCF para a participação numa iniciativa de massas em Biscarossa, pelo desarmamento e o fim dos ensaios do foguetão Hades, o PCP fez-se representar nessa manifestação pelo camarada Pedro Santos.

Com a presença de várias centenas de pessoas, esta iniciativa teve lugar no quadro da campanha eleitoral do PCF para o PE.

A participação de 4 candidatos comunistas franceses ao PE, interpretando as preocupações das populações da região, deu o peso do protesto pelo prosseguimento dos ensaios nucleares. As intervenções proferidas pelos or-

ganizadores foram no sentido do apelo à luta pela paz e o desarmamento e ao voto do PCF como o partido mais empenhado na luta pelo fim dos ensaios nucleares e pela utilização do dinheiro assim libertado para fins pacíficos, e em primeiro lugar para a educação e formação dos jovens.

Para além do PCP, fizeram-se representar nesta manifestação o PC Alemão e o PC de Espanha.

Durante a concentração usaram da palavra também os representantes dos três partidos comunistas presentes.

Da intervenção do PCP

salientamos a denúncia feita da posição do Governo português relativamente à modernização dos mísseis nucleares de curto alcance na Europa e à eventual instalação de armas nucleares em Portugal, tendo-nos pronunciado contra a adesão de Portugal à UEO e aos projectos de militarização da CEE como contrários à construção de uma Europa inteira de progresso, paz e cooperação.

Após a concentração, mais de uma centena de carros partiu em desfile para o Centro Militar de Ensaios Nucleares, nos arredores da cidade de Biscarossa, onde se procedeu a uma largada de balões.

Internacional

Intifada Dezoito meses de luta

Dezoito meses decorridos sobre o início do levantamento nacional palestino, a Intifada, o general Amram Mitzna, comandante militar da região centro de Israel e da Cisjordânia, oficialmente o responsável pela política de repressão militar contra os palestinos, apresentou a sua demissão.

Um facto que só por si testemunha do enorme impacto da luta palestina, também dentro de Israel. E que no fundo confirma que a única saída para a dramática situação de um povo, criada pela ocupação militar e a recusa do direito a uma pátria, só tem uma saída política.

Saída política que passa pela realização de uma conferência internacional de paz, na base de três princípios: a retirada das forças israelitas dos territórios palestinos e árabes ocupados desde 1967, a concretização dos direitos nacionais do povo palestino, e garantias de paz e de segurança para todos os Estados da região, incluindo o Estado palestino e Israel.

A repressão por parte de Israel tem sido particularmente violenta. Recorre-se a tudo: da matança aos gases, ao tiro contra a população civil, com balas de todos os géneros (reais, de plástico, explosivas). E ainda às «punições» colectivas: o arranque de árvores, a dinamitação de casas, as prisões, as expulsões.

Mais ainda — os factos parecem indicar uma particular sanha na perseguição a crianças (cuja participação na luta também reflecte o profundo conteúdo popular desta).

Sábado passado, um garoto de oito anos foi abatido a tiro no campo de Jabalia, em Gaza, por ter «violado» o recolher obrigatório! A proporção de crianças entre as vítimas tem sido de 20%, percentagem que duplicou em Abril.

Também desde Abril, a média diária de vítimas, é de dois a três mortos e dezenas de feridos. No início desse mês, o balanço da repressão, desde o início da Intifada, era de 500 mortos e quase 60 000 feridos.

Apesar do desgaste de meses de brutal repressão, o

movimento palestino mantém-se, amplia-se e estrutura-se.

De par de objectivos bem precisos, conta com uma direcção política unificada, que reúne dirigentes de diferentes organizações, todas ligadas à OLP. Conta ainda com uma forma de organização — os Comitês populares — que poderão vir a constituir a base da futura administração do Estado palestino.

Estes Comitês, funcionam nas cidades, vilas e campos de refugiados e, numa base democrática e descentralizada, orientam a luta quotidiana e estruturam a vida social, em todas as suas dimensões, nomeadamente no campo da saúde e educação.

URSS reprova veto americano

O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Vladimir Petrovski, afirmou, em entrevista à «Tass» que o veto americano, sexta-feira, a uma resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando Israel pela violação dos direitos do homem nos territórios árabes ocupados, «colide com as exigências da conjuntura real no Médio Oriente e com a responsabilidade do Conselho nesse sentido».

O diplomata soviético considerou «pouco convincente» a alegação americana de que a proposta de resolução do Conselho seria «desequilibrada», acrescentando ser «incorrecto» colocar no mesmo plano as acções de Israel, que ocupa territórios alheios, e as dos palestinos que

procuram conquistar direitos elementares e uma estrutura estatal própria.

A «Intifada» palestina goza de um apoio tão amplo no mundo quanto o é a condenação unânime da recusa de Israel em abdicar dos métodos obsoletos de política de força e em reconhecer o direito do povo palestino, tal como do israelita, de decidir ele próprio da sua sorte, acrescentou o vice-ministro soviético.

O veto americano, segundo Petrovski, mostra a «mar-

cada falta de correspondência entre o desejo dos EUA de se apresentarem quase como o único país campeão dos direitos do homem no mundo, inclusive em situações longe de serem tão evidentes como esta, é a posição que os EUA assumem quando se fala da situação nos territórios árabes ocupados por Israel». Na esfera da defesa dos direitos do homem são particularmente inadmissíveis as posições duplas.

O veto no Conselho de

Segurança é tanto mais lamentável quanto os membros do principal organismo das Nações Unidas, investido de especial responsabilidade pela manutenção da paz internacional, devem na presente conjuntura revelar a vontade política necessária e aproveitar a única oportunidade existente para iniciar o processo de regularização do problema do Médio Oriente, em particular, a preparação da Conferência internacional sobre o Médio Oriente, considerou Petrovski.

Gorbatchov na RFA

Termina hoje a visita de Mikhail Gorbatchov à RFA, com a assinatura de uma declaração política conjunta e uma série de acordos nos domínios económico e cultural. Abordada ainda a questão do voo conjunto de cosmonautas soviéticos e oeste-alemão.

Nas palavras de Eduard Chevardnadze, em entrevista anterior à visita, «aproximamo-nos de uma nova etapa de relações entre os dois Estados», que se caracteriza pela «tendência a elevar todo o conjunto da cooperação soviético-oeste alemã a um novo nível que consolide tudo o que foi alcançado e torne irreversíveis os passos positivos que se delinearam».

Gorbatchov era acompanhado, nesta sua deslocação a Bona, pelo ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, pelo secretário e membro do Bureau Político, Yakovlev, que chefia

a comissão de assuntos internacionais do CC do PCUS, e por Ivan Silaev, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS.

O desarmamento, nomeadamente nuclear, e a situação na Europa, nesse domínio — foram naturalmente questões que estiveram no centro dos debates.

Em vésperas da visita do dirigente soviético, e em entrevista concedida ao «Pravda», o chanceler Helmut Kohl, afirmou: «Logo que tenha começado a aplicação de um acordo sobre o desarmamento convencional, a via está aberta para iniciar negociações sobre as armas tácticas nucleares de curto alcance». Acrescentando que, «pessoalmente, venho defendendo constantemente desde há muitos anos estas negociações, porque em matéria de desarmamento e de controlo de armamentos nós não

queremos excluir nenhuma categoria de armas».

Referindo esta mesma questão — armas nucleares de curto alcance na Europa — o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, em entrevista ao «Notícias de Moscovo», sublinhara que a decisão tomada em fins de Maio em Bruxelas pela Aliança Atlântica, adia as negociações sobre os armamentos nucleares tácticos, fazendo surgir uma pausa que será favorável à modernização e não à redução dos armamentos nucleares na Europa.

Um facto significativo: segundo uma sondagem à opinião pública, citada pela «Tass», 73% dos alemães ocidentais reflectiram vivo interesse pela visita, mais de 60% apoia a *perestroika* e 82% estão convencidos do seu êxito. 76% dos inquiridos não acredita no «perigo vindo do Leste».

Portugal-URSS quinze anos de relações

A propósito da passagem do 15.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética, o Secretariado do Comité Central do PCP emitiu a seguinte nota:

1. O estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a URSS, em nove de Junho de 1974, constituiu um acontecimento cuja importância e significado político é oportuno lembrar e sublinhar na passagem do seu décimo-quinze aniversário.

2. O PCP sempre lutou por relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo soviético, entre Portugal e a URSS, considerando tais relações de maior importância, não apenas para o povo português mas para a causa da segurança da cooperação e da paz na Europa e no Mundo. Com a Revolução do 25 de Abril criaram-se finalmente condições para uma viragem radical nas relações luso-soviéticas e graças à acção dos militares do MFA, do PCP e de outros democratas, as relações diplomáticas entre Portugal e a URSS foram prontamente estabelecidas abrindo-se assim amplas perspectivas ao desenvolvimento de uma cooperação mutuamente vantajosa entre os dois países.

Cabe aqui recordar que a

primeira delegação governamental à URSS foi dirigida pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, na sua qualidade de Ministro de Estado do Primeiro Governo Provisório saído da Revolução.

3. Os quinze anos passados sobre o histórico acontecimento do estabelecimento de relações diplomáticas confirmam a necessidade e importância do desenvolvimento das relações políticas, económicas, culturais e outras, entre Portugal e a URSS. Mas mostram também, lamentavelmente, que não foram nem estão a ser devidamente aproveitadas as possibilidades existentes, que sucessivos governos, perdendo de vista o interesse nacional e agarrados a preconceitos anti-soviéticos, continuam a dificultar o desenvolvimento das relações e a concretização de importantes acordos já assinados entre os dois países. Trata-se, na opinião do PCP, de uma política profundamente prejudicial aos interesses de Portugal e dos portugueses e à causa do desanuviamento, da paz e da cooperação internacional.

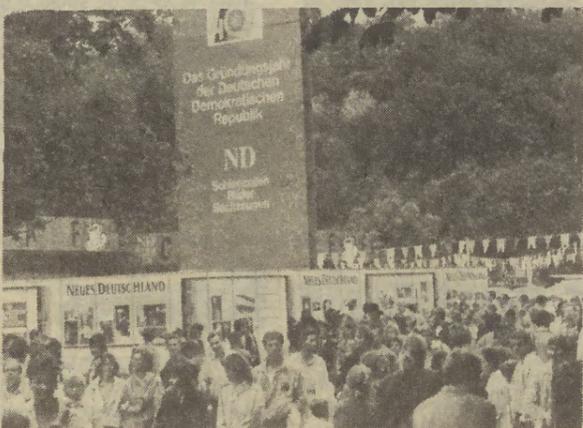
4. O PCP defende para Portugal uma política de independência nacional, paz, amizade e cooperação com todos os povos. No quadro de uma política de relações externas diversificadas, as relações de Portugal com os países socialistas, nomeadamente com a URSS, desempenham um papel particularmente importante. Elas são igualmente necessárias para a construção de uma Europa inteira de paz e cooperação e de um mundo seguro e livre da ameaça nuclear.

A posição do PCP em matéria de relações de Portugal com outros países, baseadas nos princípios de igualdade, não ingerência e reciprocidade de vantagens é uma posição de princípio, independentemente existente. Tal é naturalmente válido para as relações entre Portugal e a URSS.

Hoje, como sempre, o PCP continuará a dar a sua activa contribuição para que se desenvolvam as relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo soviético, entre Portugal e a URSS.

12.6.1989

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português



A Festa do «Neues Deutschland»

A Festa do «Neues Deutschland», o órgão central do PSUA, decorreu em Berlim, no fim-de-semana de 3 e 4 de Junho. Realizada sob o signo do 40.º aniversário da fundação da República Democrática Alemã, a Festa foi uma grande manifestação popular, cultural e política, que teve a participação de 400 mil pessoas. Dezenas de delegações de jornais de partidos irmãos estiveram

presentes, entre as quais a do «Avante!», com a presença do chefe de redacção-adjunto, camarada Leandro Martins, membro suplente do Comité Central. O nosso jornal também teve, na Festa, um stand, organizado por portugueses residentes e estudantes na RDA, que distribuía materiais alusivos à actual situação política portuguesa e às eleições, destacando o papel da CDU.

«No espaço de nove dias, vimos, em vários pontos do globo, a reacção passar à ofensiva. Em 4 de Maio, os comunistas franceses, os heróis da resistência, da libertação e da reconstrução, foram excluídos do governo. Em 7 de Maio, o PC do Brasil, que acabara de alcançar um milhão de votos, foi ilegalizado. Em 13 de Maio, o presidente do Conselho italiano, De Gasperi, que desde o seu regresso da América procurava formar um governo de direita, abriu crise no governo, num momento em que os interesses da Itália aconselhavam unidade e árduo trabalho. Não é por acaso que, 3 dias depois da saída dos comunistas franceses do governo, é concedido um empréstimo norte-americano à França. E, no dia 19 de Maio, num discurso provocatório, Sumner Wells pede que o «auxílio» à Grécia e à Turquia se torne extensivo a Itália para impedir a vitória comunista nas eleições de Outubro. (...)

«A reacção mundial atacou» — «Avante!», VI série, n.º 102, 1.ª quinzena Junho 1947)

ANO 39 SÉRIE VI N.º 102 JUNHO DE 1947 PREÇO: 1000
 Publicado de terça a sábado: 08h-19h15
Avante!
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Em 15 de Maio, a assembleia geral especial da ONU nomeou uma comissão para estudar a situação da Palestina. Isso representa uma vitória contra os imperialistas e a confirmação da incapacidade do mandato inglês para resolver o problema.

A situação não fica porém assim resolvida. Para isso, será necessário, em primeiro lugar, que a independência justamente reclamada pelos árabes seja concedida à Palestina. Em segundo lugar, é necessário que o Estado livre da Palestina seja edificado em bases democráticas com o reconhecimento de direitos iguais a árabes e judeus. Se isso não for possível, resta uma outra solução, como o delegado da URSS no Conselho de Segurança, Gromiko, sugeriu: a criação de dois Estados independentes na Palestina — um árabe e outro judeu.»

«A questão da Palestina» — «Avante!», VI série, n.º 102, 1.ª quinzena Junho 1947)

ANO 43 SÉRIE VI N.º 116 DE DEZEMBRO DE 1972 PREÇO: 1000
AVANTE!
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«No seu discurso perante o IV Congresso da União Nacional, Salazar declarou que o continente africano «é um complemento natural da Europa, necessário à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência», e que o branco é aí o «generoso portador da civilização». Para os povos das colónias portuguesas, esta «civilização» significa salários de 1\$50 e 2\$50, o trabalho forçado, a segregação racial nos transportes, cinemas e lugares públicos, as fomes e epidemias devastadoras, a ausência de qualquer direito social ou político, isto é, significa a escravidão em pleno séc. XX. E é preocupado pelo descontentamento que esta situação provoca, e pelos perigos que ela representa para as suas posições, que os colonialistas portugueses e estrangeiros organizam aquilo a que chamam «defesa» da África.»

«O colonialismo tem os dias contados» — «Avante!», VI série, n.º 214, 1.ª quinzena 1956)

Em Foco

Avante!

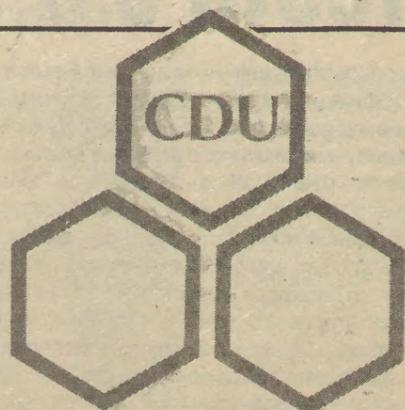
Ano 59 — Série VII
N.º 807

15 de Junho de 1989

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

vamos votar



CDU

Exercer o direito de voto é um direito e um dever dos cidadãos.

Exercer o direito de voto de forma consciente é uma necessidade tanto mais importante quanto é certo que o que está em jogo é a defesa dos próprios interesses, do interesse nacional.

No domingo, dia de eleições para o Parlamento Europeu, votar começa, pois, por ser o exercício de um direito que se legitima, não deixando por mãos alheias a tomada de decisões que a todos dizem respeito.

Mas votar implica igualmente assumir a responsabilidade da escolha em quem se vota.

Mais que as palavras — tantas vezes enganadoras — deverá ser a prática das diferentes forças políticas a fundamentar tal escolha.

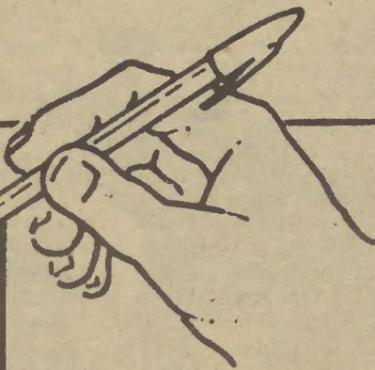
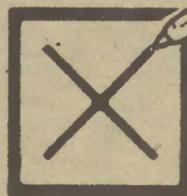
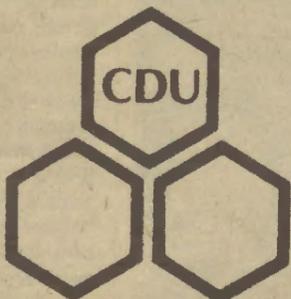
Mais do que qualquer outra força política, a CDU, em todas as esferas da sua intervenção, tem provas dadas, tem trabalho realizado, tem coerência entre as palavras e os actos.

Penalizar nas urnas a política antipopular do Governo, recusar a demagogia do PS, combater o oportunismo centrista, não desperdiçar votos que não elegem ninguém, são outras tantas razões para votar CDU, a única grande e conseqüente força de esquerda que concorre às eleições para o Parlamento Europeu em condições de garantir a eleição de deputados.

Por isso, no domingo, é preciso votar.

Por isso, no domingo, vamos votar CDU.

CDU



Porto

Praça da Liberdade

A festa e a voz da CDU

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

A Praça da Liberdade esteve de novo em Festa e cheia de gente. Gente de trabalho, homens e mulheres, muitos jovens, que, no passado sábado, numa tarde de sol que convidava ao passeio, marcou presença animada e combativa na «sala de visitas» da cidade do Porto. Foi a Festa CDU, feita com a alegria de muitos milhares de pessoas que ali acorreram, que não quiseram deixar de manifestar o seu apoio à CDU. Presença viva e animada, com bandeiras e estandartes, com a Banda do Olival a percorrer as principais ruas da *baixa*, encabeçada pela Juventude CDU. Festa também, nas canções de Samuel e na música céltica do Grupo GIC. Reafirmação, vivamente aplaudida, das propostas da CDU, da análise do actual momento político, um balanço da primeira semana de campanha eleitoral, que faz redobrar a confiança em que a CDU não só irá manter como reforçar a sua representação no Parlamento Europeu. Foi a voz da CDU, nas intervenções do camarada Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas, Oliveira Dias, de Manuela Cunha, do partido «Os Verdes», e do jovem Rui Pedro.

Uma grande acção de massas, em que foi particularmente saliente a presença da juventude, num local onde nenhuma força política se afoitou, na presente campanha, a realizar qualquer iniciativa. O PS, que já anunciara que iria para a Praça da Liberdade, ao que se sabe vai, afinal, para a Rotunda da Boavista... Coube ao camarada Oliveira Dias, membro do CC, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal do Porto para as próximas eleições autárquicas, fazer a primeira intervenção do comício: «A cidade do Porto está honrada em que a CDU esteja a realizar aqui esta grande iniciativa», afirmou, para depois lembrar alguns dos problemas mais prementes da cidade. Mais adiante, e a propósito das «preocupações ecologistas» de certo político da direita em campanha eleitoral, realçou a hipocrisia das suas afirmações, recordando a ambiguidade com que ele próprio e o seu Governo PSD trataram o caso da lixeira nuclear da Aldeadavila. «O nosso povo diz, e com razão, que vale a pena pôr "pimenta" na língua aos mentirosos», afirmou aquele vereador da CMP, responsável pelo Pelouro da Limpeza. Pela voz de Manuela Cunha, candidata da CDU ao Parlamento Europeu pelo Partido Ecologista «Os Verdes», vieram depois as

preocupações sinceras e coerentes dos que não querem ver Portugal transformado «num vasto eucaliptal, ou num campo militar», dos que se preocupam e lutam contra a destruição das nossas florestas. «Estamos numa campanha em que muito se fala de ecologia, mas os "Verdes", não pretendendo deter o monopólio da verdade sobre estas questões, são quem avança propostas concretas», afirmou. E referiu, como exemplos no distrito do Porto, as lutas pela preservação das serras de Pias, Santa Justa e Castiçal, contra a extracção indiscriminada de areias nos rios, pela despoluição do rio Leça, pela protecção da reserva ornitológica do Mindelo. Ao fazer um apelo muito especial aos jovens que vão votar pela primeira vez, para que juntem a sua sensibilidade ecológica, patente nos grupos que têm formado nas escolas em defesa do meio ambiente, reforçando a CDU e «elegendo uma voz verde portuguesa para o Parlamento Europeu», Manuela Cunha falou da Europa que todos queremos, «uma Europa humanista e humanizada». «E porque o planeta não vota, mas tu votas, vota Verde, vota CDU», foram as suas palavras finais, vivamente acolhidas particularmente pelos muitos jovens presentes. Ainda da juventude e dos seus



problemas, veio falar um jovem, o Rui Pedro, da CDU/Jovem, recebido pela palavra de ordem «A, E, I, O, U, JUVENTUDE/CDU». A uma série de interrogações por ele próprio colocadas sobre a política do Governo PSD relativamente à juventude, Rui Pedro acabaria por responder, pela falta de medidas concretas para enfrentar e resolver os seus problemas (pelo contrário condescende com o trabalho infantil, provoca o desemprego e fomenta o trabalho precário), «que quem não defende os jovens em Portugal, não irá com certeza defendê-los na Comunidade».

O Governo PSD acentua as desigualdades

Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU às eleições de 18 de Junho, tomou a palavra para fazer, decorrida que é mais de metade da campanha, breves considerações sobre as propostas das diversas forças políticas.

A propósito de o PSD apelar ao voto no PE «para reforçar a política do Governo», Carlos Carvalhas frisou que é este mesmo Governo «que tem acentuado as desigualdades», denunciando o facto de, o que denominou «trio do faz de conta, Capucho/Pimenta e o professor Cavaco», andarem a fazer campanha como se não tivessem responsabilidades na inflação, na dívida externa, no aumento dos impostos, como se nada tivessem a ver com o desemprego, o trabalho precário, com os salários de miséria. E alguém da assistência logo lembrou: «E os reformados?». Ao que Carlos Carvalhas, aproveitando a deixa, lembrou que «na Assembleia da República temos defendido que era justo que não só o salário mínimo deveria ser aumentado, mas também as pensões de reforma». «Votar no PSD, afirmou, é reforçar uma política negativa para Portugal», mas votar no PS, como mais adiante referiu, não é muito diferente. Lembrando a política dos sucessivos governos do PS e medidas lesivas por ele encetadas, Carlos Carvalhas salientou que no fundo «a mudança» para Portugal que o PS diz que quer, não é mais do que uma «mudança de pedais» de uma mesma bicicleta que ruma sempre na mesma direcção. «É altura de deixarem de atirar com areia para os olhos», disse. Sobre o CDS, reteve-se, com ironia, no facto de ninguém conhecer os outros candidatos da lista, parecendo haver apenas um candidato... Em relação aos pequenos partidos, Carlos Carvalhas acabaria por referir que «neste desafio não basta jogar na plateia, é preciso marcar golos, é preciso chutar à baliza, é preciso que se tenha pelo menos 5% dos votos para meter deputados», o que não acontece com aquelas formações políticas.

Referindo-se à CDU, Carlos Carvalhas acabaria a sua intervenção reafirmando a recusa para Portugal de uma economia periférica, subalterna, como pretende o grande capital estrangeiro, com a instalação no nosso país de indústrias poluentes que ninguém quer, com a exploração da mão-de-obra barata. «É Portugal que deve definir o seu projecto de desenvolvimento cultural, social, económico e político». «O voto na CDU é o voto na coerência, na força política que traz consigo os que cantam o belo e a alegria, que alia o braço à inteligência» e apelou para que cada um seja o mobilizador de mais um amigo para votar na CDU.

O Governo está numa curva descendente

O camarada Álvaro Cunhal usou da palavra para encerrar a parte política da Festa CDU. Falando de improviso, o secretário-geral do PCP começou por salientar a importância daquela grande iniciativa, referindo-se ao facto de certa imprensa dizer que «a CDU tinha apenas pequenas iniciativas». Ao contrário, «no que respeita à campanha eleitoral a CDU vai à frente, nas suas ideias, nas suas propostas, na sua confiança». O PSD, à sua maneira, também tem as suas iniciativas, ironizou, como aquela grande iniciativa no Campo Pequeno... que estava cheio, no que foi filmado. Realçando os fracassos da campanha eleitoral do PSD, Álvaro Cunhal, se bem que afirmando que «não se podem já tirar conclusões», encarou-os como indícios «de como o PSD vê reduzir a sua base social de apoio em relação a 1987». Indícios que se vêem na «vastíssima movimentação social que se opõe à política do actual Governo», que envolve não apenas a classe

operária, os trabalhadores ou os compartos dos baldios, mas jovens, médicos, professores, funcionários públicos e até a PSP, numa movimentação que toca larguíssimos sectores da população.

«O Governo está numa curva descendente», afirmou, para de seguida enumerar oito causas fundamentais que justificam o descrédito em que caiu junto de centenas de milhares de portugueses que hoje participam nessa larga movimentação social. O Governo não só não resolve como agrava os problemas nacionais; coloca-se inteiramente ao serviço do grande capital e dos latifundiários, ferindo interesses vitais da maioria da população; põe em prática um plano de restauração do capitalismo monopolista de Estado; adopta uma política de capitulação nacional no quadro da integração na CEE; tem afrontado as instituições, desrespeitando a legalidade, fazendo letra moída da Constituição, não esperou sequer pela revisão para avançar com medidas lesivas dos trabalhadores; não só procura limitar as liberdades, como inspira operações ilegais, abusivas, com discriminação clara e desigualdade entre os partidos, de que é exemplo o arranque de propaganda levado a cabo pela CM de Lisboa. A estas seis primeiras razões, Álvaro Cunhal acrescentaria uma sétima: o pendor totalitário do Governo e do Primeiro-Ministro, que ouvimos constantemente a dizer «eu, eu, eu», a pontos que já não sabemos «se é o Governo, o PSD ou o próprio Cavaco Silva», a quem se está a referir. Como última razão do descrédito em que caiu o PSD Álvaro Cunhal referiu o facto de o Governo estar «mergulhado num pântano de corrupção que estoura por todos os lados», que envolve



18
JUNHO
ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU



ministros, secretários de Estado, «mas que o Governo procura que o povo não conheça e possa ser enganado nesta parte final da campanha eleitoral».

O povo tem muita força

«Este Governo tem ainda força, mas já não se sente seguro de ir até ao fim do mandato», afirmou o camarada, para logo de seguida lembrar que nenhum governo tem prazo de vida definido, que existem

instrumentos institucionais que podem levar à sua destituição, mesmo sendo maioritário. No entanto, fez questão de frisar que tal afirmação não quer dizer que em breve se ponha a questão em termos institucionais, com a apresentação de uma eventual moção de censura ou por outros meios: «Quero afirmar que o povo tem muita força e pode levar a que este Governo não vá até ao fim do mandato», disse Álvaro Cunhal para mais adiante referir que «temos razões para ter confiança e esperança». Em toda esta actuação «o

Governo encontrava um grande obstáculo — a Constituição de 1976, que consagrou as grandes conquistas da Revolução de Abril» — e na sua ofensiva contou de facto com os apoios do PS, para o que a direita pretendia no que respeita à revisão constitucional. Prestando homenagem a António Macedo, ex-presidente do PS, falecido na véspera, como «antifascista e democrata», Álvaro Cunhal, salientou que felizmente pessoas destacadas do PS se opuseram ao acordo de revisão constitucional, indo ao

encontro das posições da CDU. «Foi um mau serviço do PS, um serviço feito ao PSD e a Cavaco Silva tanto mais grave quanto estamos numa campanha eleitoral», afirmou. Há razões suficientes para criticar o PS, não só porque deu ao PSD a possibilidade de rever a Constituição conforme desejava mas também pelos entendimentos que se desenham, em relação às eleições autárquicas, em Câmaras como a de Setúbal, Montijo, Alvíto, Vila Real de Santo António e mais outros 20 municípios em que o PS está a encarar a possibilidade

de desistência ou de alianças com o PSD.

CDU — uma força coerente

«A CDU é uma força coerente», afirmou o secretário-geral do PCP, como uma das razões primeiras para a confiança do eleitorado na Coligação. Razões a que juntou a intensa actividade desenvolvida pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, na defesa dos interesses de Portugal na Comunidade, na

defesa da nossa indústria, da nossa agricultura, dos trabalhadores, enfim, dos portugueses, actividade a que fez questão de prestar homenagem. Outra razão apontada por Álvaro Cunhal tem a ver com a forma como os deputados da CDU vêem a sua função, pois não a vêem para se governarem a si próprios». E informou que, de facto cada deputado do PE recebe 2400 contos por mês, mas no caso dos deputados do PCP entregam ao Partido a diferença em relação ao salário que auferiam nos seus locais de trabalho e as despesas com a actividade que desenvolvem. «Só três deputados entregaram ao Partido mais de 43 mil contos», revelou, «fundos importantes para o desenvolvimento da luta e intensificação da batalha em defesa dos interesses dos trabalhadores e do nosso povo. Referindo os exemplos de trabalho e dedicação dos eleitos da CDU nas autarquias, em particular no distrito do Porto, Álvaro Cunhal guardaria as suas últimas palavras para a juventude, «o ficar para o fim quer dizer exactamente mais preocupações», com os seus problemas e anseios, afirmou.

Para terminar com um apelo final: «Que ninguém falte no domingo com o voto na CDU.» ■

Em Guimarães

Juventude, entusiasmo e confiança

Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP foram recebidos entusiasticamente pela grande multidão presente no comício-festa da CDU no Jardim Público de Guimarães, na noite do passado sábado. Uma iniciativa, na opinião de todos, que foi a maior realizada em Guimarães nos últimos anos por uma força democrática.

O ambiente, que já antes da chegada dos oradores era bastante animado, com canções do grupo popular bracarense «Cantares da Terra» e dos Bombos de Barcelinhos, aqueceu ao rubro com a chegada dos candidatos, Óscar Jordão Pires e Carlos Carvalhas, e de Álvaro Cunhal. A primeira intervenção esteve a cargo de Óscar Pires, advogado conhecedor da sua região e dos principais problemas que a afectam, que não poupou críticas ao Governo e em particular ao ministro Mira Amaral. Recordou a propósito declarações recentes do ministro em Braga, onde afirmou que com a integração não ia ser possível salvar os 170 mil postos de trabalho existentes no sector têxtil, apontando como remédio o regresso à agricultura dos futuros desempregados. Segundo o candidato da CDU, tais afirmações são simultaneamente «uma amostra de ignorância e um sério aviso tanto para quem

trabalha como para muitos empresários». Carlos Carvalhas, por seu turno, falou do que distingue a CDU das restantes candidaturas ao Parlamento Europeu, salientando que para os candidatos da CDU o objectivo é servir o povo e o País e não servir interesses próprios, e que no PE os deputados a eleger bater-se-ão, como a nível interno, pela defesa da soberania nacional. Numa região onde a indústria têxtil tem tanta importância, Carvalhas lembrou alguns dos pontos programáticos da CDU, como a luta pelo reforço dos apoios financeiros, alargamento dos prazos nas negociações com a comunidade, a participação de todos os interessados na definição das medidas a propor e defender na CEE, etc., que não só são compreendidos e apoiados pelos trabalhadores como também por industriais que sabem qual é o futuro do sector se as posições de capitulação do Governo não

forem alteradas. Advertindo para as falsas promessas dos que dizem defender em Portugal aquilo que esquecem em Bruxelas ou Estrasburgo, o cabeça de lista da CDU criticou o PS e salientou as suas responsabilidades no passado nos contratos a prazo, nos tectos salariais, no *numerus clausus*, bem como as responsabilidades actuais nas alianças com o PSD. Pelo que, como fez notar, o único voto coerente para o desenvolvimento económico, o apoio à cultura, a defesa do ambiente, a defesa da independência nacional, é o voto na CDU.

Alegria e confiança

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, encerrou as intervenções políticas. Propondo uma reflexão sobre a campanha em curso, interrogou-se sobre as razões da «alegria e confiança» tão patentes nesta iniciativa de Guimarães. Para logo dar a resposta, apontando motivos de sobra para votar CDU: o interesse para Portugal e os portugueses em ter no PE deputados que defendam os interesses nacionais e aproveitar estas eleições para de forma coerente



expressar o protesto contra a política de Cavaco Silva. Na ocasião, Álvaro Cunhal enalteceu o trabalho desenvolvido pelos três deputados comunistas no Parlamento Europeu, cuja actuação contrastou com a dos que capitularam face aos interesses comunitários, como foi o caso dos que aceitaram acordos e condições prejudiciais a Portugal, de que é exemplo o caso dos acordos sobre os têxteis. Aludindo aos que dizem que os comunistas se contradizem, por terem estado em desacordo com a adesão à CEE, Álvaro Cunhal esclareceu que, bem pelo contrário, precisamente porque os comunistas

alertaram para os perigos da integração, estão nas melhores condições para fazer frente a tais perigos, defender a indústria têxtil e a indústria em geral, a agricultura, a melhoria da situação dos trabalhadores portugueses, dos emigrantes, a defesa da cultura nacional, lutar pelo desenvolvimento da economia, pelo bem-estar do povo. Como disse Álvaro Cunhal, «somos nós quem, no PE como na Assembleia da República, nas autarquias, na luta de todos os dias, estamos ao lado dos portugueses, o que faz com que cada vez mais pessoas pensem e se convençam de que o voto que as defende é o voto na CDU.»

O secretário-geral do PCP fez igualmente críticas ao PS referindo-se ao papel que assumiram os socialistas no processo de revisão da Constituição, de alcance muito negativo. Estas atitudes, afirmou, reforçam a convicção de que só o PCP e os seus aliados, a CDU, se mantêm firmes na defesa dos interesses populares, o que torna não só importante como indispensável o voto na CDU no dia 18 de Junho. Terminado o comício, prosseguiu a festa em Guimarães com um entusiasmo, alegria e confiança que importa confirmar nas urnas, elegendo os nossos deputados, votando CDU. ■

No Norte do País

Apoio popular à CDU

A campanha eleitoral da CDU esteve em força no passado fim-de-semana no Norte do País.

Com a presença do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal e do cabeça de lista da CDU, Carlos Carvalhas, entre outros, a campanha multiplicou-se nas mais diversas iniciativas, desde os contactos informais a comícios, festas de rua, convívios, distribuição de propaganda.

De Braga a Famalicão, de Chafé a Mirandela, de Monserrate a Afife, de Viana a Guimarães, como tem vindo a suceder por todo o lado, uma característica comum: alegria, entusiasmo, confiança e muita gente a saudar e participar na campanha da CDU.

Como as fotografias bem testemunham.

★ ★ ★
★ ★ ★
18
★ ★ ★ JUNHO ★ ★ ★
★ ★ ★
★ ★ ★
ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU



Álvaro Cunhal na Marinha Grande

18
JUNHO
ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU



O exemplo histórico da Marinha Grande na luta do povo português e do movimento operário pela liberdade e a democracia, a situação política, a vasta movimentação social, as lutas laborais e o protesto em curso contra a política do Governo (professores, funcionários públicos, enfermeiros, agricultores, médicos, pessoal das alfândegas e da PSP, etc.), a revisão da Constituição e a colaboração do PS com a direita (nessa matéria e nas

alianças que já se desenham contra a CDU em vários concelhos para as eleições de Dezembro), o alerta, nomeadamente aos reformados, para a já tradicional demagogia do PSD em vésperas de eleições, a forte intervenção da CDU na vida nacional, o trabalho dos seus deputados no Parlamento Europeu, o significado das eleições do próximo domingo e o dinamismo que assinalou a campanha da CDU, em contraste com as outras

comício, realizado ao ar livre no ringue da «Ordem», teve na tribuna, para além de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e de Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU ao PE, o presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Emílio Rato, o vereador José Luís de Sousa, Etelvina, do CC, Saul Fragata, também do CC, José Inácio e Luís Barreiros, da DORLEI, João Lázaro, do partido «Os Verdes» e candidato da lista CDU ao PE, Jorge Amador da Direcção da JCP, Tomás Rato, tarrafalista, Teresa Neves e Maria de Jesus, ambas de «Os Verdes», Manuel Miranda, industrial, Paulo Silva, da Juventude, Manuel Baridó, sobrevivente do 18 de Janeiro, Guarda Ribeiro, primeiro nome da lista CDU à Câmara Municipal de Leiria (eleições de Dezembro), Joaquim Judas, do CC do PCP. Também presente na tribuna o camarada António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do PCP, responsável da DORLEI. José Inácio, João Lázaro, Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal foram, respectivamente, os oradores deste entusiástico comício, onde a juventude marcou presença vibrante, assinalada nas intervenções da noite. Antes, foi guardado um minuto de silêncio em memória de uma destacada figura da luta antifascista o dr. António Macedo, presidente do PS, falecido recentemente.

Indefinidamente no Governo se não contar com o apoio do povo e sem dúvida que caberá ao povo a decisão final.

Álvaro Cunhal desenvolveria ao longo da sua intervenção o tema de **revisão constitucional**, recordando que sem os votos do PS a direita nada conseguiria no Parlamento. Ainda a propósito das cedências da direcção do Partido Socialista chamou a atenção para as coligações que prepara com o partido do Governo em concelhos como **Setúbal, Montijo, Alvíto** e provavelmente **Vila Real de Santo António**, e noutras autarquias, «para se oporem juntos — PSD e PS — à gestão da CDU, portanto de comunistas e outros democratas que temos a maioria em numerosas Câmaras».

«Em vez de aceitarem as nossas propostas» (em defesa da Constituição, contra a política de direita, afastando-a também dos municípios, caso de Lisboa), «os socialistas aliaram-se ao PSD para a revisão da Constituição e tendo em vista as eleições autárquicas. Temos toda a razão para fazer esta crítica. Com a mesma ideia e a mesma crítica estão muitos socialistas — e alguns tomaram posição pública a esse respeito», observaria o dirigente comunista, frequentemente aplaudido por fortes aplausos. Já depois de encerrado o comício, o secretário-geral do PCP foi rodeado por vários jornalistas, mantendo-se um animado diálogo sobre a campanha eleitoral e temas de actualidade política. A Marinha Grande, uma terra com características especiais, como diria Álvaro Cunhal, marcou o início de um intenso fim-de-semana de campanha, esclarecimento e mobilização por terras do Norte.



Juventude: uma presença vibrante na Marinha Grande

Carlos Carvalhas: Da realidade aos «slogans» cavaquistas

O cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu esteve na passada sexta-feira no concelho da Marinha Grande, num programa iniciado na freguesia de Vieira de Leiria, tendo visitado as empresas, **Tomé Feteira, Manuel Pereira Roldão e Somena**. Depois, à noite, intervindo no comício realizado na

preparar o País para 1992. É uma conclusão indesmentível, corroborada por outros exemplos de visitas, contactos e encontros que temos feito em todo o País durante a pré-campanha e a campanha eleitoral.» Carlos Carvalhas acrescentaria de imediato: «O

preparar o País para 92. (...) Com esta política, o Governo leva Portugal para um desafio, para o qual o País corre o risco de não ganhar e de nem se quer empatar. Por isso nós dizemos: é necessário mudar de política, é necessário votar CDU em 18 de Junho». As cedências do PS à direita, abrindo caminho para a reconstituição dos grandes grupos económicos — com os seus jornais, os seus bancos, as suas companhias de seguros e agora com as suas rádios e quem sabe, amanhã, com os seus canais de TV — foram abordadas pelo cabeça de lista da CDU, que apelou aos socialistas para cumprirem nos actos o que prometem nas palavras, deixando de atirar areia para os olhos dos eleitores. Vivamente saudado pela assistência, Carlos Carvalhas, a terminar, realçou o papel e a intervenção da CDU na vida nacional, uma força com provas dadas na Assembleia da República, no Poder Local e no Parlamento Europeu. **A CDU val para a Europa com a mesma disposição de luta com que nas fábricas ou na Assembleia da República defende os interesses dos trabalhadores dos cidadãos e do País** — concluiria no seu breve improviso. ■

forças políticas em presença — estes alguns dos temas abordados por Álvaro Cunhal no comício da CDU que reuniu numerosa assistência no recinto da simpática colectividade da «Ordem», na cidade da Marinha Grande. A iniciativa decorreu na noite da passada sexta-feira, após um jantar-convívio, no mesmo local, com meio milhar de participantes. Presidido por Durval Gaspar, da Concelhia local do PCP e da Coordenadora da CDU, o

A decisão final

«O voto na CDU», afirmaria o secretário-geral do PCP, «é o voto claro de oposição à política de direita». Noutra passagem, lembraria que **não há Governo que se mantenha indefinidamente no poder, não há força que se mantenha**

Razões mais do que suficientes...

Em campanha eleitoral há quem se limite a fazer promessas e a pedir votos. Mas há também quem aproveite as acções públicas, como os comícios e as sessões eleitorais, para falar dos problemas concretos, da realidade, das questões que se deparam no quotidiano, dos anseios populares e regionais. Na noite da passada sexta-feira, na Marinha Grande, o camarada José Inácio, membro da Direcção Regional de Leiria (DORLEI) do PCP, afirmava a dado passo: **«A situação de instabilidade no emprego e de salários**

em que vivem muitos trabalhadores de algumas empresas da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, particularmente a Ivima e a Tomé Feteira; o estado caótico em que se encontram as principais vias de comunicação, desde a estrada Marinha Grande-Leiria, até à envelhecida linha ferroviária do Oeste; a situação das escolas secundárias e do Centro de Saúde aqui na Marinha Grande, com dezenas de milhares de contos em materiais e equipamentos que progressiva e irresponsavelmente se vão

degradando — tudo isto são razões mais do que suficientes para repudiar no próximo dia 18 a política do PSD e do seu Governo».

A reivindicação de uma nova escola secundária na Marinha Grande foi sublinhada por fortes aplausos nesta iniciativa da CDU, onde também se valorizou o empenhado trabalho do Município local, onde ainda decorrem as 5.ªs Jornadas Desportivas e onde há poucos dias atrás terminou a 3.ª Feira das Actividades Económicas (FAE), certame de grande projecção a que já nos referimos anteriormente. ■



«Ordem», Carlos Carvalhas pôs a questão: **«O que é que se pode concluir dos encontros que tivemos com os trabalhadores, com as suas organizações representativas e com as administrações? «Que, de facto, o PSD e o seu Governo não estão a**

futuro incerto para a juventude, os salários em atraso, o trabalho precário, os investimentos mal feitos, a não modernização da indústria, da agricultura e das pescas são dados objectivos que demonstram que, de facto, este Governo continua a apresentar «slogans» e não medidas concretas para



CDU

Coligação Democrática Unitária CDU

Pequenos Comerciantes e Industriais:

As reservas do futuro...

Octávio Pato e Rui Godinho estiveram no sábado passado num restaurante da Feira Popular para um almoço/convívio com Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (PMCI) de Lisboa, apoiantes da CDU, onde se falou, e muito, dos problemas que o futuro Mercado Único e os já três anos de integração no Portugal na CEE, colocam e colocarão a estes empresários.

Também as eleições autárquicas foram tema, já que a presença do cabeça de lista da CDU à Câmara da capital o justificava, com uma questão concreta a destacar-se de outras: a instalação desprogramada dos hipermercados.

«A CDU é a força que representa os interesses de todos os sectores que defendem a democracia, de todas as forças que defendem os interesses não monopolistas». Assim se apresentou Octávio Pato às oito dezenas de empresários lisboetas presentes neste almoço da CDU, contrapondo de imediato às propostas da Coligação, a prática levada a cabo pelo Governo PSD, «partido que detém algumas pastas ministeriais há oito ou nove anos», mantendo uma política de «defesa dos monopólios, numa relação muitas vezes directa e subserviente com o capitalismo internacional».

«Se não se realizar de imediato uma política que defenda os interesses nacionais os Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais portugueses correm o risco de desaparecerem» em favor dos grandes grupos

económicos, na sua maior parte estrangeiros.

A Independência Nacional

«Não queremos ser uma espécie de República das Bananas de CEE», foi outra das afirmações do membro do Secretariado do PCP, que referindo-se «à preocupante questão da Independência Nacional», lembrou a título de exemplo, que «só até

embate da concorrência externa, enquanto «a inflação chega já aos 13 por cento, os salários reais diminuem, com evidentes repercussões nos rendimentos dos pequenos comerciantes e industriais». Consequências da política governamental que «tem o mérito de reunir o descontentamento de todos, de grandes camadas da população» como o provam os processos de luta que envolvem sectores de actividades tão diferentes como os professores,



Octávio Pato e Rui Godinho estiveram com Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais de Lisboa

1989 os empresários espanhóis compraram em Portugal mais de mil empresas», colocando problemas que começam a preocupar todos os sectores da sociedade portuguesa, pela possibilidade de o consentido o domínio estrangeiro da economia portuguesa, «que se vai acentuando», venha a concretizar-se num efectivo governo do país pelos representantes desses interesses económicos. «A taxa de investimentos do nosso país tem crescido à custa do investimento estrangeiro, enquanto os investimentos a nível de Pequenas e Médias Empresas são praticamente inexistentes e o governo limita o acesso ao crédito a essas empresas.» Na perspectiva de entrada em vigor do Mercado Único, em 1992, Octávio Pato interrogou-se sobre a real possibilidade de os PMCI conseguirem enfrentar o

médicos, profissionais da Função Pública, PSP, enfermeiros, os trabalhadores de Alfândega, da Reforma Agrária, etc., etc.. Referindo-se à corrupção governamental onde «Portugal está na vanguarda da CEE através do Governo de Cavaco Silva», Octávio Pato falou também do recente processo de Revisão Constitucional, «globalmente negativo, apesar de continuarem em vigor aspectos resultantes das conquistas de Abril». «Não é por acaso que o PSD e o CDS se mostram muito contentes com esta Revisão, enquanto o PS afirma que o seu acordo com a direita acabou com a chamada querela da Constituição. No entanto, ainda há poucos dias, um deputado do PSD, Pacheco Pereira, afirmou que esta Revisão é para durar cinco anos, que ainda não os satisfaz». «Esta Revisão abriu as portas ao PSD para as



«Com o Governo de Cavaco Silva, Portugal está na vanguarda da corrupção da CEE»

privatizações com as consequências imediatas que se conhecem, produzidas ainda antes de as alterações entrarem legalmente em vigor: a UNICER foi privatizada e os dados até agora conhecidos indicam que grande parte da empresa foi adquirida por estrangeiros; o Banco Totta & Açores vai ser vendido a um preço escandalosamente baixo». Octávio Pato insistiu na necessidade de os portugueses não desligarem os problemas da CEE dos problemas nacionais, nem verem como diferente a actuação dos partidos no Parlamento Europeu da actuação que têm a nível nacional: «Os partidos em Estrasburgo não são diferentes do que são em Portugal!» frisou.

A demagogia improdutiva

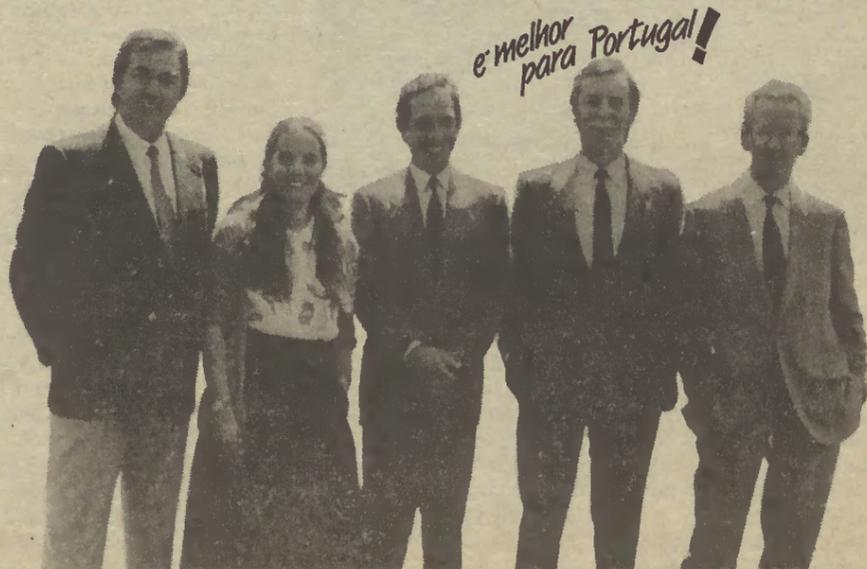
O candidato à presidência da Câmara de Lisboa, Rui Godinho, afirmou na sua intervenção que «muitos dos fundos que a CEE dispõe poderiam ser aplicados de forma correcta na recuperação do património da cidade de Lisboa». Tal não sucede,

inclusivamente pela má actuação de alguns eurodeputados portugueses, como é o caso de Lucas Pires, «que demagogicamente vem afirmando que conseguiu, para recuperar Alfama e Mouraria, uma contribuição comunitária de 17 mil contos». Para além da quantia irrisória, Rui Godinho revelou que a iniciativa de Lucas Pires inviabilizou uma proposta elaborada pelos deputados comunistas, que apontava uma verba de um milhão de contos para recuperação daqueles dois bairros lisboetas, mas que não foi apresentada no Parlamento Europeu por o regimento daquele organismo comunitário não permitir a discussão do mesmo assunto duas vezes. «Inclusivamente esses 17 mil contos não vieram, porque o Conselho de Ministros da Comunidade, ao elaborar o Orçamento, inscreveu a rubrica mas não a dotou de verba!» Falando de um problema que preocupava particularmente os presentes neste almoço da CDU, Rui Godinho referiu-se aos hipermercados, dizendo que a CDU «nunca teve uma posição de rejeição

a estas estruturas, que adquiriram raízes nos hábitos de muitos lisboetas». Rui Godinho defendeu antes a necessidade de estabelecer algumas regras para a instalação desses hipermercados, «de forma a que eles não apareçam em função de interesses de ocasião, mas antes se enquadrem num contexto que assegure a sobrevivência e a competitividade dos PMCI, sendo instalados em zonas que tenham em conta os interesses comerciais e urbanísticos de Lisboa». Exemplificando com um caso concreto, Rui Godinho referiu-se à abertura para breve de um hipermercado na zona da Luz, «um hipermercado que vai produzir impactos comerciais e urbanísticos preocupantes, agravando ainda mais o caos que é o tráfego e a urbanização da zona». «Os deputados que no Parlamento Europeu defendem os interesses nacionais são os deputados da CDU. Daí serem eles também os que melhor defenderão os interesses da cidade de Lisboa, levando a Estrasburgo iniciativas que beneficiem todos e não só alguns», concluiu o vereador lisboeta. ■

18
JUNHO
ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU

PORTUGAL de progresso e justiça numa EUROPA de paz e cooperação



Coligação Democrática Unitária CDU



**Com Maria Santos
e João Amaral**

CDU em força nos Santos Populares

★ ★ ★
18 ★ ★ ★
★ JUNHO ★
★ ★ ★
ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU

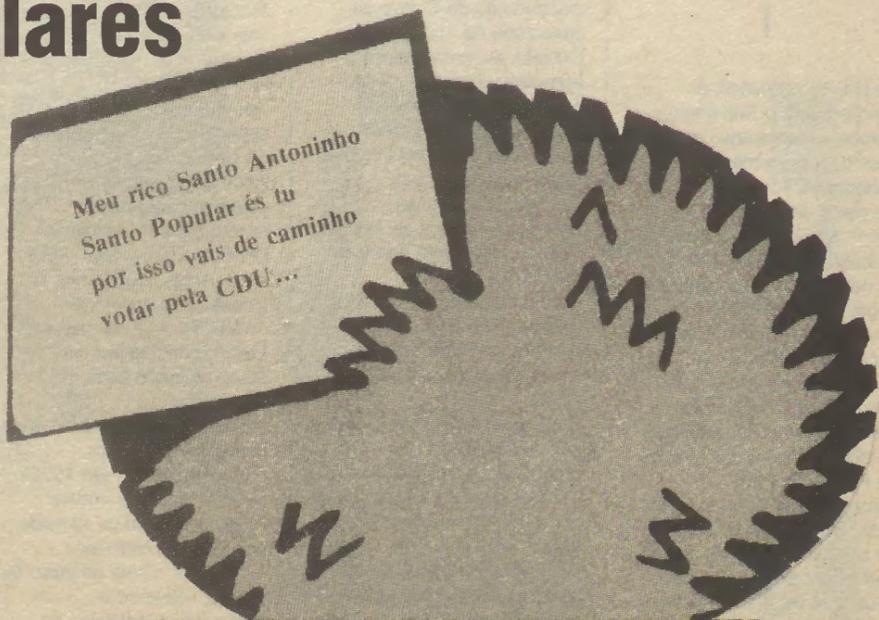


Era Santo António e tempo de manjerico, por isso os dois candidatos da CDU – **Maria Santos**, ao Parlamento Europeu e **João Amaral** à Câmara Municipal de Lisboa – visitaram Alfama em plena festa e de flor na mão, oferecendo aos eleitores propaganda original: um manjerico de papel com duas quadras ao Santo, azeite com agrado e dando origem a encontros engraçados, nomeadamente o que ocorreu no Largo do Chafariz de Dentro com um grupo de jovens apoiantes do PPM, que rapidamente entraram em convívio animado com a juventude CDU que acompanhava os candidatos. A troca foi a palavra de ordem: troca de autocolantes, de ideias e de sorrisos.

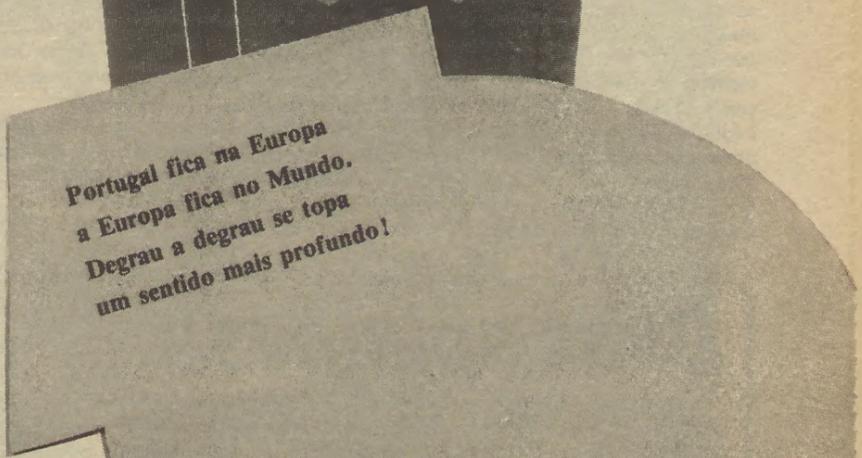
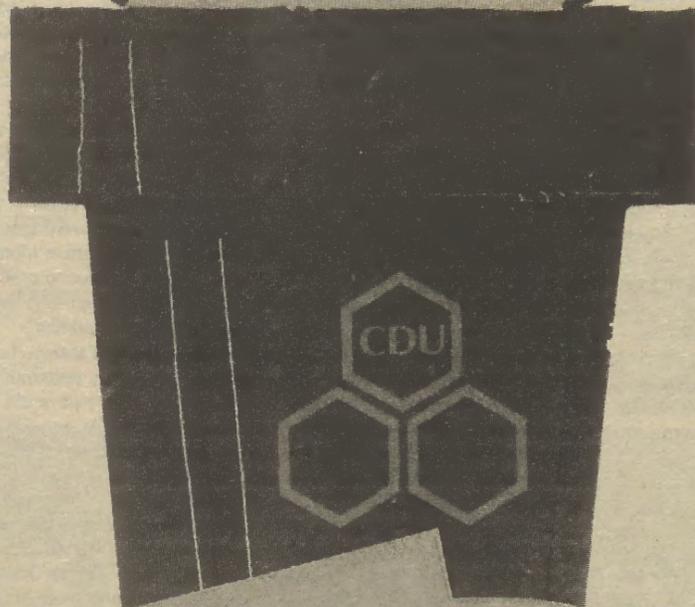
Bonito. «Furando» com energia bem disposta entre a multidão, entrando em restaurantes, parando nos tascos e esplanadas que nesta data se improvisam por todos os bairros populares da cidade, Maria Santos pôs mais uma vez à prova a sua conhecida comunicabilidade, abordando tudo e todos com uma alegria contagiante. «**Na hora do voto andar/ Que Santo António nos valha/ Quem trabalha deve dar/ O seu voto a quem trabalha**», dizia uma das quadras do «manjerico CDU», logo completada no outro lado: «**Meu rico Santo Antoninho/ Santo popular és tu/ Por isso vais de caminho/ Votar pela CDU**». No interior explicava-se que

«no Parlamento Europeu, como em Portugal, a CDU é uma força necessária para o progresso e desenvolvimento do nosso país», constituindo «a mais coerente e determinada oposição à desastrosa política do actual Governo», apresentando «propostas concretas para os grandes problemas nacionais» e sendo «a única grande e consequente força de esquerda capaz de dar voz às reivindicações e aspirações dos portugueses e de lutar sem transigências pela defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses na CEE». Por isso, «cada voto CDU será a melhor expressão da vontade de um novo rumo na política nacional, ajudará a eleger deputados competentes e patriotas para o Parlamento Europeu».

Enquadrados pelo ambiente de festa – e bem grande, como é da tradição nos Santos Populares de Lisboa, com os bairros antigos da cidade peçados de gente, de fumos e cheiros bons, música, dança improvisada e muita alegria – os dois candidatos não tiveram qualquer dificuldade em distribuir a sua propaganda, em contactos rápidos e informais, sublinhados a sorriso e um ambiente de simpatia generalizado. ■



Meu rico Santo Antoninho
Santo Popular és tu
por isso vais de caminho
votar pela CDU...



Portugal fica na Europa
a Europa fica no Mundo.
Degrau a degrau se topa
um sentido mais profundo!

Por muito e vários caminhos
da CEE para cá
veio muito dinhelrinho
e eu não sei onde ele está...

Esta vida está de fel
e cada dia piora
eu voto favo-de-mel
a ver se tudo melhora

Santo António está na festa
tem aqui o seu talher
CDU é gente honesta
é a gente que o Santo quer

■ **Mário Castrim**

Televisão

Tempo de eleições

No plano jornalístico, as eleições para o Parlamento Europeu são tratadas com mais desenvolvimento no **Telejornal**.

No plano da propaganda, temos os Tempos de Antena atribuídos a cada partido; e os noticiários e a publicidade paga. Escusado será dizer que, destes últimos, apenas beneficia o PSD... É notória a dupla personalidade de Cavaco Silva. Aparece, nos tempos de antena, como presidente do PSD; aparece exaustivamente nos boletins noticiosos como presidente do conselho de ministros. Temos um primeiro-ministro aguadeiro de um candidato e temos um candidato aguadeiro de um primeiro-ministro...

Acresce ainda que temos uma televisão aguadeira de ambos. Se calhar ainda chamam a isto transparência. Até da publicidade paga, deita mão o PSD, perdão!, o Governo. Lá está, entre outros, aquele anúncio convidando os jovens a frequentar os centros à sua disposição. Podem falar, conviver, procurar informações, inteirar-se dessa cousa maravilhosa que é ser jovem em Portugal, hoje...

Mas é através dos noticiários que a propaganda se faz com maior insistência. E com maior eficácia. Pode dizer-se que em cada noticiário há um membro do Governo que vem falar das suas iniciativas, dos seus propósitos, das suas inaugurações. Couto dos Santos está presente, e bota discurso, na

inauguração do Centro da Juventude de Viana do Castelo, diz uma profunda, conselheiral verdade: «não há desenvolvimento sem juventude...». O custo da obra orçou os 80 mil contos, totalmente pagos pelo Governo. Estás a ver, juventude, estás a ver como Cavaco cuida bem dos teus interesses... Noutro dia, Macário Correia anuncia a criação de uma estação de tratamento de esgotos, com fundos da CEE...

O Governo conseguiu que a CEE contribuisse para a reconstrução do Chiado... Também haverá fundos europeus de nove milhões de contos para projectos científicos e tecnológicos... Cadilhe aljeira impostos a futebolistas... Valente de Oliveira faz, Oliveira Martins acontece... Em resumo, se quiser dinheiro da CEE, já sabes em quem votar...

II

Todos os dias, o telejornal dedica noticiários aos partidos concorrentes, à velocidade média de noventa e nove segundos cada. Com o alibi da igualdade de tratamento, o que é prática de facto é uma tremenda desigualdade. Por definição, «Noticiário» é para dar notícias. «Notícia» é o tratamento jornalístico dos factos havidos ou por haver. Que é que sucede? Sucedem que com vários partidos nada acontece e que com outros acontece muito. Não importa: em qualquer dos casos, aplica-se a partilha dos 90 segundos. E fica tudo nivelado pelo mais baixo.

Trabalhe-se muito ou pouco, haja seriedade ou «brincadeira» — é tudo igual ao litro...

Nenhuma organização, neste aspecto, é mais prejudicada do que a CDU. Claro...

Recordemos algumas palavras tiradas das reportagens do telejornal: Diz Esteves Cardoso: «Com Lucas Pires voltaríamos ao Condado Portucalense».

— MRPP: «não foi possível fazer o comício por falta de disponibilidade dos operários».

— «Os socialistas falam já de Jorge Sampaio como primeiro-ministro em 1992».

— «Em Coimbra, tratam António Vitorino de Almeida por Vitorino Nemésio».

— O PSR, diante do **Júlio de Matos**, refere-se à «psiquiatria imobiliária da ministra da Saúde», sob a firma de **Boliqueime & Beleza, Construções**.

— Cravinho na Nazaré: «Se o PSD viesse à Nazaré, teria o Capucho, mas nós temos a capa...»

— Sampaio «...a desgovernação do PSD...».

— Manuel Monteiro, do CDS: «Capucho precisa do primeiro-ministro para se dar a conhecer.»

— Francisco Louçã, do PSR: «Nós andamos a pé, mas o Governo anda de cadilhac.»

— Cavaco Silva — «Pusemos a casa em ordem. Cortámos a direita...»

— Comentário do repórter: «Baixam de tom os ataques do PS ao Governo».

— Torres Couto: «Não vou bater mais em Cavaco Silva».

— Lucas Pires: «os mais ricos devem pagar mais, os mais pobres devem pagar menos».

— A.V. d'Almeida:

«Desencanto dos partidos pode transformar-se em desencanto da democracia».

— Um velho trabalhador, num encontro com Lucas Pires, diz que, com a sua pensão de miséria «às vezes tem de pedir esmola para sobreviver.»

— Lucas Pires condena privatizações porque provocam entrada de capitais estrangeiros.

— Carlos Pires: «Sou um homem de soma e não de divisão».

— Joaquim Miranda, da CDU: — «Já perdermos três anos. O Governo não preparou o país para o embate de 1993. O governo facilita as importações daquilo que Portugal produz ou podia produzir».

— Carlos Carvalhas, da CDU — «Não se valoriza um país, quando se desmobilizam os seus trabalhadores.»

— Carlos Carvalhas: «Socialistas, ponham de acordo os vossos actos com as vossas palavras!»

— Carlos Carvalhas: «Portugal não é um eucaliptal!»

— Carlos Carvalhas: «O PSD e o PS são os dois pedais da mesma bicicleta...»

III

A campanha eleitoral a cargo dos partidos ou coligações concorrentes tem a duração de meia-hora diária, à velocidade de cinco minutos cada.

Como já vem sendo hábito, a audiência vê-se a braços com organizações que hibernam todo o tempo e só acordam em tempo de eleições. Nessa altura contam com o mesmo tempo de antena dos partidos.

Não está em causa o direito de expressão que têm todas as forças políticas. Mas não deixa de ser estranho que essas forças desistam de agir no quotidiano histórico do país e apareçam só de quatro em quatro anos a exigir o seu direito de expressão em termos de igualdade.

As consequências da falta de um pensamento e de uma acção estruturados levam à desertificação televisiva e, muitas vezes provocam reflexos negativos na audiência. Muitos são os casos em que é por demais evidente o desejo de promoção pessoal, a ambição, o oportunismo.

Seria preferível que, havendo embora menos intervenções políticas, elas fossem mais alargadas, inclusive para defesa da qualidade televisiva. Estruturar um programa de cinco minutos oferece enormes dificuldades, a menos que se gaste todo o tempo com a presença de um fabiano a parolar.

Vejamos sucintamente as características dos diversos tempos de antena: MDP-CDE — Assenta exclusivamente nas palestras exaustivas de António Vitorino d'Almeida. A tónica é posta na acção ecológica. Todo um programa foi gasto em analisar o fenómeno do «hooliganismo».

— PPM — A figura central, a

figura exclusiva é Miguel Esteves Cardoso. A tónica central é a luta contra a integração política europeia, Esteves Cardoso censura, a propósito, o PSD o PS e o CDS.

PSR — Tendo o seu «pivot» em Francisco Louçã, o PSR privilegia os contactos informais de rua, uma linguagem de humor por vezes bem conseguida.

POUS — Carmelinda Pereira é a presença obsessiva. Não aprendeu nem esqueceu nada ao longo dos anos.

Alguas actuações doutra figurante «popular» deram a este tempo de antena a sensação da irresponsabilidade política.

FER — É uma coligação de pequenos grupos políticos. Privilegia, como o MRPP, a distribuição de propaganda à porta das empresas.

Pensa organizar-se em partido que seja «uma alternativa ao PCP»...

MRPP — Vive quase exclusivamente das palavras (e são muitas) de Garcia Pereira. Linha política: entrar na CEE para desmascarar a CEE.

UDP — o seu projecto político europeu consiste na criação de um fundo mensal de mil contos para a defesa da cultura, das liberdades e do património.

A sua linguagem quer ser humorística, torna-se ridícula e por vezes de uma grosseria repugnante.

CDS — Só há Lucas Pires. Tónica: a defesa dos «interesses nacionais» acima das preocupações

partidárias. Nem uma única vez se referiu ao CDS, pelo qual se candidata.

PS — Televisualmente, é um programa muito fraco. Sem ligação, sem encanto, sem impacto. No estúdio, Jorge Sampaio, frenético, grita como se estivesse num comício. Não há propostas, não há uma discussão séria como se exigiria de um grande partido.

PSD — A mais fraca prestação de sempre em tempos de antena. Sem vibração, sem entusiasmo, sem qualidade televisiva. O recurso sistemático à câmara lenta, em vez de dar pompa e circunstância, transforma cada emissão numa chumbada. O Capucho, coitado, lá vai tristonho e cinzento distribuindo uns abraços e uns aventais. Agora imaginem isso em câmara lenta...

CDU — Como os próprios repórteres reconheceram, a CDU privilegia os encontros com o povo em comícios a que mais nenhuma outra organização política se atreve. Também como nenhuma outra força, a CDU procede a uma análise política de fundo e alia o combate na frente europeia ao combate na frente interna, considerando-os indissociáveis. A expressão de Carlos Carvalhas segundo a qual **não nos pode defender lá fora quem não nos defende cá dentro**, define uma orientação política com demonstração eficaz nos tempos de antena da CDU. ■

■ **Correia da Fonseca**

A outra campanha

Há a campanha eleitoral assumida e arrumadinha, com o tempo de antena rigorosamente repartido, até ao segundo, pelos concorrentes. A gente até vê, no canto superior direito do ecrã, o ponteiro dos últimos segundos a dar testemunho público de como estas coisas, na Televisão, são feitas com estonteante honestidade, como quem diz que em política e pontos de honra a RTP é assim. Infelizmente, porém, há «a outra» campanha, a que nos chega vestindo à paisana, fazendo de conta que é apenas inócua informação incluída nos grandes serviços noticiosos da RTP, tão apartidária como o boletim meteorológico.

Não vamos abundar aqui em exemplos que nos façam gastar muito papel: fiquemo-nos com dois, podiam ser vinte ou talvez duzentos. E isto sem esmiuçar o mais importante que é o facto de o Departamento de Informação da RTP estar sempre em ininterrupta campanha, por mais distantes que se situem os períodos eleitorais, sempre dedicado à lavagem-de-cérebro dos portugueses com aplicações de água turva. Lembremos, assim, o modo como a campanha da CDU foi caracterizada, logo nos seus primeiros dias, num dos mais importantes serviços noticiosos da RTP: segundo a Televisão, a CDU, «tentaria» convencer o eleitorado «de que é credível», pelos vistos conjurando dúvidas que nenhuma das outras forças políticas suscitaria. Foi, como se vê, uma subtil e indirecta forma de calúnia. Citando um caso diferente, registemos que, quando da morte de António Macedo, presidente de honra do PS, o noticiário da noite deu conta das manifestações de pesar de diversas personalidades e de todos os grandes partidos, mas não das do PCP ou de alguém da sua área. Como se quisesse recordar ao eleitorado, uma vez mais, que «os comunistas são maus», de outra massa, e a si próprios se situam fora da elementar convivência.

Assim se fazem as coisas, furtivamente, dia após dia. Assim a impostura é injectada sem dor nas veias dos que serão chamados a votar.

Duas opiniões

Na CDU, como sempre, o «savoufaire» e a qualidade técnica dos comunistas.

Mas já cansa ouvir Cunhal dizer, como de outras vezes, que a campanha vai de vento em popa, quando se sabe que pode haver nova desilusão no fim. E os vídeos da CDU não dispõem das novidades e atracções das anteriores campanhas. Será que os seus criativos se cansaram? Os

problemas de imagem de Carlos Carvalhas podem desviar as atenções do seu discurso. Os comunistas dizem que preocupar-se com isso é supérfluo e retira seriedade à campanha. Só que eles preocupam-se em surdina, porque sabem que assim se ganham votos.

«Expresso» — 10/Junho

	Técnica	Ideias	Credibilidade política	Imaginação		Técnica	Ideias	Credibilidade política	Imaginação
PSD	4	2	5	2	POUS	0	1	0	0
PS	3	4	3	3	MRPP	0	1	0	0
CDU	4	4	4	2	JDP	3	2	3	5
CDS	5	1	4	2	PDC	1	0	0	0
PPM	1	1	2	2	MDP	1	1	1	2
FER	2	2	0	1	PSR	2	3	2	4

Quadro de classificação (de 0 a 5) da primeira semana de campanha

■ O SOM DA CDU

Certo, bem sonorizado, voz afável, discreto e de bom gosto foi o som da campanha da CDU na Televisão. A própria música de fundo era popular e agradável, com batimento q.b. Resultou um programa pacífico e apaziguador, o único estilo capaz de suscitar adesões. O som é muito importante em Televisão. Independentemente da mensagem, para todas as mensagens. Que diabo: o PREC já passou há um rol

de anos, e agora mesmo quando não se tem parabólica existe sempre a possibilidade de premir um botão, o segundo canal é mesmo alternativa.

Um colega a quem eu manifestava o meu apreço por este aspecto da campanha dos comunistas saiu-se com esta: «Que importa que seja bem feito se é da CDU!». Importa, em minha opinião. E é bom para os ouvidos.

«Semanário» — 9/Junho



★ ★ ★
18
 ★ ★ ★
 JUNHO
 ★ ★ ★
 ELEIÇÕES
 PARA
 O PARLAMENTO
 EUROPEU



■ **Anabela Fino**

Uma campanha militante

A campanha eleitoral da CDU está ainda em força na rua à hora em que encerramos a nossa edição. Até à meia-noite de amanhã múltiplas iniciativas se vão realizar um pouco por todo o País, no esforço de levar a mensagem ao eleitorado e convencer os indecisos da necessidade e importância do seu voto. No entanto, é desde já possível falar do que foi esta campanha.

O que significa, antes do mais, prestar a justa homenagem a quantos nela participaram, anonimamente, com sacrifício do seu tempo de merecido descanso. Quando se passa nas ruas de Lisboa, por exemplo, engalanadas de pendões e faixas da CDU, quantos se lembram do trabalho que deram a colocar? Quantos se detiveram a pensar nos jantares atrasados, nas horas roubadas ao sono, no convívio familiar que se sacrificou para o tornar possível, às vezes para verificar no dia seguinte a inutilidade do esforço «graças» à operação de «limpeza» levada a cabo ilegalmente pela Câmara Municipal de Lisboa? E que dizer do Alentejo, todo ele denotando a presença

viva da CDU em iniciativas várias que nunca chegam a ter honras de notícia? Como se torna fácil esquecer que esses homens e mulheres que dão corpo à campanha eleitoral, como os outros que acorrem a ouvir a sua mensagem, se debatem diariamente com a ofensiva governamental contra a Reforma Agrária, vivendo já o desemprego ou na sua perspectiva. Quanta força, dedicação e militância não exige esta luta permanente para manter viva a esperança no futuro? E não nos podemos esquecer de Trás-os-Montes, nem de todas essas localidades do interior, onde cada acção de propaganda, cada porta-a-porta, cada distribuição de folhetos de esclarecimento, exige o esforço suplementar de muitas dezenas de quilómetros a percorrer, de muita disponibilidade para vencer a desconfiança decorrente da secular desinformação, mesmo sabendo que ali os frutos demoram a nascer. Nem do Algarve, dos Açores ou da Madeira, para citar mais alguns casos embora com a consciência de esquecer tantos outros, onde

cada cartaz, cada sessão de esclarecimento, cada distribuição de propaganda à saída de fábricas e empresas tem a marca da militância que distingue a CDU das outras forças políticas. Os comunistas e os seus aliados sabem bem o valor do trabalho realizado. Fazem-no com as suas próprias mãos, contando com as próprias forças. Quando se faz um comício ou uma sessão de esclarecimento, a montagem do palco, o som, a decoração não fica a cargo de empresas. Antes da chegada de quem tem a seu cargo o trabalho político, outros trabalharam militantemente para o tornar possível. Juntando horas de esforçado trabalho a muitas outras horas de trabalho já cumpridas. Juntar dezenas ou centenas de pessoas num jantar de convívio, numa confraternização de amigos e apoiantes, pode parecer coisa simples para quem chega à hora marcada e tem como função ocupar o seu lugar. Mas para quem, como os amigos e camaradas da CDU, tem a seu cargo a organização de tudo, o trabalho começa cedo, exige

esforço, dá preocupações, implica responsabilidades. E tudo isto se faz de forma anónima, na certeza antecipada de que os grandes (e pequenos) meios de comunicação nunca lhe darão relevo. No entanto, foram estas incontáveis pequenas

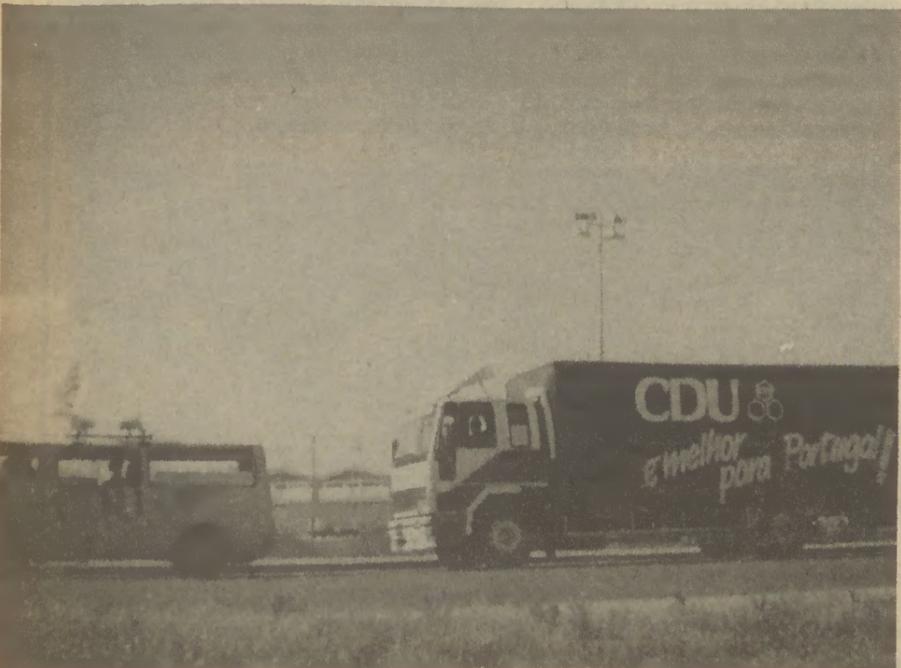


iniciativas que tornaram grande a campanha da CDU.

Que levaram a mensagem dos comunistas, dos verdes, dos seus aliados independentes a todos os recantos do País, num esforço sobre-humano que nunca satisfaz plenamente pois o esclarecimento, a informação, a mobilização de massas é tarefa que nunca pode dar-se por acabada.

Por isso, quando nos aproximamos do termo de uma batalha tão importante como a que agora se trava, importa em primeiro lugar saudar todos esses amigos e camaradas que a tornaram possível com a sua dedicação e a sua militância.

Independentemente dos resultados finais — os frutos colhem-se para além das sementeiras — não faltam razões para nos sentirmos orgulhosos.



Providência cautelar contra CM de Lisboa

Os partidos integrantes da Coligação Democrática Unitária requereram na passada sexta-feira, no Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, uma providência cautelar contra a Câmara Municipal deste concelho e a sua prática de destruição de propaganda eleitoral da coligação — informou o mandatário distrital da CDU, António Abreu.

Este requerimento surge depois de responsáveis da vereação terem afirmado que a CML não iria acatar a deliberação da Comissão Nacional de Eleições que deu razão à CDU na interpretação da lei que limita a afixação de propaganda eleitoral.

A limitação ilegal da propaganda pela Câmara de Lisboa e a destruição selectiva de materiais da CDU tinham sido abordadas na véspera, numa conferência de imprensa onde foi anunciada a decisão de requerer a providência

cautelar e onde se falou também da deliberação da CNE.

Censura prévia? Não!

A decisão da Comissão Nacional de Eleições —

sublinha a CDU pela voz do seu mandatário distrital — «confirma a protecção constitucional do direito de liberdade de propaganda que a gestão Abecasis tem vindo a pôr em causa há anos sem o ter conseguido».

O problema é que a CML interpretou «de forma abusiva» o texto da Lei 97/88 (em particular o n.º 2 do artigo 3.º). Este diz que «a afixação ou inscrição de mensagens de propaganda nos lugares ou espaços de propriedade particular depende do consentimento do respectivo proprietário ou possuidor e deve respeitar as normas em vigor sobre protecção do património arquitectónico e do meio

urbanístico, ambiental e paisagístico». A Câmara entendeu que o consentimento referido na Lei 97/88 deveria ser previamente comunicado à CML e, vai daí, começou a retirar cartazes e pendões (chegou mesmo ao cúmulo de remover propaganda da CDU afixada no CT do PCP no Lumiar). Ao ser confrontado com diferente interpretação (nomeadamente numa reunião em 26 de Maio com uma delegação da CDU), o representante do executivo camarário afirmou — como foi denunciado na conferência de imprensa — que também a CNE compartilhava daquela forma de entender a lei. Só que a CNE ainda não tinha sido consultada. E apenas deliberou sobre o assunto mais tarde, depois de uma queixa da CDU, afirmando, como noticiámos no último número, que «as autoridades administrativas não podem proibir a afixação de propaganda em propriedade particular, nem proceder à destruição de propaganda eleitoral nela afixada».

Numa sessão plenária da CNE realizada no dia 11 de Abril deste ano fora aprovada uma outra deliberação onde se afirmava que os espaços

postos à disposição das forças políticas pelas câmaras municipais «constituem meios e locais adicionais para a propaganda eleitoral». Um segundo ponto precisava que «para além dos espaços expressamente proibidos nos termos do art.º 66.º da Lei n.º 14/79, e art.º 4.º n.º 2 da Lei n.º 97/88, a afixação e inscrição de mensagens de propaganda é livre».

Mas a actuação da CML, além de ser ainda mais limitativa da liberdade de propaganda do que a própria Lei 97/88, tem sido também «selectiva, com o propósito de prejudicar a CDU» — denunciou António Abreu. A Coligação Democrática Unitária chamou a atenção, na conferência de imprensa da passada quinta-feira, para o facto de «tais comportamentos camarários se limitarem à cidade de Lisboa», acusando a actual gestão de novamente «expor a dignidade do órgão a mais uma condenação judicial».

Confusões de Pedro Feist

O vereador Pedro Feist, reagindo às tomadas de posição da CDU (que, além da CNE, levou este problema

também à Procuradoria Geral da República e à Presidência da República), afirmou que iria reter materiais de propaganda da Coligação removidos pela CML até depois de terminada a campanha e ameaçou aplicar uma sanção proibindo um período até dois anos o exercício de actividade de propaganda da CDU no concelho de Lisboa.

«Uma coisa são os desejos incontidos do vereador em questão e outra coisa é o regime democrático» — comentou o mandatário distrital da CDU, acrescentando: «estamos em Portugal de 1989 e não no 24 de Abril de 1974, estamos na Lisboa democrática e não na Chicago dos anos 20, a CML não pode ser *cosa nostra* nem o vereador Pedro Feist tem a capacidade de manobra de D. Corleone». Sublinhando que «não está, obviamente, animada de desejos de atentar contra legítimos direitos de proprietários ou de ofender o património arquitectónico, o meio urbanístico, ambiental e paisagístico, mas tão só a exercer um direito constitucional», a CDU reafirmou que iria prosseguir as suas acções de propaganda «apesar da rebeldia da CML».

CNE não se pronuncia

Um colóquio oficial de apoio officioso ao PSD e ao PS

A Comissão Nacional de Eleições (CNE), reunida na passada sexta-feira à tarde para apreciar uma queixa apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU), referente à realização do Colóquio «O Jovem na Construção da Europa», considerou não haver matéria suficiente para deliberar. Esta «conclusão» da CNE é no mínimo insólita, já que em causa está a igualdade de tratamento que a legislação em vigor estipula para as diferentes forças políticas no decorrer da campanha eleitoral.

Como se faz notar na queixa apresentada à CNE pela mandatária nacional da CDU, Ana Serrano, o referido

Colóquio, promovido pelo Centro de Documentação Europeia e pelo Instituto Superior Técnico privilegia claramente «algumas personalidades candidatas por algumas forças políticas às eleições para o Parlamento Europeu, bem como membros do Governo».

De salientar, por outro lado, que a iniciativa obteve apoios do Parlamento Europeu e da Comissão das Comunidades. Na sua exposição, a mandatária da CDU recorda que «de acordo com o artigo 56.º da lei 14/79 de 16 de Maio, aplicável por força do artigo 1.º da lei n.º 14/87 de 29 de Abril os candidatos e os partidos políticos ou coligações que os propõem

têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas, não ponendo os titulares de órgãos e os agentes de Estado intervir directa ou indirectamente na campanha eleitoral nem praticar actos que, de algum modo, favoreçam os prejudiquem os concorrentes às eleições em detrimento ou vantagem de outros (artigo 57.º da lei 14/79).

Ora, como se pode verificar pelo programa da iniciativa que se publica em separado, não é isso que sucede. Com exclusão da anunciada mesa-redonda com os representantes das listas concorrentes ao Parlamento Europeu, todo o resto do programa é um desfile de ministros e até candidatos ao PE pelo PSD e PS, a par de outras personalidades em que lamentavelmente se inclui o Presidente da República. Saiante-se ainda o facto do discurso de encerramento ser proferido pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, o que não deixará de ser mais uma achega à campanha do PSD. A realizar nas vésperas do encerramento da campanha eleitoral (ontem e hoje), com a projecção pública que lhe está a ser dada, torna-se inequívoco que este Colóquio promove certas forças políticas em detrimento das restantes.

Pelo que não se compreende a posição da CNE a quem compete velar pela democraticidade de todo o processo eleitoral. Em última análise, cabe aos eleitores «julgar» da lisura de tal processo. E reflectir, antes de depositar o voto nas urnas, na «credibilidade» de quem tanto fala de democracia e tão pouco a pratica.



Barros Moura, candidato ao Parlamento Europeu, esteve anteontem em Algés, no concelho de Oeiras, tendo participado num convívio com reformados e, à noite, numa sessão pública realizada no Palácio Anjos, que reuniu assistência interessada. Para além do deputado comunista no PE, encontravam-se na Mesa **Francisco Silva**, vereador da CDU na CM de Oeiras, **Tavares da Cruz**, presidente da Assembleia de Freguesia de Carnaxide, **Amílcar Silva Campos**, eleito nesse órgão autárquico, **Paula Peralta**, do

Comité Central de Algés e **Joana Dias**, da Coordenadora da JCP na freguesia de Carnaxide. «O Governo tem procurado minimizar a importância destas eleições», salientaria Barros Moura, nos momentos iniciais da sessão. A valorização e o reforço de competências do Parlamento Europeu, a situação política e social no nosso país, a dinâmica CDU e a necessidade de fortalecimento das forças que se opõem à desastrosa política do PSD foram alguns dos temas abordados na iniciativa.



COLÓQUIO «O JOVEM NA CONSTRUÇÃO DA EUROPA» FORUM PICAS 14 E 15 DE JUNHO DE 1989	
Organização: CEDE - ISE Apoio: Parlamento Europeu e Comissão das Comunidades	
PROGRAMA	
DIA 14	DIA 15
9:30 RECEÇÃO	9:30 RECEÇÃO
10:00 ABERTURA	10:00 ABERTURA
11:30 AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE PORTUGAL - Mesa 1	10:30 INTRODUÇÃO PROGRAMAS DE APOIO AOS JOVENS
12:30 ALMOÇO	10:45 «EMBAIXA» - A REVOLUÇÃO EUROPEIA DA UNIVERSIDADE
13:30 «JORNALISMO NA CONDIÇÃO: COMO É PORQUE» - Mesa 2	11:30 «COMETT» - FORMAÇÃO DO JOVEM NAS NOVAS TECNOLOGIAS
15:30 COFFEE BREAK	12:30 ALMOÇO
16:00 «ACTO ÚNICO E O SEU IMPACTO NA ADAPTAÇÃO» - Mesa 3	12:45 «TES PARA EUROPA» - PROJ. DE INTERCAMBIO EUROPEU
17:00 «A METODOLOGIA SUBSTRATADA AO TEMA «O JOVEM NA CONSTRUÇÃO DA EUROPA»» - Mesa 4	13:00 PROGRAMAS AGRÍCOLAS PARA JOVENS
18:00 ENCERRAMENTO	13:15 COFFEE BREAK
	14:00 «AS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PARA JOVENS»
	15:00 «O JOVEM E O EMPREGO»
	16:00 «O JOVEM E O EMPREGO»
	17:00 ENCERRAMENTO

Última hora

A mesa-redonda com os cabeças de lista às eleições para o Parlamento Europeu, anunciada no Colóquio ontem inaugurado, foi cancelada anteontem ao fim da tarde. Segundo a organização, o facto deve-se a apenas a CDU ter dado resposta à iniciativa. O resto do Colóquio mantém-se.

António Murteira, em Beja Apela ao voto que penalize as políticas erradas

«O voto na CDU é de facto o voto para penalizar as políticas erradas e dar força às propostas que possam contribuir para um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação». Acolhida com aplausos, a afirmação é de António Murteira e foi produzida sexta-feira última, em Beja.

Estava-se numa festa da CDU, realizada no terreiro interior do Castelo sobranceiro à cidade e o calor dos aplausos foi idêntico ao que momentos antes, os presentes, em número de algumas centenas, dispensara ao cabeça-de-lista às próximas eleições para a Câmara, Carreira Marques, quando este sublinhou que há quinze anos que coligações unitárias em que participa o PCP dirigem os destinos do concelho «com os resultados e a obra que todos podem ver e comparar».

Inserida na campanha eleitoral que a CDU vem desenvolvendo no Alentejo, este comício-festa constitui assim uma oportunidade não apenas para divulgar as posições da Coligação relativamente às eleições do próximo domingo, como também para apresentar o candidato que encabeçará em Dezembro próximo a lista dinamizada pelos comunistas para o município de Beja. No magnífico espaço interior do castelo medieval, hoje transformado em Museu Militar, os presentes que ali acorreram em número apreciável — pese embora o frio que naquela noite se fez sentir em flagrante contraste com as elevadas temperaturas que persistiram durante o dia — puderam ainda disfrutar de agradáveis

momentos de convívio proporcionados, quer pela actuação dos «Sementes à Terra» e dos «Artes e Ofício», quer ainda pelo som e imagem de várias bandas rock projectados num ecrã gigante instalado na parede de uma ala de uma das entradas do Castelo.

Virar de página

Chegado o momento do comício, após uma breve intervenção do vereador Lopes Guerreiro, que pôs em relevo a crescente importância atribuída pela autarquia ao desenvolvimento integrado e ao bem-estar das populações — em resultado de uma viragem iniciada há dois anos no trabalho autárquico —, coube a vez de Carreira Marques dirigir algumas palavras a uma assistência predominantemente constituída por jovens. E foi justamente sobre esta viragem no trabalho, iniciada na sequência de uma acção desenvolvida ao longo dos últimos quinze anos que colocou o município ao «nível do melhor que há na Europa», segundo as palavras de Carreira Marques, que este centrou grande parte da sua intervenção. Depois de resolvidos os problemas básicos das populações — «há 15 anos atrás apenas duas freguesias no concelho tinham água e luz e hoje tudo isso está resolvido», como assinalou Carreira Marques — a Câmara empenhou-se assim em dar resposta a outros desafios

situados nomeadamente na área das actividades económicas, culturais e desportivas.

Neste virar de página», como lhe chamou o orador, inscreve-se o Plano Director Municipal, peça essencial com vista a «enquadrar o futuro». Um futuro que, frisou ainda, «depende de todos e da consagração de muitos esforços» e onde a aposta incide fundamentalmente no desenvolvimento económico, com a consequente criação de mais postos de trabalho.

«O que foi feito está à vista e pode ser comparado. O povo sabe julgar quem os serve. Acreditamos em quem servimos», salientou por último Carreira Marques.

Desertificação do Alentejo

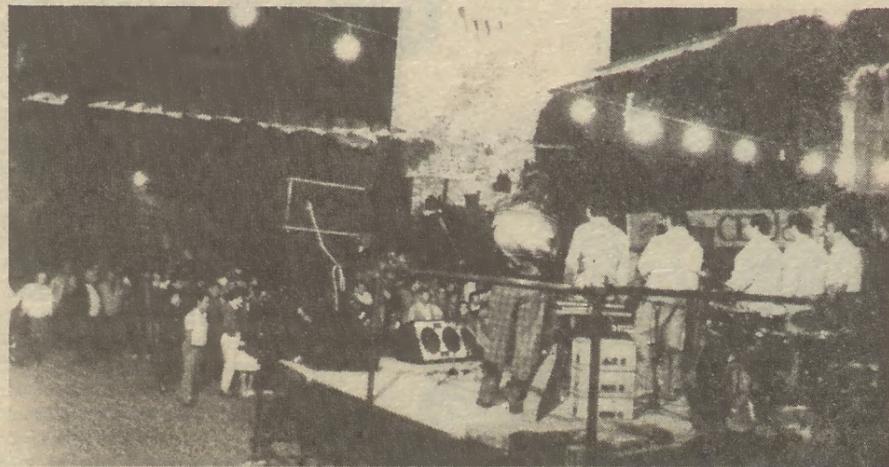
Na sua intervenção, António Murteira pôs a tónica, por sua vez, no quadro actual que caracteriza a nossa situação económica e social e na necessidade de encontrar uma nova política nacional (ver caixa) que dê solução aos problemas e conduza de forma diferente e eficiente o processo de integração na CEE.

Aludindo à tendência de «desertificação económica, social e ecológica» que paira sobre o Alentejo até ao horizonte do fim do século, aquele candidato ao Parlamento Europeu chamou a atenção, a propósito, para as recentes medidas governamentais, tomadas na sequência imediata da revisão constitucional, as quais, do seu ponto de vista, agravarão consideravelmente a situação no Alentejo e no País.

É o caso, frisou, da Reforma Agrária onde o PSD se propõe liquidar as 200 UCP's/Cooperativas e os seus 15 mil postos de trabalho, sem que apresente qualquer alternativa numa região onde a taxa de desemprego atinge os 18 por cento.

O mesmo sucede em relação aos pequenos e médios agricultores cujos rendimentos em média se situam apenas a cerca de um terço dos agricultores da CEE, sector onde também as mais recentes medidas quanto à política de preços e rendas «poderão asfixiar muitos milhares de agricultores».

A par das rendas da terra nos perímetros de rega estarem a sofrer «aumentos enormes e incontroláveis», os preços fixados pelo Governo para a presente campanha agrícola, conforme assinalou António Murteira, são inferiores em cerca de 20 por cento ao último ano agrícola, facto que a somar aos 13 por cento actuais da inflação representa uma diminuição de cerca de 30 por cento dos valores obtidos pelos



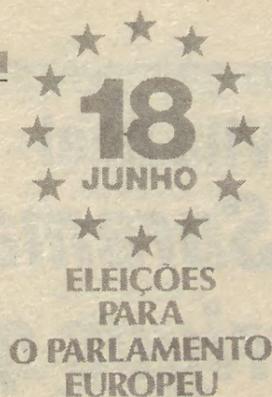
agricultores com as suas produções.

Na cauda da Europa

«Quem pode compreender, aceitar e votar em partidos — interrogou aquele membro do CC do PCP — que fazem políticas destas num país que vive um processo de integração e num sector como o agrícola em que o investimento é cerca de seis vezes inferior ao da CEE, em que a produção agro-alimentar está estagnada e teve quebras significativas em 1988, em que o défice agro-alimentar cresce, em que o rendimento médio da agricultura corresponde a apenas um terço da média da CEE, em que os salários dos trabalhadores e as pensões de reforma são de longe as mais baixas da Comunidade?»

Observação oportuna e cheia de sentido se se atender ainda, entre outros factores, à circunstância de os salários dos trabalhadores portugueses serem os mais baixos da CEE (metade dos espanhóis, um quarto dos italianos e um quinto dos alemães e um sexto dos dinamarqueses), Portugal ser o único país da CEE em que a semana de trabalho ainda ultrapassa as 40 horas semanais, em que a precariedade no emprego aumenta (600 mil contratados a prazo e 90 por cento das novas admissões com vínculo precário), em que continuamos a deter o recorde da inflação ou, ainda, como referiu António Murteira, em que continuamos a ser o país da CEE que menos gasta com a Segurança Social (apenas 15 por cento do PIB quando a média da CEE se situa nos 27 por cento).

Contribuir para modificar este estado de coisas surge, pois, como uma direcção fundamental de trabalho na actividade dos candidatos da CDU às eleições do próximo domingo. É que, como salientou António Murteira, o povo português «tem todas as condições, mesmo com a revisão da Constituição e com a Integração de Portugal na CEE, para construir na nossa Pátria uma democracia avançada no limiar do século XXI».



Vencer o atraso exige nova política



Contrastando com a demagogia eleitoralista do PSD e com a escassez de análise e de propostas alternativas do PS, a CDU apresentou-se a esta campanha eleitoral apostada em contribuir, através de um estudo aprofundado da situação e

das propostas concretas dele decorrentes, para a solução dos inúmeros problemas com que o País se defronta na perspectiva do seu desenvolvimento integrado e harmonioso.

Ancorado nessa análise atenta e rigorosa da realidade, o discurso de António Murteira em Beja foi disso um exemplo ao serem trazidos para primeiro plano algumas propostas concretas de uma política alternativa relativamente à qual, foi assegurado, os candidatos CDU se comprometeram a lutar, seja em Portugal, seja no Parlamento Europeu.

Uma política que, por exemplo, no domínio da agricultura, apoie e estimule numa economia agrícola mista no Alentejo as explorações de pequenos e médios agricultores e outras empresas agrícolas, liquidando simultaneamente o latifúndio e apoiando as UCP's/Cooperativas.

E se esta direcção constitui por assim dizer uma coordenada fundamental para arrancar ao atraso em que se encontram grande parte dos campos do Sul, na perspectiva dos candidatos CDU, não deixa de ser preciso também que o PAC — Política Agrícola Comum — tenha em conta as características próprias e o estado de desenvolvimento da nossa agricultura e do enorme défice agroalimentar do País.

Não deixa igualmente de ser necessário, segundo as palavras de António Murteira, uma política de apoio à instalação de pequenas e médias indústrias de transformação e outras que aproveitem os nossos recursos e potencialidades.

Quanto ao PDR (Plano de Desenvolvimento Regional) apresentado na CEE, importa que ele seja revisto e reelaborado com a participação de todos os interessados, de molde a que venha a ser consagrado o financiamento dos projectos necessários ao desenvolvimento do Alentejo, designadamente o Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo, a Metalurgia do Cobre e do Estanho, o Porto Comercial de Sines, as indústrias de transformação e o turismo.

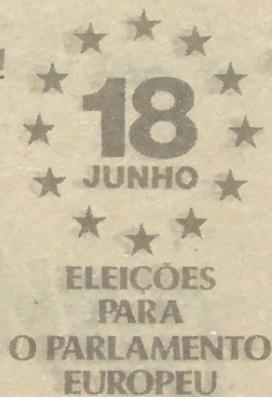
Na perspectiva dos candidatos CDU, afigura-se ainda como prioritário a implementação de uma política de criação de postos de trabalho (sobretudo para os jovens e mulheres) e a adopção de medidas que possibilitem a aproximação dos salários, da segurança social, das condições de vida dos trabalhadores portugueses aos padrões médios da CEE.

Ainda no plano social, os candidatos CDU, como lembrou António Murteira, defendem o aumento dos rendimentos dos agricultores portugueses e a aprovação de uma Carta Europeia dos Direitos Sociais Fundamentais com carácter vinculativo que torne possível a harmonização progressiva dos direitos dos trabalhadores.



Em Beja, o terreiro interior do castelo foi o local escolhido pela CDU para organizar um espaço de esclarecimento político e de convívio

«Mulher Portuguesa/92 – Que Futuro?» tema de debate no Porto



«Mulher Portuguesa/92 – Que Futuro?» foi interrogação que motivou debate, no Porto, no passado dia 9, na Casa de Cultura de Miragaia. Helena Bastos, candidata da CDU ao Parlamento Europeu, Ana Paula Delgado, economista, Ana Maria Mesquita, dirigente sindical, e Eduarda Castro, jornalista, foram as dinamizadoras da abordagem das principais incidências do Mercado Único na situação da mulheres em Portugal, cujo futuro, pelo que se apurou, não se apresentará muito radioso.

No contingente de 45 milhões de pobres que existem na Comunidade, as mulheres estão em maioria. A média salarial das trabalhadoras na CEE, como aliás em Portugal, é cerca de 70% a 75% da média dos homens. E quanto a gastos com a Segurança Social, Portugal ocupa na Comunidade o último lugar, cerca de 15% do produto interno bruto (PIB), sendo a média da CEE de 27,1%. Estes alguns dos números lançados para cima da mesa por Helena Bastos, para salientar que «face à panela de ferro que é a CEE, as mulheres (e os jovens) são a panela de barro». Aquela candidata da CDU lembraria ainda que «a igualdade de oportunidades passa também pela alteração de mentalidades» e que, também no que respeita ao consumismo, que vai aumentar, «as mulheres serão o alvo preferencial

dessa enorme ofensiva ideológica» que procura encará-las como objecto de consumo. Ana Paula Delgado, procurando perspectivar o impacto de 1992 em termos económicos, «que a médio prazo poderão ser globalmente positivos», afirmou que, no entanto, «Portugal ainda não absorveu o choque da participação da CEE» e que vai «ficar do lado dos sectores de fraca concorrência», «dos que vão sofrer encerramento de empresas, invasão de empresas estrangeiras, o desemprego». Questões que poderiam ser ultrapassadas se tivesse havido desde o início uma estratégia de integração assente no desenvolvimento, em investimentos, nomeadamente, na educação, e na formação profissional», uma estratégia

que alterasse os factores de competitividade das empresas portuguesas, que na maioria dos sectores é negativa. Ana Maria Mesquita lembrou ainda que «o espaço europeu foi criado não com a preocupação dos trabalhadores e dos povos, mas em função do capital e do lucro» e que mesmo os sectores que se apresentam actualmente com competitividade no âmbito da Comunidade, como é o caso do Vestuário e Calçado, «asseguram-na através da exploração desenfreada, da prática de baixos salários, do recurso ao trabalho infantil, ao trabalho precário, a horários que, em muitos casos ultrapassam as 12 horas diárias». A necessidade de o movimento sindical intervir nesta situação, buscando a coordenação de esforços na defesa dos direitos dos trabalhadores, e no que se refere especificamente às mulheres trabalhadoras «a defesa do posto de trabalho como questão essencial para a sua emancipação», encarando de frente a luta pela formação profissional e a reciclagem, foram outras questões colocadas por aquela dirigente sindical. A necessidade de evitar os

factores negativos, para as mulheres, da adesão à CEE, tentando potenciar o que de positivo possa vir para a sua situação, foi questão também colocada por Eduarda Castro ao introduzir o tema da sessão. E aqui tem um papel decisivo, como viria a afirmar já no final da sessão Helena Bastos, a luta e a participação empenhada por uma dimensão social nivelada, não por baixo, mas por padrões que apontem para a defesa do bem-estar, da igualdade, do desenvolvimento e do progresso social.



Rogério de Brito com agricultores no distrito do Porto

Nos dias 8 e 9 de Junho, Rogério de Brito, deputado na AR e candidato da CDU ao Parlamento Europeu, participou em várias iniciativas, no âmbito da campanha, no interior do distrito do Porto, tendo tido a oportunidade de, em diálogo directo, esclarecer muitas dúvidas e informar sobre as propostas da CDU para a resolução dos graves problemas dos agricultores. No dia 8 de manhã esteve na feira de Baião onde ouviu as queixas e preocupações que mais afectam os agricultores, tendo-se destacado as dificuldades no acesso aos fundos da CEE, a sua oposição à plantação indiscriminada de eucaliptos em terrenos com boa aptidão agrícola, a proibição de frequentarem as feiras de gado nos concelhos vizinhos. Um agricultor quis ser esclarecido sobre quais os partidos que integram a CDU e ao ouvir falar no PCP comentou: «Ainda bem, pois se não fossem os comunistas onde estaríamos...». Ainda no dia 8, pela hora do

almoço, Rogério de Brito esteve em Amarante junto dos portões da Fábrica Alves & Ca. e na Tabopan, tendo também mantido vivo o diálogo com os operários. Na Tabopan, a maior preocupação dos trabalhadores é o perigo de encerramento da empresa, mas a disposição de defenderem os seus postos de trabalho é grande, para que contam com o apoio da CDU. Ainda em Amarante, Rogério de Brito teve um encontro com intelectuais e professores, no café Mário, tendo aí sido abordadas questões relacionadas com o ensino, educação, a luta profissional dos professores, a juventude, a emigração. Algum tempo antes, Rogério de Brito tinha dado uma entrevista à Rádio Clube de Amarante e ao jornal Flor do Tâmega. Nesse mesmo dia à noite, animou uma sessão em Novelas/Penafiel, na Associação Recreativa Novelense, tendo esta sido muito participada e animada. Aí, foi dito que 70% da produção agrícola é de pequenos e médios

agricultores e que existe o perigo de, a continuar esta política, estas explorações agrícolas serem destruídas. Defendeu-se o alargamento, a todo o País, das indemnizações compensatórias, não devendo ser excluído nenhum agricultor; a informação e ajuda técnica para que todos tenham acesso aos fundos da CEE; linhas de crédito a juro bonificado para o investimento a cargo do agricultor. No dia 9, Rogério de Brito, esteve na feira da Lousada, distribuindo propaganda e dialogando com os agricultores, onde mais uma vez ouviu muitas queixas contra o Governo. De novo foi colocada a questão das feiras de gado, dos fundos da CEE, dos créditos bonificados para o investimento. Foi também, com alguma frequência, feita alusão aos elevados vencimentos dos deputados, em contraste com os baixos rendimentos dos agricultores e da população em geral.



Portugal – Diálogo de culturas

Carlos Aboim Inglez, António Borges Coelho e José Barata Moura, candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, e Artur Ramos, participaram no debate subordinado ao tema «Identidade Cultural e Diálogo de Culturas», que teve lugar no sábado passado no Hotel Roma em Lisboa.

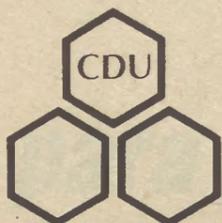


CDU/Jovem uma iniciativa na Maia

No passado dia 11, à tarde, o bairro camarário do Sobreiro, na Maia, esteve em grande animação. Uma iniciativa da CDU/Jovem que montou ao ar livre um Bar/Esplanada onde funcionou uma rádio livre espontânea até ao início da noite juntou várias centenas de pessoas, particularmente jovens, que ali colocaram, ao vivo, os seus problemas e dificuldades. O primeiro

emprego que falta, os contratos a prazo e o trabalho precário que a quase todos atinge, o desemprego e a repressão patronal foram alguns, dos muitos temas levantados pela juventude, nas entrevistas realizadas. Mas também houve quem, menos jovem, mas com grande vontade de mudança, fosse colocar ali ao microfone os problemas do

bairro, o descontentamento com o Governo e outras questões. Foi uma iniciativa de grande impacto, segundo nos contaram, que se prolongou até às 9 horas da noite, sempre com pessoas diferentes, muitas assistindo à janela, a ouvir e a contar, a alertar para a necessidade de uma vida melhor e melhor futuro para os jovens. ■



Campanha

18
JUNHO
ELEIÇÕES
PARA
O PARLAMENTO
EUROPEU

Novas adesões à CDU — Inês Fontinha, Piteira Santos e Manuel Lopes contam-se entre as muitas personalidades que apoiam a candidatura da CDU ao Parlamento Europeu. Aos serviços de candidatura da CDU continuam a chegar muitas manifestações de apoio à Coligação, provenientes dos mais diversos sectores de actividade e também de diferentes correntes de opinião.

Para além dos nomes já referidos, e na impossibilidade de divulgar todos, salientam-se os seguintes:

Alcina Bastos, Alves Barbosa, Francisco Keil do Amaral, José Delgado Martins, José Martins Ascensão, Luís Azevedo, Luís Monteiro Baptista, Luís Vicente da Silva, Manuel Sá Marques, Rosa Coutinho, Ulisses Garrido, Vasco Gonçalves, António dos Santos Gonçalves, Artur Gerales, Carlos Consiglieri, Carlos Plácido de Sousa, Fausto Leite, Frederico Carvalho, João Cunha Serra, José Pessoa, Luís Carvalho Oliveira, Manuel Iglésias, Maria Emília Campos, Marília Abel e Pedro Ramos de Almeida.

Luís Sá critica Governo — Luís Sá, da Comissão Política do PCP, criticou recentemente o Governo, numa sessão realizada nos Olivais, por se envolver na campanha eleitoral «através das promessas vagas e demagógicas» há dias vindas a público, «digressões e inaugurações do Primeiro-Ministro que servem de pano de fundo à campanha eleitoral», participação em «iniciativas como a de 'O Jovem na Construção da Europa' que será uma *passerelle* de ministros e secretários de Estado e ainda porque o PSD faz a sua campanha exaltando a suposta 'obra' do Governo».

Na opinião do dirigente comunista esta actuação coloca o «problema da violação, por parte do Governo, dos deveres legais de neutralidade, imparcialidade e de abuso de funções públicas ou equiparadas, com a consequente possibilidade de responsabilização criminal».

Na ocasião, Luís Sá salientou que o Governo fala de «coesão económica e social» mas na prática faz tudo para que «os salários sejam os mais baixos possíveis, as pensões de reforma escandalosamente ínfimas, os programas de habitação social e o crédito à habitação praticamente liquidados, o acesso à saúde cada vez mais difícil e problemático, a formação profissional insuficiente, a regionalização bloqueada, os fundos esbanjados ao serviço da clientela ou do grande capital».

Após criticar o PS pelo papel que desempenhou na revisão da Constituição, Luís Sá sublinhou como a CDU se diferencia das restantes forças políticas pelas suas «ideias e ideais, seriedade e rigor, propostas e soluções» patentes também na campanha em curso a confirmar o «empenho e honestidade dos deputados que tivemos e dos candidatos que temos».

Jornalistas apoiam a CDU — Alice Vieira, António Borge, Carlos Pinhão, Daniel Ricardo, David Lopes Ramos, Fernando Cascais, Corregedor da Fonseca, Mário Castrim e Pedro Alvim são alguns dos jornalistas que manifestam o seu apoio à candidatura da CDU ao Parlamento Europeu.

O apoio à CDU é subscrito por muitos outros jornalistas entre os quais se contam Alberto Villaverde Cabral, Abílio Abrantes, Ana Sousa Dias, Ana Paula Bravo, António Amaral, António Esperança, António Melo, Clara Cardoso, Carlos Pinto Santos, Conceição Branco, Domenico Conte, Etiano Branco, Eládio Paramés, Eugénio Alves, Fernando Semedo, Frederico Carvalho, João Ferro, Joaquim Benite, Jorge Messias, José Santos, Luís Pacheco Pereira, Luís de Barros, Luís Patraquim, Maria Luísa Tito de Morais, Maria Manuel Costa, Marina Tadeu, Mário Silva, Matilde Ramalho, Michele Rosa Rosso, Miguel Portas, Miguel Serrano, Moura George, Noélia Oliveira, Orlando César, Paulo Paixão, Pereira de Almeida, Ribeiro Cardoso, Sérgio Ferreira Borges, Suzana Ruth Vasques Osório, Teresa Horta, Vítor Ribeiro.

Sindicalistas do Porto apelam ao voto na CDU

— Dezenas de dirigentes sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores do distrito do Porto tornaram público um apelo dirigido aos trabalhadores, em que afirmam ser o voto na CDU, o voto que defende firmemente os interesses nacionais em Portugal e na CEE.

Entre os sindicalistas signatários deste apelo ao voto na CDU a 18 de Junho, contam-se os dirigentes da CGTP-IN João Gonçalves (coordenador da USP), Manuel Freitas (coordenador da Federação Têxtil), Ana Maria Mesquita (coordenadora do Sindicato da Marinha Mercante), Manuel Almeida (coordenador dos metalúrgicos), Vítor Ranita e Vieira Mendes, dirigentes da União de Sindicatos do Porto, Salgueiro Barros (coordenador do Sindicato da Construção Civil), e Ernesto António (coordenador do Sindicato dos Gráficos).

Apelam igualmente ao voto na CDU os coordenadores e presidentes de importantes sindicatos ligados à Administração Pública, como Professores, Médicos e Função Pública, respectivamente Mário David Soares, Merlinda Madureira e Miguel Vital.

Entre os signatários estão ainda os coordenadores de outros sindicatos do distrito do Porto, nomeadamente Maria José Costa (têxteis), Joaquim Viana (indústrias eléctricas), Rui Moutinho (transportes), Gonçalo Duarte (químicos), António Leal (ferroviários), Henrique Meira (calçado), José Maria Lapa (conservas), e Nelson Andrade (hidratos de carbono).



Comício-festa da CDU, no Parque Central da Amadora, no passado domingo. No comício-festa, que contou com a participação de Carlos do Carmo, intervieram Carlos Carvalhas e Helena Bastos, candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, e Orlando de Almeida, presidente da Câmara Municipal da Amadora



Membros de Comissões de Trabalhadores de algumas das mais importantes empresas do distrito do Porto subscrevem também o apoio à CDU: Eduarda Fernandes (CT da EDP), Gaspar Martins (CT do BESCL), Justino Oliveira (CT dos CTT), Manuel Tato (CT dos STCP), Manuel Nuno (da coordenadora das CT's da Banca), e Natividade Soares (CT do Centro Regional da Segurança Social).

Artistas plásticos apoiam a CDU — Nomes como Álvaro Perdigão, António Carmo, Gil Teixeira Lopes, João Duarte, Maria Keil, Rogério Ribeiro, Teresa Magalhães e Teresa Dias Coelho, estão entre as dezenas de artistas plásticos do distrito de Lisboa que manifestaram o seu apoio à CDU nestas eleições para o Parlamento Europeu.

Do grupo de artistas plásticos que subscreveram documentos de apoio à CDU fazem também parte António Domingues, António Trindade, Gordillo, Hernâni Martins, Eduardo Neves, Estevão Soares, João Carlos Moreira Rijo, Rui Martins, José Zagalho e Vítor Palla.

Muitos outros artistas, escritores, músicos e intelectuais têm vindo a expressar o seu apoio à CDU. Porque é impossível mencionar todos, de entre eles destacamos Fátima Neves, Guilherme Casquilho, Luís Palha, Ivone Ballet, Maria Barreira, Rogério Amaral, Reinaldo Silva, Sacramento, Hilário Teixeira Lopes, Luís Lobato, Rui Mário Gonçalves, Vasco da Conceição, Maria Manuela Gonçalves, Margarida Tengarrinha e Manuel Augusto de Araújo.

Joaquim Miranda no distrito da Guarda — O deputado e candidato da CDU ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, debateu em Trancoso, com centenas de agricultores, os problemas da agricultura da região. No decorrer do debate foram sublinhadas as contradições entre as orientações comunitárias de redução da produção, decorrentes dos excedentes de alguns produtos, e a necessidade de modernizar e desenvolver a agricultura portuguesa, e melhorar os rendimentos dos agricultores. Joaquim Miranda salientou a

importância do reforço da presença da CDU no Parlamento Europeu, como forma de fazer reconhecer as especificidades da agricultura nacional no quadro da integração.

Após este debate em que foram formuladas, também pelos agricultores, muitas críticas à política agrícola do Governo do PSD, Joaquim Miranda deslocou-se à fábrica de lacticínios Lactovil a convite dos agricultores, para se inteirar dos problemas levantados pela poluição da Ribeira do Távora. Em Gouveia, o deputado e candidato da CDU teve um encontro com os trabalhadores da empresa TLC, seguindo depois para Loriga, onde se encontrou com a população e os trabalhadores metalúrgicos da empresa Vaz Leal, e com os trabalhadores têxteis da Lorimalhas.

«O desafio já começou» — concurso CDU —

No Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, realizou-se na passada sexta-feira o sorteio do concurso de futebol promovido pela CDU, e cuja chave era a seguinte:

1. Benfica-Sporting
2. Benfica-Académica
3. Rogério (Benfica)
4. Augusto Silva
5. Portugal-Espanha
6. Araújo e Travassos

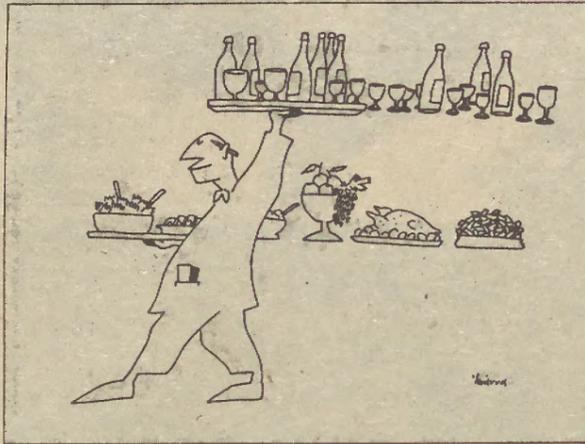
De entre os boletins que continham as respostas certas foram sorteados os concorrentes vencedores. Assim, com o 1.º prémio (um fato de treino Le Coq Sportif) foi contemplada a concorrente Ana Catarina Pecurto, de Carnaxide; com o 2.º prémio (uma bola oficial de futebol), foi contemplada a concorrente Marta Luísa Fernandes, de Lisboa; e o 3.º prémio (uma raquete de ténis) coube ao concorrente Cândido Eugénio Vieira, de Lisboa.

A todos os concorrentes cujas respostas estavam certas, a CDU oferece ainda a abelha-mascote.

Os prémios podem ser levantados no CT Vitória, Avenida da Liberdade, 170, Lisboa, diariamente entre as 9.30 e as 19.00 horas.



Pontos Cardeais



Faltas

Certamente para pôr em prática a sua promessa de «glasnost» («transparência», em russo), Lucas Pires foi à feira da Palhaça, no distrito de Aveiro, e começou a oferecer sacos de plástico que, com toda a evidência, não tinham nada lá dentro. Antes disso, em Braga, saltou para o «lombo» de uma mota de grande cilindrada e explicou: «tenho muita pena de já não ter idade nem dinheiro para andar numa coisa destas». Ó doutor, tenha calma: se for reeleito para Estrasburgo, depois só lhe fica a faltar a idade...

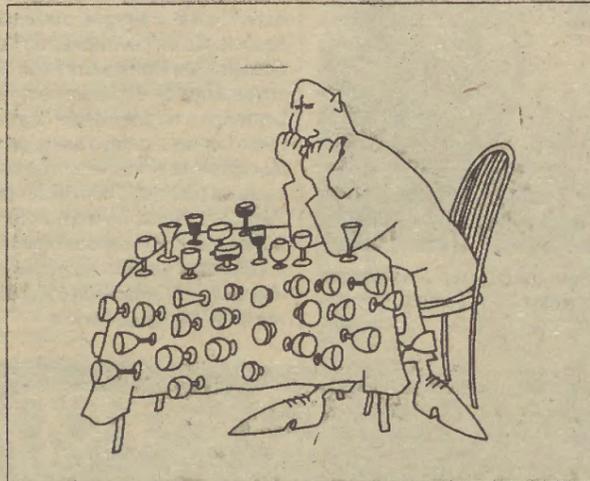
Soluções

Não há dúvida que a «juventude laranja» anda muito desbotada... Imagine-se que há dias em Lisboa, em plena Avenida de Roma e numa caravana supostamente de apoio ao candidato Capucho que lá andava, constrangido, a distribuir sacos de plástico e apertos de mão, os carros de som gritavam a plenos decibéis «**emprego sim, desemprego não, Capucho é a solução!**». Estão a ver no que dá recrutarem jovens, pagos ao dia, para fazerem a campanha PSD? E o pior vai ser quando acabar a campanha eleitoral e esta suposta «juventude laranja» ficar de novo... «desempregada».

Santana Lopes diz o que tem...

Pedro Santana Lopes é deputado do PSD ao Parlamento Europeu, entre outras coisas que faz, quer fazer ou querem que faça lá no pomar das laranjas amargas. Na semana que passou revelou a dois semanários alguns segredos. Insurgiu-se contra os que levantam dúvidas quanto à

Lisboa, e não possui sociedade em qualquer empresa. Também não tenho contas a prazo, apenas uma conta corrente com cerca de 800 contos que me restam do que ganhei no Parlamento Europeu. E tenho uma pequena propriedade de 10 hectares, a meias com o meu irmão, que custou cinco mil contos a cada um de nós, e para o que pedi um empréstimo na



proveniência dos seus haveres e, aproveitando as páginas de «O Jornal», atirou-lhes a luva à cara: «Eu desafio esses senhores que me acusam nos bastidores, a divulgarem publicamente os seus bens. Eu divulgo os meus: tenho dois Peugeot's bons, comprados lá fora, um meu e outro da minha mulher, mas vivo numa casa alugada, em

Caixa de Crédito Agrícola de Montemor-o-Novo. Nessa herdade, é verdade, tenho dois cavalos, porque sempre gostei disso. Não sou pobre; vivo bem, mas não tenho bens próprios para além destes.» Vá lá, senhores ricos. Consultem o espelho mágico: «quem será nesta terra mais pobre do que eu?».

... que colegas tem...

Para ilustrar um bocadinho melhor a maneira como funcionam na política aquelas pessoas das setinhas a subir e a fazer sombra umas às outras (as setas, entenda-se), convém, já agora, saber também a opinião do eurodeputado social-democrata: «Acho que as notícias que aparecem diariamente nos jornais sobre a minha pessoa, quase sempre inventadas, devem-se, creio eu, aos receios dos meus colegas de partido que não têm outra profissão na vida além da política, e que me julgam um perigo para as ambições deles. Eu pedi ao primeiro-ministro para sair do Governo, enquanto eles ainda lá estão e sonham com o dia em que o primeiro-ministro há-de sair, para poderem saltar eles para o lugar.» Oh que ricos colegas!



... e onde fica o El Dorado

Lembram-se? Santana Lopes saiu do Governo. E depois... «Saí e fui para o Parlamento Europeu, que é, aliás, em El Dorado! Ganha-se o que eu nunca ganhara na vida nem devo voltar a ganhar. Para o que se faz, é quase escandaloso o que se recebe, admito, mas eu bem precisado estava, porque andava completamente apertado, quando saí do Governo, até devia algum dinheiro... Isso permitiu-me respirar fundo e, hoje, ter mais algum sossego.» Pois sim. Quem anda desassossegado são os ingratos trabalhadores que, além de já ganharem bem, tiveram aqueles brutos aumentos na base da inflação que o ministro Cadilhe dizia que esperava. Esses vêm El Dorado... pela televisão.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Cada qual com sua casa...

Andava o grilo à coça de uma toca.
O resultado, fraco.

Diz-lhe então um amigo rato: — Faz-te ministro de Cavaco...

Todos ao fundo!

Cavaco acha que Cadilhe tacha que Barreto capacha e a Beleza encaixa e todos lhe dão graxa

Quanto mais se abaixa mais racha, mais racha...

Não são gémeos, mas...

PS: ao serviço do PSD. Enguiço afinal suficientemente diferente para ser igual...

A assistência deles

Na sala não havia quase ninguém.

Foi lá, nesse dia, a TV. Ora bem: a assistência aumentou para um milhão. De telespectadores, pois então...

Inaugura-se primeiro...

Primeira pedra. Momento de grande significado para o nosso perfil.

O monumento será inaugurado no ano dois mil...

Para que servem os aventais...

Capucho aos assistentes dá presentes aventais garridos, bestiais...

Tacto: para não se sujarem ao contacto...

Claro!

Na praça, na rua flutua entre os buracos um ar de calafrios

Capucho distribui sacos claro!, sacos vazios...

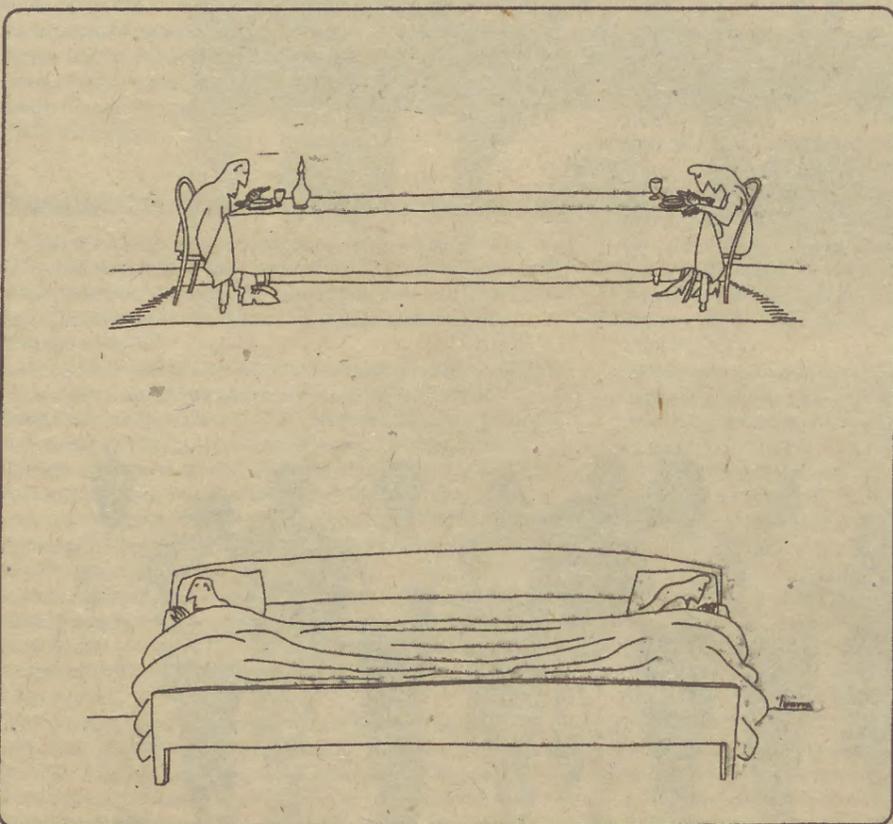
Quanto? e quando?...

Governo diz que tem em vista aumentar o mínimo nacional. Alpista, alpista, como é habitual.

Promete, não diz quando. E lá vai indo eleitoralmente «cantando e rindo...»

Qual é a coisa...

Antes do tempo de antena tem o PSD outro que vale mais a pena e é mais barato até. Para ele, é doce como o mel. Adivinhem qual: começa em tele e acaba em jornal...



Agenda

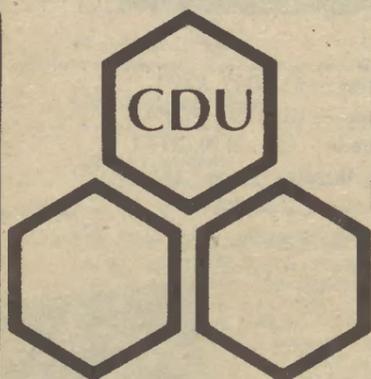
Avante!

Ano 59 - Série VII
N.º 807

15 de Junho de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Cova da Piedade

amanhã, às 22.00
comício
com **Carlos Carvalho**
e **Barros Moura**

Amadora

amanhã, às 19.00
comício-festa
com **Carlos Carvalho**

Alverca

amanhã, às 21.30
comício-festa
com **Octávio Pato**,
Jorge Zacarias,
Daniel Branco

Vila Franca de Xira

amanhã, às 21.30
comício-festa
com **José Casanova**,
Herberto Goulart,
José Neves

Coimbra

amanhã, às 18.00
arraial popular no centro

Quinta

• **SEIXAL**
Comício na Praça da República, às 21.30, com a participação de **Álvaro Cunhal** e **Carlos Carvalho**.

• **ALMADA**
Carlos Carvalho visita a URPICA de Almada, onde almoça; participa em encontro com população e pescadores da Costa da Caparica, às 14.30, na Sociedade Amigos da Costa; convive com a juventude, na praia, às 15.30, e visita em seguida o Pragal. **Carlos Carvalho** participa ainda, com uma intervenção, cerca das 17.30, no Encontro da CDU que se realiza na Incrível Almadense.

• **SESIMBRA**
Jantar-convívio organizado pela CDU com a participação de **Álvaro Cunhal**, **Carlos Carvalho** e **Maria Santos** na Sociedade Musical Sesimbrense — às 19.30.

• **LISBOA**
Grande festa popular no Rossio, a partir das 19.00. Intervenções de **Carlos Carvalho** e **Maria Santos**. Espectáculos em que participam **Fernando Tordo**, **Maria Guinot**, **Peace Makers**, **Pop del Arte**, **Terra Viva**, **Fado de Abril** e ranchos folclóricos, com apresentação de **Cândido Mota** e **Fernanda Lapa**. Outras iniciativas em Lisboa: — encontro com os trabalhadores do Banco Fonsecas e Burnay (Rua Castilho, 5) — às 12.30, com **Jorge Lemos** — almoço com trabalhadores do Banco de Portugal (no refeitório) — às 12.00, com **Octávio Teixeira** — visita à Automática Eléctrica Portuguesa — às 9.30, com **João Amaral**.

• **S. JOÃO DO ESTORIL**
Sessão-debate na Escola Preparatória da Galiza — às 21.00.

• **SOBRAL DE MONTE AGRÃO**
Encontro com a população de Sapataria e Pero Negro, com **Abílio Martins** e **António Bogalho** — às 18.00.

• **ALVERCA**
Almoço na Mague com **José Saramago**

• **MORA**
Sessão com a participação de **José Soeiro**.

• **MOURA**
Comício-festa de encerramento da campanha eleitoral com a participação de **António Murteira**. Espectáculo com o grupo **Delfins**. As 21.30.

• **BRAGANÇA**
Acções de esclarecimento e propaganda nas feiras de **Vila Flor** e **Duas Igrejas** (Miranda do Douro)

• **VILA REAL**
Acções de esclarecimento e propaganda nas feiras de **Ribeira de Pena** e de **Atei**.

• **FARO**
Sessão de esclarecimento em **Armação de Pera**, à noite, com a participação de **Andrade Santos**.

• **PORTO**
Festa de encerramento da campanha eleitoral na Praça da Liberdade. Com fogo de artifício, fanfarras, vídeo gigante. A partir das 21.30.

• **BARREIRO**
Comício no Parque Catarina Eufémia, às 19.00, com a participação de **Álvaro Cunhal** e **Carlos Carvalho**.

• **BAIXA DA BANHEIRA**
Jantar de apoiantes da CDU, na colectividade «Os Alentejanos», às 20.15, com a presença de **Álvaro Cunhal** e **Carlos Carvalho**.

• **SETÚBAL**
Comício de encerramento da campanha eleitoral, às 22.00, no Largo da Misericórdia, com a participação de **Álvaro Cunhal** e **Maria Santos**

• **ALMADA**
Visita de **Barros Moura** ao concelho: mercados de levante da Cova da Piedade e Laranjeiro, de manhã; almoço com trabalhadores da Câmara Municipal; acções de propaganda, às 17.30, junto à porta do Arsenal, e no Terminal de Cacilhas, às 18.30; jantar com trabalhadores da Lisnave.

• **COVA DA PIEDADE**
Comício, às 22.00, no Jardim, com a participação de **Carlos Carvalho** e **Barros Moura**.

• **COIMBRA**
A partir das 18.00, acções de propaganda no centro da cidade, com arraial popular. Participa **Helena Bastos**

• **LISBOA**
Acções de propaganda eleitoral em vários locais da cidade de Lisboa com a participação de **Carlos Carvalho**: de manhã nos mercados de Benfica e Arroios e na Balxa; almoço na Rua do Ouro — iniciativa de Os Verdes — também com a participação de **Maria Santos**; durante a tarde, nos bairros da Graça, Calvário e Campo de Ourique

• **AMADORA**
Comício de encerramento da campanha no concelho, no Largo

da Estação, às 19.00, com a participação de **Carlos Carvalho**.

• **VIALONGA**
Sessão-debate na Casa do Povo, às 21.00, com **Romeu do Rosário**

• **ALENQUER**
Convívio da Juventude CDU, com baile, às 21.00

• **QUELUZ**
Festa da CDU no Jardim de Queluz, às 21.30. Intervenção de **Aboim Inglês** e espectáculo com **Fernando Tordo**

• **CASCAIS**
Barros Moura visita, a partir das 13.00, a Alcatel e Ibersvisão

• **LOURES**
Joaquim Miranda almoça com trabalhadores da Câmara Municipal de Loures, que visita.

Sessão-comício no Largo da Igreja em Camarate com a participação de **Vasco Gonçalves**

• **AVEIRAS DE CIMA**
Sessão de esclarecimento eleitoral na Filarmónica Recreativa Aveirense, às 21.30, com a participação de **Joaquim Miranda**

• **PÓVOA DE SANTA IRIA**
Jantar de apoiantes da CDU com a participação de **Octávio Pato** — no Grémio Dramático Povoense, às 19.00

• **ALVERCA**
Comício-festa de encerramento da campanha eleitoral no Largo do Mercado, às 21.30. Intervenções de **Octávio Pato**, **Jorge Zacarias** e **Daniel Branco**. Vídeo gigante e música popular com o grupo «Rumores».

• **VILA FRANCA DE XIRA**
Comício-festa, no Largo da Câmara, às 21.30, com a participação de **José Casanova**, **Herberto Goulart** e **José Neves**, que também participa, às 19.00, num jantar-convívio de apoiantes da CDU

• **CORUCHE**
Jantar-convívio, às 20, com a participação de **Rogério de Brito**.

• **ALPIARÇA**
No Pavilhão, às 21.00, festa de encerramento da campanha eleitoral com a participação de **Sérgio Ribeiro** e **Álvaro Brasileiro**.

• **TAROUCA**
Festa popular, às 20.30, com intervenção de **Barata Moura**

• **ÉVORA**
Encerramento da campanha com a participação de **Bernardina Sebastião**

• **VILA VIÇOSA**
Comício de encerramento da campanha eleitoral com a participação de **José Soeiro**

• **VENDAS NOVAS**
Festa de encerramento da campanha eleitoral. Participa **João Saraiva**

• **BEJA**
Comícios e caravanas de encerramento da campanha com a participação de **António**

Murteira em **Ajustrel**, **Almodôvar** e **Ourique**

• **BRAGANÇA**
Acção de esclarecimento e propaganda na feira de **Mogadouro**

• **VILA REAL**
Acção de esclarecimento eleitoral na feira de **Pedras Salgadas**

• **LAGOS**
Visita de **Andrade Santos**, que tem de manhã contactos com pescadores do concelho.

Comícios com Álvaro Cunhal

SEIXAL — hoje, às 21.30

BARREIRO — amanhã, às 19.00

SETÚBAL — amanhã, às 22.00

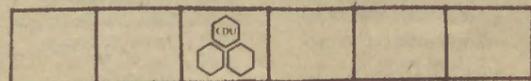


LA VILLE, França

Tempos de Antena da CDU na RTP-1

(a seguir ao Telejornal)

6.ª feira, 16/6



TV O Programa

Quinta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique (143.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.40 - Um Anjo na Terra (10.º epis.)
- 14.15 - S. A. J. Serviço de Auxílio aos Jovens
- 14.40 - Os Anos que Contam
- 15.05 - Grupo Europe
- 16.15 - America Selvagem (13.º epis.)
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu
- 20.50 - Sassaricando (58.º epis.)



- 21.45 - Monte Carlo (3.º Epis.)
- 22.45 - Royal Variety Show (1.ª parte)
- 23.55 - 24 Horas
- 00.30 - Remate.

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (238.º epis.)
- 15.25 - O Grande Sertão: Veredas (repetição, 10.º epis.)
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Sinhá Moça (83.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - TV 101 (4.º epis.)
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Campos de Fogo (3.º epis.)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.25 - Hitchcock Apresenta...
- 23.20 - Magazine Musical.

Sexta

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (série, 1.º epis.)
- 14.25 - Imagem e Imagens
- 15.05 - Europe
- 16.05 - America Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu

- 20.50 - Sassaricando
- 21.40 - Tatroo Militar
- 23.40 - 24 Horas
- 00.10 - Remate
- 00.25 - Pela Noite Dentro — «O Fantasma da Ópera», Real. Robert Markovitz (EUA/1983, 97 min.).

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A Guerra de Tróia (último epis.)
- 19.00 - Haja Música
- 19.55 - Campos de Fogo
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - Os Retratos de Lizzie (último epis.)
- 22.10 - Rumo aos Céus (4.º epis.)
- 23.20 - Entre Barreiras
- 23.50 - Rotações.

Sábado

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família (Desporto e Ciência, Era uma vez a vida, o Safari do João Valentão, Turbo Teen, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
- 12.05 - A Grande Aventura
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da Tarde — «O Terrível Joe Moran», real. Joseph Sargent (EUA/1984, 100 min.)
- 15.40 - Vivamusica
- 16.55 - Crime, Disse Ela
- 17.40 - As Estrelas (5.º epis.)
- 18.20 - Al Life
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.35 - Royal Variety Show (2.ª parte)
- 23.05 - Praia da China (5.º epis.)
- 24.00 - Cinema da Meia-Noite — «Pesadelo em Elm Street», real. Wes Craven (EUA/1984, 92 min.).

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 09.55 - A Malta de Bronx (repetição, 8.º epis.)
- 10.45 - Vestígios (série, 3.º epis.)
- 11.40 - A Nossa Turma
- 12.50 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Quem Sai Aos Seus
- 19.55 - Music Box Especial — The Rolling Stones
- 20.50 - Elogio da Leiteira
- 21.15 - A Saga do Padrinho (adaptação televisiva de «O Padrinho» de Coppola — 1.º epis.)

- 22.00 - Segredos e Mistérios
- 00.15 - Basquetebol Internacional.

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70X7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias



- 13.10 - Por Todo o Ouro do Transval (2.º epis.)



- 14.05 - Primeira Matinée — «O Vento Será a Tua Herança», real. Stanley Kramer (EUA/1960, 127 min.)
- 16.50 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - Especial Informação — Eleições para o Parlamento Europeu

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos Horizontes
- 13.50 - Veterinário da Província
- 15.00 - Troféu
- 18.50 - O Mundo em Extinção
- 18.40 - 17 Obras de Grandes Autores
- 20.25 - Lusitânia Expresso
- 21.00 - Jornal das Nove



- 22.00 - Cineclube — «Borsalino & C.ª», real. Jacques Deray (França/1974, 115 min.)

Segunda

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Império de Carson (últ. epis.)
- 14.15 - A Briga Falcão
- 14.40 - Pescadores — Olhão
- 15.05 - Chris de Burgh
- 16.00 - America Selvagem
- 16.35 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Anzacs: Heróis da Guerra (5.º e últ. epis.)
- 22.15 - Portugal Passado e Presente
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - A História de um Professor (telefilme)
- 19.00 - Music Box Especial
- 19.55 - Amor Tempestuoso (telefilme — 1.ª parte)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das nove
- 21.30 - Acerto de Contas (Magazine de Economia)
- 22.00 - Ópera — «Boris Godunov», de Moussorgsky, pela Companhia de Ópera do Teatro Bolshoi, com Yevgeni Nesterenko no papel de Boris Godunov

Terça

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Dallas



- 14.15 - Os Filhos dos Flintstones
- 14.40 - Um Certo Sorriso
- 15.05 - Joe Cocker
- 16.00 - America Selvagem
- 16.30 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.20 - Sassaricando



- 21.15 - Era uma vez um polícia (2.º epis.)
- 22.10 - Primeira Página
- 23.15 - Armadilhas
- 23.45 - 24 horas
- 00.15 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas



Filmes

- «O Fantasma da Ópera» — 6.ª, 00.25, RTP-1
- «O Terrível Joe Moran» — sáb., 14.05, RTP-1
- «Pesadelo em Elm Street» — sáb., 24.00, RTP-1
- «O Vento Será a Tua Herança» — dom., 14.55, RTP-1
- «Borsalino & C.ª» — dom., 22.00, RTP-2
- «O Tigre Perfuma-se com Dinamite» — 3.ª, 22.00, RTP-2
- «A Mulher de Vermelho» — 4.ª, 21.25, RTP-1

Ópera

- «Boris Godunov» — 2.ª, 22.00, RTP-2

Música

- Quinta
- 15.05, RTP-1: Europe Live — I
- 22.40, RTP-1: Royal Variety Show — I
- 23.20, RTP-2: Magazine Musical

Sexta

- 15.05, RTP-1: Europe Live — II

Sábado

- 09.00, RTP-2: Music box
- 15.40, RTP-1: Vivamusica
- 19.55, RTP-2: The Rolling Stones
- 21.30, RTP-1: Royal Variety Show

Segunda

- 15.05, RTP-1: Chris de Burgh
- 19.00, RTP-2: Music Box

Terça

- 15.05, RTP-1: Joe Cocker
- 16.25, RTP-2: Primeiro Andamento
- 18.00, RTP-2: Music Box

Quarta

- 23.15, RTP-2: Musica n'America

Desporto

- Remate — RTP-1, 5.ª (00.30), 6.ª (00.10), 2.ª (00.15), 3.ª (00.15) e 4.ª (23.45)
- Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.50
- Estádio — RTP-2, Sáb., 16.00
- Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 15.00)
- Especial Desporto — RTP-2, 3.ª, 00.15
- Basquetebol — RTP-2, Sáb., 00.15

Quarta

RTP1

- 09.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Fall Guy (série, 1.º epis.)
- 14.15 - Os Campbells (5.º epis.)
- 14.45 - O Homem e a Cidade
- 15.05 - Musical
- 16.00 - America Selvagem
- 16.30 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - P'ra Variar
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.20 - Sassaricando
- 21.10 - Vamos jogar no totobola
- 21.25 - Lotação esgotada: «A Mulher de Vermelho», real. Gene Wilder (EUA/1957, 87 min.)
- 23.15 - 24 horas
- 23.45 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Trinta minutos com...
- 18.00 - O Rio Amarelo
- 19.00 - Music Box
- 19.55 - Os Intocáveis (60.º epis.)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das nove
- 21.30 - Grande Sertão: Veredas (15.º epis.)
- 23.15 - Música n'America
- 00.15 - Especial Desporto

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.ª a dom. às 21 e 15, sáb. e dom. às 17. **O Irmão**, de David Mourão-Ferreira, enc. João Avila.

Casa dos Tabuenes, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às

16. A Marmite de Papin, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro do Bairro Alto, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.ª a 6.ª às 21.30, dom. às 16.00. **O Público**, de Federico Garcia Lorca, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. Sala 2 — 6.ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16.00. **Estilhaços**, de Mário de Carvalho, enc. João Brites, pelo Bando.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17. **A Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

Teatro Marla Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador?**

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e N. Nazareth Fernan-

des, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 17. **Lisistrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Eles Vivem!	★★★	★★★★	—	—
B	Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★★
C	Um Grito de Coragem	—	★★	—	—
D	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
E	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. John Carpenter — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Berna (15.15, 18.00, 21.30), S. Jorge/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.15) — Lisboa.
- B — Real. Barry Levinson — Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Estúdio (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), S. Jorge 3 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Fred Schepisi — King/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. M. Scorsese, F.F. Coppola e W. Allen — Ávila (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45) — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) e S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. David Cronenberg — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Lisboa.

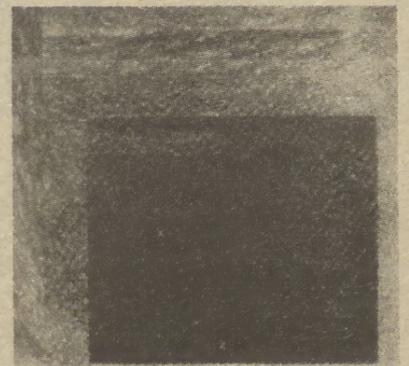


Gravuras italianas do séc. XVII — Museu Nacional de Arte Antiga

Exposições

• LISBOA

- Ana Machado** — Pintura. Gal. Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 21/6).
- Anabela Faria** — Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores do Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 17/6).
- António Sem** — Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 16/6).
- Bernardo Marques** — Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
- Carlos Afonso Dias** — Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7).
- António Augusto de Aguiar**, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.
- Escultura Contemporânea Americana** — (Colectiva Integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Fundação Calouste Gulbenkian, piso 0. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/6).
- Gilberto Zorio (Itália)** — Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7).
- Graça Costa Cabral** — Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 18/6).
- Gravuras Italianas do Séc. VII** — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes (até 30/7).
- Ivo** — Pintura. Galeria Quadrum, Rua Alberto Oliveira, 52 (Alvalade). De 2.ª a 6.ª das 15 às 20 (até 1/7).



Carlos Cobra

- Lima de Carvalho** — Pintura. Galeria de S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.
- Livros Portugueses de Cozinha** — Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 7/Julho).
- Louro Artur** — Desenho e pintura. Gal. Diário de Notícias, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 14.30 às 18.30, sáb. das 10 às 12.30.
- Maria João Franco** — Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19. Sáb. das 10 às 13 (até 24/7).
- Maria Keil** — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.
- Marta Wengorovius** — Pintura e desenho. Gal. Módulo, Calç. dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20.
- Miguel Horta** — Pintura. Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 30/6).
- Paula Rego** — Pintura recente. Galeria 111, Campo Grande, 113 (inaugura amanhã).
- Pedro Calapez** — Grafites sobre madeira. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.
- Rodrigo Ferreira** — Pintura. Centro de Arte Sotrip, R. D. Estefânia, 195. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20, sáb. das 10 às 14 (até 27/6).
- Romualdo** — Pintura — instalação. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 6/7).
- Rui Sanches** — «A Marat». Desenhos. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 17/6).
- Sérgio Taborda** — Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 24/7).
- Silva Palmeira** — Pintura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18. De 2.ª a

- sáb. das 9.30 às 13 e das 15 às 19 (até 7/6).
- Três Escultores Portugueses** (António Campos Rosado, Pedro Campos Rosado e Rui Sanches — exposição integrada nos Encontros Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/6).
- Xinha** — Instalação. Gal. Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19 (até 25/6).

• PORTO

- Gracinda Candelas** — Pintura. Gal. Nasoni, Rua Galeria Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 23/6).
- Menez** — Pintura. Gal. Zen., Rua D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 14/6).
- Valentim Zapata** (Espanha) — Pintura. Coop. Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 21/6).

• OUTRAS LOCALIDADES

- José Alves** — Pintura. Até 30/6, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.
- Colectiva** (Colectiva Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.
- Artur Bual** — Pintura e desenho. Gal. Vértice, Av. Eng. Adelinho Amaro da Costa, 71-A. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 21/6) CASCAIS.
- Louro Artur** — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE
- Alberto Cidraes** — Cerâmica/escultura. Gal. Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 2.ª a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19 (até 1/7) OEIRAS.
- Luís Andrade** — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.
- Colectiva** de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

...e ainda

Música, debates, etc.

Bailado

Carmina Burana, a conhecida partitura de Carl Orff, foi coreografada por Armando Jorge e constitui a segunda parte do programa que a **Companhia Nacional de Bailado do Teatro S. Carlos** vai apresentar nos próximos dias, numa curta série de espectáculos que terão lugar no **Teatro S. Carlos**. Na primeira parte será dançado **Coreographic Offering** música de J.S. Bach e coreografia de José Limon.

Os espectáculos realizam-se às 21.30 nos dias 16, 21, 22, 23 e 24 e às 16.00 nos dias 18 e 24. Bilhetes: de 250\$00 a 1200\$00.



Rocha, na segunda-feira **Ninguém Duas Vezes**, de Jorge Silva Melo — sempre às 18.30.

Mas na **Cinemateca** regista-se um outro acontecimento importante: a exibição, sob a égide do Festival de Tróia, de filmes de **Roberto Rossellini**:

- hoje às 21.30 **Pilota Ritorna**, de 1942;
- amanhã às 21.30 **L'Uomo della Croce**, de 1943;
- no sábado às 15.30 **Roma, Città Aperta**, de 1945; às 18.30; **L'Amore**, DE 1948; às 21.30 **Europa 51**, de 1952.

Música

Na Quinta da Piedade, em Sintra, realiza-se hoje o concerto



to inaugural do **XXIV Festival de Sintra**, este ano dedicado a «O Piano e o Romantismo».

No concerto de hoje o pianista **Nikita Magaloff** interpreta obras de Schumann, Chopin e Mendelssohn.

O festival prossegue na terça-feira, dia 20, com um recital de piano de **Rafael Orozco** NO Palácio Nacional de Sintra. Obras de Chopin, Schubert e Liszt.

A **Nova Filarmónica Portuguesa**, sob a direcção do maestro **Álvaro Cassuto**, apresenta-se esta semana na zona de Lisboa para concertos na **Aula Magna** (hoje às 21.30) e no **Palácio Nacional de Queluz** (amanhã às 21.30).

— Outros concertos em Lisboa:

- hoje na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna, nos «Concertos à Hora do Almoço», **Isabel Rodrigues**, violoncelista, e **Jorge Montenegro**,



António Sem

pianista, interpretam obras de Bach, Couperin, Schubert, entre outros;

— no sábado, 9S 21 e 30 nas Ruínas do Carmo, recital de cravo por **Magdalena Van Zeller** e de guitarra clássica por **Paulo Pessoa** — concerto realizado a propósito dos 660 anos do Convento do Carmo, que agora se comemoram;

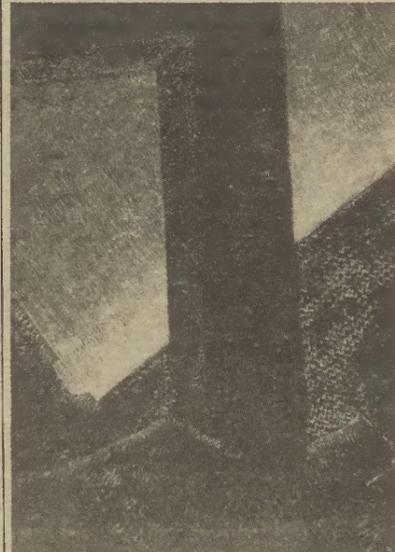
— no domingo, às 16.30, no **Palácio Nacional de Queluz**, concerto pela **Orquestra de Câmara de La Folia** sob a direcção do maestro. No Porto — Qui-

tório Nacional **Carlos Alberto** — realiza-se no sábado um concerto com obras de Beethoven pela **Orquestra Sinfónica da RDP-Porto** com o pianista **Adriano Jordão** e direcção do maestro **Gunter Arglebe**. As 18.00.

Noite do fado

O Coliseu dos Recreios é de novo palco, na próxima sexta-feira, da Grande Noite do Fado, obrigatória para muitos aficcionados. Quando, à meia-noite, encerrar a campanha eleitoral, vai-se ainda a tempo de ir ao Coliseu, onde a festa dura tradicionalmente até de manhã...

Nesta Grande Noite do Fado, como sempre organizada pela Casa da Imprensa, participam este ano como convidados especiais **Amália Rodrigues**, **Rosa Mota** e a **Seleção Nacional de Juniores**.



Miguel Horta

Carlos Cabra — Desenhos. Gal. Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 23/6).

Catarina Baleiras — Pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 16 às 19 (até 25/6).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

— **Companhia Rey Colaço/Robles Montejó** — no Museu Nacional do Teatro (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Cristina Maldonado — Pintura. Gal. Príncipe Real, Pr. Príncipe Real, 32. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 30/6).

Demétrios — Escultura. Espaço Interni, Rua Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a 6.ª das 10 às 14 e das 15 às 19.30, sáb. das 9.30 às 13 (até 24/6).

Eduardo Luiz — Pintura. Gal. Ygreco, Av.

10 às 13 e das 15 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 15/6).

Ivone Balette — «A Criança e a Magia», colagens. SPA, Av. Duque de Loulé, 31. De 2.ª a 6.ª das 15 às 18 (até 21/7).

Jean Miotte — Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 21/6).

João Filipe Vieira — Desenhos. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 28/6).

João Mourão — Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 17/6).

João Paulo Trigueiros — Escultura. Sociedade Nacional de Belas-Artes, Rua Barata Salgueiro. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 18/6).

José Pedro Croft e Rui Sanches — Escultura. Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 4/7).

Tempo Fim de Semana

EM GREVE

a TV

O pai, o filho e o resto

O telefilme, de origem americana, contava-nos a história pungente de um pai e de um filho que se amavam muito, mas se odiavam bastante. Não sei se estão a perceber. São questões de psicanálise, entendem? Os americanos pelam-se por essas coisas. Em noventa por cento das histórias americanas, anda-se à procura da identidade. Anda-se à procura da rolha...

Tudo pelo seguinte: o pai quer que o filho trabalhe, e o rapaz só gosta de escrever. Gosta tanto, tanto, que até escreve quando está na banheira. São uns exagerados...

O filho vem a ganhar um prémio literário e então é que o pai compreende como tem procedido mal. Pai mais burrinho, já viram? E tudo acaba em bem, como aliás é de uso lá por casa. Tinha a sua graça, se os empresários empatassem capital num filme e o filme acabasse mal. Eles pensam que, para acabar mal, lá está a vida. A alma americana também precisa da sua pastilha elástica-zinha...

A respeito das relações entre pais e filhos ou entre irmãos, faz-me lembrar aquela história de **olho vivo**. O bandido está a falar do seu irmão e declara: «É um vigarista, um malandro, um criminoso. Mas é meu irmão e tenho muito orgulho nele». Estão a ver a filosofia?

Mas voltando à nossa história.

A certa altura a namorada do rapaz engravida. Aproxima-se a hora do parto. O rapaz dirige-se com a moça a um hospital. Exigem-lhe a caução, para internamento, 1700 dólares, mas o futuro grande escritor não tem com que mandar cantar um cego. Resumindo: o menino acaba por nascer no táxi. Débil ainda como escritor, o rapaz safa-se como parteiro.

Dir-se-á que se trata de ficção, mas a informação real lá está. Ficámos a saber como funciona a saúde na terra dos caixeiros-viajantes dos «direitos humanos».

E já agora não percam os episódios do «olho-vivo», em reposição, aos sábados. Criado em tempos de guerra-fria, denunciando a espionite que devorava os Estados Unidos, «olho vivo» mantém, no entanto, em diversos aspectos, muita actualidade.

Marosca!!!?

A RTP mandou enviado especial a Varsóvia, por causa das eleições.

O enviado desfez-se em deslocações, declarações, traduções. A grande **catcha** foi assim: na sua chegada a Varsóvia, a primeira estação do mundo a quem Walesa prestou declarações foi à RTP. Formidável! Só que Walesa declarou que nada tinha a dizer...

Ora, segundo o enviado, o que o governo desejava era, agora, chamar a oposição às responsabilidades da gestão nacional, fazê-la participar no governo.

A mim, em princípio, parece meritório. Se um país atravessa momentos difíceis, todos os cidadãos devem contribuir para a solução dos problemas. Mas o enviado **desconfia** que, por detrás disto, há marosca. O que o governo polaco pretenderá é comprometer o Solidarnosc! Realmente não há direito. O blá-blá é que é bom...

Os boatos de Tian An Men

Suponho ser ainda cedo para ajuizar das verdadeiras raízes dos trágicos acontecimentos na China. Que são de lamentar, isso não há dúvida.

Mas lamentar e reportar é uma coisa, especular e manipular são coisas bem diferentes.

O que a esse respeito se passou na RTP ultrapassou tudo o que se possa imaginar.

Os dirigentes desapareceram, para logo reaparecerem. Eram substituídos para depois não terem sido substituídos. Morriam ou eram assassinados para depois, vigorosamente, ressuscitarem. Havia 30 mortos. Não, eram 400. Esperem lá, afinal são dois mil, segundo fontes autorizadas. Ou três mil. Havia mesmo quem falasse em cinco mil ou até mesmo em...

E a cavalgada não parava.

Tratava-se de boatos; é certo. Mas então é assim? É legítimo lançar mão de boatos, em matéria de tamanha gravidade? Será legítimo apresentar os boatos **como se** fossem informações rigorosas?

A audiência tem direito à informação correcta. Não é legítimo afogá-la em boatos, com o fim de criar estados emocionais que levam água no bico.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

... como na Europa

Em plena campanha eleitoral e juntamente com as discussões sobre a classificação de Portugal em relação a vários indicativos do desenvolvimento nos restantes membros da CEE, vieram a público nos semanários alguns escândalos que envolvem gente portuguesa.

O mau génio dela salvou-o

«O mau génio de Margaret Thatcher evitou que rebentasse agora o escândalo da aplicação das verbas do Fundo Social Europeu em Portugal, salvando assim Cavaco Silva de uma situação que lhe poderia ser fatal nas próximas eleições.

Com efeito, a Comissão Europeia tem já em cima da mesa o segundo relatório sobre as irregularidades cometidas no nosso país relativamente à aplicação das verbas do Fundo Social Europeu e uma das suas conclusões, é que a Inspeção-Geral de Finanças é o único organismo «realmente independente» para o desenvolvimento da função de controlo.

Simplesmente, a Grã-Bretanha, no início do ano e através da Câmara dos Lordes (que naquele país tem as atribuições do nosso Supremo Tribunal de Justiça), fez um relatório sobre as fraudes na CEE. Neste documento ficou provado que eram imensas as possibilidades de actividades fraudulentas à sombra dos fundos comunitários. A seguir o Parlamento Europeu, nomeadamente a Comissão de Controlo Orçamental, discutiu esse problema, inclusive com a presença de Delors e do representante da presidência espanhola. Em Fevereiro foram igualmente convocados os representantes das inspeções de todos os Estados membros.

O assunto foi-se avolumando e Thatcher, que não deixa passar um pretexto para ameaçar com cortes de verbas, encontrou aqui o álibi perfeito. O pavor que esta dirigente britânica inspira nos meios da Comunidade levou a que, de momento, a própria Comissão evite falar de fraudes, mesmo das já conhecidas. A tal ponto que, soube «O Independente» junto de um parlamentar europeu, a grande discussão é, nesta altura, se o problema das fraudes e irregularidades vai ou não estar na mesa do Conselho Europeu de Madrid que se realiza em Junho.»

(«O Independente», 9 de Junho)

Eurocheques e euroburlas

«Peter Zimmermann, jornalista da televisão alemã federal, foi assaltado em Portugal, onde se encontrava em serviço de reportagem. Praticamente todo o produto do roubo voltou à sua posse, uns dias mais tarde, graças ao diligente trabalho da Polícia de Segurança Pública de Cascais.

O redactor alemão nunca recuperou, porém, a sua máquina fotográfica, nem o dinheiro português que trazia consigo, nem os 25 eurocheques

que mão leve e experiente lhe subtraiu naquele dia 5 de Março de 1986.

Em 7 de Maio seguinte, Peter escreve ao delegado do Ministério Público do Tribunal de Cascais, contrariando o conselho que recebera da polícia alemã, que lhe dissera que não valia a pena queixar-se em Portugal porque a nossa polícia era tão má como quase tudo o resto.

Mas o que o jornalista queria, afinal, era que o dinheiro correspondente ao valor pelo qual os eurocheques podiam ser levantados em qualquer banco não lhe saísse do bolso. E tinha fortes razões para escrever ao tribunal.

Se Peter Zimmermann já conseguiu ou não reaver a totalidade das coisas roubadas, não se sabe. Nem, para esta história, interessa muito esse pormenor.

O importante é que, ao denunciar que dos 25 cheques roubados 24 haviam sido levantados no prazo de seis dias, 17 deles por uma firma portuguesa de aluguer de automóveis e sete por outra empresa do mesmo ramo, o jornalista estava a contribuir para a descoberta de uma poderosa rede europeia de roubo, furto, receptação, falsificação e recebimento fraudulento de eurocheques.

As informações que Zimmermann possuía e transmitiu às autoridades judiciais portuguesas — após lhe terem sido mostrados os títulos roubados — eram sintomáticas: à vista desarmada notava-se que a assinatura dos 25 cheques fora falsificada pela mesma pessoa e os impressos preenchidos por uma outra única pessoa. E que, para o levantamento do conjunto dos 17, os burlões apresentaram passaporte falso ou bilhete de identidade supostamente emitido em Berlim.

A carta de Peter Zimmermann foi engrossar um extenso «dossier» policial onde, após laboriosas diligências, os investigadores concluíram estar perante «uma organização criminosa responsável por inúmeros crimes de furto, receptação, falsificação e burla praticados contra cidadãos estrangeiros», organização essa que já tinha procedido à cobrança fraudulenta «de um número incalculável de eurocheques cujo montante sacado ascendia a cerca de cem mil contos».

No centro desta gigantesca máquina operativa estavam as empresas referidas na carta do alemão: a Tubalrent e a Martins e Segura, duas firmas supostamente dedicadas ao negócio de aluguer de automóveis mas que, como se verificava, tinham outras actividades eventualmente mais lucrativas.

Ou seja, as referidas sociedades serviam de capa às operações fraudulentas dos seus proprietários — por sinal

os mesmos, em ambas as empresas.»

(«Sábado», 9 de Junho)

Da Venezuela via CTT

«A Inspeção de Aveiro da Polícia Judiciária está a investigar, desde há três meses, as eventuais relações dos dirigentes portistas Jorge Pinto da Costa e Teles Roxo com vários arguidos presos no âmbito de um processo por tráfico de cocaína desde a Venezuela para Portugal, através dos CTT de Aveiro.

A rede de traficantes de droga foi recentemente desmantelada em Aveiro na sequência de uma operação policial designada por «Feliz Aniversário». As investigações, que têm estado a cargo do inspector Dialino de Almeida da PJ desta cidade, permitiram indicar cerca de duas dezenas de pessoas, treze das quais estão detidas.

A maioria dos detidos são da região de Aveiro, têm idades compreendidas entre os 27 e os 47 anos, e vêm acusados de crime de «tráfico de actividade ilícita e associação de delinquentes», cuja moldura jurídica no Código Penal, corresponde a uma pena de prisão superior a oito anos.

A operação «Feliz Aniversário» culminou com a apreensão de dezenas de quilos de cocaína, sete mil contos em dinheiro, nomeadamente em moedas de seis países, e ainda 47 diamantes e ouro.

O processo, que tem o número 1004/88 e é conhecido na gíria criminal como «a droga do carteiro», continua, no entanto, em fase de instrução no Tribunal de Aveiro, o mesmo que, segundo apurou o «Semanário», de fontes judiciais teria autorizado as escutas telefónicas a Pinto da Costa e Teles Roxo, após as de-

clarações prestadas por alguns dos arguidos presos.»

(«Semanário», 9 de Junho)

DIAP: 6 mil processos em Abril

«A investigação realizada pelo Procurador da República em serviço no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) sobre o «caso» Cadilhe, está praticamente concluída. Segundo disse a «O Jornal» o Procurador Carlos Morais Antunes, o DIAP investigou a queixa apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Comunista, referente a alegado crime de peculato por transporte de mobílias do ministro das Finanças feito em veículos da Guarda Fiscal.

Meios jurídicos consultados por «O Jornal» consideram, no entanto, que o material de prova carreado para este caso «é fraco», admitindo que o processo não venha a ter seguimento.

Este é, apenas, um dos muitos processos que envolvem figuras públicas, cometidos ao nível do departamento. Só em Abril, entraram no DIAP cerca de 6 mil processos, que resultam da centralização, naquele departamento, de toda a acção penal na comarca de Lisboa, à excepção das áreas da responsabilidade da Inspeção Económica e de contrabando, que continuam a ser remetida para os Juízos Regionais.»

(...)

«A criminalidade económica está a atingir formas requintadas, próprias de uma sociedade em evolução», constata Morais Antunes. «Da parte do Ministério Público isto implica uma componente técnica, só possível através de assessorias especializadas», conclui.»

(«O Jornal», 9 de Junho)

edições **Avante!**

Colecção «Paz e Socialismo»

MIKHAÍL GORBATCHOV

DISCURSOS E ARTIGOS ESCOLHIDOS

